



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGRI)

A CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO COMO TÁTICA DE GUERRA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESCRavidÃO SEXUAL JAPONÊS

JÚLIA PORTELA MALTA BRANDÃO

Foz do Iguaçu/ 2023



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGRI)

A CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO COMO TÁTICA DE GUERRA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESCRavidÃO SEXUAL JAPONÊS

JÚLIA PORTELA MALTA BRANDÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

Foz do Iguaçu/2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B817c

Brandão, Júlia Portela Malta.

A cultura de objetificação como tática de guerra: uma análise do sistema de escravidão sexual japonês / Júlia Portela Malta Brandão. - Foz do Iguaçu, 2023.

131 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Orientador: Mamadou Alpha Diallo.

1. Escravidão - Japão. 2. Escravas. 3. Tática. 4. Japão - História - Séc. XX. I. Diallo, Mamadou Alpha. II. Título.

CDU 326-055.2(52)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo reconheço, agradeço e valido as mulheres que vieram antes de mim, as mulheres que a seu modo foram contra os modelos patriarcais e machistas do sistema. Sua luta é o porquê nós – mulheres – podemos ir a escolas e universidades, podemos ser médicas, advogadas, matemáticas, até internacionalistas.

Agradeço especificamente as vítimas do sistema japonês que tiveram a coragem de expor o acontecido e lutar por justiça.

Agradeço as mulheres feministas, pesquisadoras de gênero, colonialismo, decolonização e pós-colonialismo, a inspiração e elucidação que seus escritos e pesquisas me deram foi essencial para a construção da minha pesquisa. Agradeço as mulheres que me ensinaram a ser feminista e que me moldaram e influenciam até hoje: Dona Ana, tia Andréia, Carol, Lígia, Naíra, foram essenciais para a minha construção e formação, tanto como mulher como analista e pesquisadora da área.

Á minha mãe, dona Ana, que foi principal fonte de apoio todos esses anos, que escutou minhas preocupações, leu esse trabalho milhares de vezes, que me deu espaço e apoio pra ser quem e o que eu quisesse, nada poderá pagar todo o conhecimento que eu aprendi com você.

Ao meu pai, Egas, a pessoa que sempre esteve do meu lado e fez questão de que essa formação fosse a mais tranquila possível. Obrigada por ser uma bússola política, você foi a maior inspiração para eu entrar em Relações Internacionais.

Á minha irmã, melhor amiga, parceira de pesquisa e sócia, Carol Querino, uma das minhas maiores inspirações, que mesmo a distância foi capaz de se fazer presente e estar ao meu lado por todo esse caminho, e que me ajudou incontáveis vezes desde o começo dessa dupla.

Á minha irmã, Shy, que desde a graduação fala no meu mestrado e é o maior apoio para que eu levasse a vida acadêmica adiante. Obrigada por sempre ter me acolhido e incentivado.

Á Bê, a criança que me adotou como tia, é um prazer fazer parte da sua jornada. Se eu tenho alguma esperança na sociedade é 100% devido a você, você me inspira e me ensina sempre.

À Lígia Freitas, o maior motivo de eu estar no mestrado na UNILA, obrigada por ser minha parceira de pesquisa, por escutar minhas preocupações e por todo o apoio.

E por fim, eu agradeço ao meu orientador, Mamadou Alpha Diallo, meus professores, amigos e colegas por todo o conhecimento compartilhado durante esses dois anos. Cada momento foi extremamente proveitoso.

Sumário

A CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO COMO TÁTICA DE GUERRA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESCRAVIDÃO SEXUAL JAPONÊS	1
A CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO COMO TÁTICA DE GUERRA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESCRAVIDÃO SEXUAL JAPONÊS	2
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – DO IMPÉRIO AO EIXO	13
1.1 Revolução e a Era Meiji	13
1.2 O imperial exército japonês	19
1.3 O expansionismo do império japonês	22
1.3.1 Primeira Guerra Sino-Japonesa	22
1.3.2 Guerra Russo-Japonesa	26
1.3.3 Segunda Guerra Sino-Japonesa	30
1.4 Presença japonesa na Segunda Guerra Mundial	36
1.5 O Japão e o pós Segunda Guerra Mundial	43
CAPÍTULO 2 – MULHERES, SOCIEDADE, FEMINISMOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	46
2.1 Mulheres e as Relações Internacionais	46
2.2 Mulheres e sociedade	50
2.2.1 Patriarcados	51
2.2.2 Chauvinismo masculino, machismo e misoginia	54
2.3 A objetificação e sexualização do corpo feminino	59
2.3.1 das mulheres colonizadas e asiáticas	64
2.4 A cultura de estupro	67
CAPÍTULO 3 – USO DE CORPOS DE MULHERES	72
3.1 Prostituição	74
3.1.1 Prostituição, exploração e escravidão sexual na Ásia	78
3.1.2 Prostituição em conflitos armados	81
3.2 Tráfico de mulheres e meninas	82
3.2.1 Tráfico na Ásia oriental	86
3.3 Escravidão e exploração sexual	88
3.3.1 exploração e escravidão sexual na Ásia	90

3.3.2 Exploração e escravidão sexual em conflitos	92
CAPÍTULO 4 – AS MULHERES E O SISTEMA DE “CONFORTO” JAPONÊS	96
4.1 Institucionalização	96
4.2. As vozes das vítimas	102
4.3 As vítimas e a situação na atualidade	116
CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

Nós, como sociedade, já passamos por muitas guerras, mas na história recente, uma das guerras mais significativas foi a Segunda Guerra Mundial, tanto pela quantidade de Estados envolvidos, como pelos crimes contra a humanidade cometidos. Além disso, se tornou também um marco para o campo das Relações Internacionais, Estudos para a paz e Direitos Humanos. Dentre os crimes cometidos podemos citar: as bombas de Hiroshima e Nagasaki, o genocídio contra os judeus e contra a comunidade LGBTQIA+, e o sistema japonês de tráfico, exploração e escravidão sexual de mulheres e meninas. (WATERS; RUSSELL III, 2012)

Muitos crimes contra a humanidade são causados por preceitos concebidos nas estruturas da sociedade, como a exemplo o apartheid da população negra na África do Sul, ou o apartheid de Israel para com a Palestina e sua população. Tais crimes mencionados são movidos por racismo e xenofobia, mas e quanto aos crimes em massa contra mulheres e meninas? Tais atrocidades são cometidas por causa das estruturas patriarcais e machistas da sociedade. E quando esses preceitos e estruturas atuam sob o mesmo caso? Nos casos acima, mencionados como racismo e xenofobia, as mulheres que viveram eles ainda tinham que lidar com a intersecção entre xenofobia, racismo e patriarcados, fazendo com que a situação dessas mulheres fosse agravada em meio ao caos que já viviam. (ENLOE, 1990) (CRENSHAW, 2014)

O sistema de tráfico, exploração e escravidão sexual institucionalizado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, conhecido popularmente como sistema de “conforto” é um exemplo do Estado patriarcal que falha em proteger seus civis e utiliza mulheres e meninas como objetos de servidão sexual para suas tropas. A prostituição, que já era permitida no Japão antes da guerra, foi agravada após o início do conflito, levando-a a um limite novo de crueldade. (SOH, 2009) (SAITO, 2013)

Diante do exposto, a pesquisa se justifica para elucidar de que forma algumas práticas de patriarcados, como a objetificação da mulher e a cultura de sexualização e estupro, pode ser transferida para o âmbito de guerra. Perceber que a mulher pode ser usada como uma tática de guerra por países, mesmo que em muitos deles sequer sejam consideradas soldados ou haja um alistamento para tal exercício é importante, pois quebra o imaginário de que “as mulheres cuidam de casa, enquanto os homens vão a guerra”, colocando-as em uma posição de inércia ou sem relação com a guerra

em geral. Portanto, é importante que sejam identificados, problematizados e discutido a posição de mulheres em espaços de guerra, sejam elas soldados, civis, escravas ou vítimas. (ENLOE, 2004) Mediante o entendimento de que mulheres são colocadas como objetos, e o fato de que os estudos na área de anti-militarismo e feminismo em outras localidades estão mais avançados, principalmente quanto a questão da exploração sexual da mulher mediante a guerras, mas quando a questão é levada a Ásia, ainda não se tem um campo de estudos firmado. Dessa forma o trabalho tenta compreender o seguinte questionamento: De que forma o sistema de conforto japonês foi criado em cima de uma cultura patriarcal de exploração da mulher?

Para o estudo com base no sistema de conforto japonês, se torna essencial percebermos que até então, apesar de haver sistemas de prostituição em todas as guerras, o Japão foi o primeiro país a institucionalizar esse sistema como uma política de governo. É de praxe que os países só ignorem a existência de tal prática ou não reforcem ela tão abertamente, o Japão, porém, não ignorou como se utilizou de mulheres, muitas delas ainda crianças, como forma de controle de tropas e com a desculpa de “desestressar” os soldados. Para isso, o país utilizou-se do tráfico de mulheres e meninas e da prostituição das mesas, institucionalizando as casas de “conforto” e o sistema de “conforto” como um todo. (SOH, 2009)

A hipótese central da pesquisa consiste na concepção patriarcal e machista da visão de objetificação e sexualização da mulher, e conseqüentemente, na ideia de que a mesma está em uma posição de submissão e servidão eterna a figura masculina. Nesse sentido, a hipótese segue: como o patriarcado, e conseqüentemente, a objetificação da mulher serviu para o Japão através do sistema de conforto na utilização de mulheres como tática de guerra. Essa hipótese é baseada por meio de bibliografia especializada nos seguintes pontos: 1) na utilização de mulheres como tática de guerra pelo governo japonês através do sistema de conforto (COPLEAN,1994; BISLAND; KIM; SHIN, 2019; QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014; HENSON, 1999; MICHIKO, 2001; O’HERNE, 2008); e, 2) na existência de patriarcados que vitimizam as mulheres (BEAUVOIR, 2012; ENLOE, 2004,1990, 2017; HOOKS,1984; LUGONES, 2016);

Dessa forma, o trabalho segue com o objetivo geral: Indagar sobre as estruturas patriarcais em conflitos bélicos focando no caso do sistema de tráfico,

escravidão e exploração sexual japonês durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa e Segunda Guerra Mundial. E os seguintes objetivos específicos:

- Indagar o papel das mulheres na sociedade e cultura japonesa da primeira metade do século XX e sua incidência na elaboração do sistema de conforto japonês durante a segunda guerra mundial;
- Compreender a construção do “sistema de conforto” japonês com base em conceitos trabalhados no pensamento feminista;
- Explicar e problematizar o “sistema de conforto” japonês diante do uso das mulheres como tática de guerra.

Como forma de entender os processos que atuam nas Relações Internacionais e na infração de Direitos Humanos e da mulher, faço deste projeto como minha justificativa para a obtenção do certificado de Mestre no programa de Relações Internacionais do PPGRI da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) na linha de pesquisa de Estudos para a Paz, Segurança Internacional e Direitos Humanos.

Por obter como principal foco de análise um sistema construído sobre as bases patriarcais da sociedade japonesa a fim de entender o lugar da mulher no sistema de “conforto” japonês, o trabalho tem como base conceitos trazidos pelas teorias de gênero e feminismo. Dessa forma, será trabalhado como base teórica os conceitos de patriarcado, sexismo/machismo e misoginia. Ao relacionarmos esses conceitos, identifica-se a necessidade de explicar alguns termos teóricos que estarão conectados a construção do sistema de “conforto”, como o da objetificação e sexualização da mulher, estupro, exploração e escravidão sexual, sendo explicados como práticas feitas através de uma estrutura patriarcal sob a cultura do sexismo. Assim, Martha Nussbaum (2022) elabora o conceito de objetificação identificando que “mulheres são tratadas não como pessoas em um todo, com total dignidade humana, mas como coisas para serem manipuladas e controladas pelos homens”³. E o conceito de sexualização é trabalhado através da American Psychological Association – APA (2007) que define que a “sexualização ocorre quando o valor de uma pessoa advém apenas de suas características ou comportamento, na exclusão de outras características, ou da objetificação sexual do ser”⁴. Esses conceitos fazem ligação

com processos de prostituição, escravidão e tráfico sexual, além do uso de mulheres como táticas de guerra – ponto principal da indagação teórica do trabalho.

Para explicar especificamente a ideia de mulheres serem usadas como tática de guerra, iniciamos primeiro com o conceito de guerra na visão do Estado, onde Sun Tzu (2010) comenta: “a guerra é de vital importância para o Estado; é o domínio da vida ou da morte, é o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império: é preciso manejá-la bem”. Já o conceito de tática de guerra é trabalhado com base na seguinte passagem “táticas, na guerra, é a arte e a ciência de travar batalhas em terra, no mar e no ar. Preocupa-se com a abordagem do combate; a disposição das tropas e outras personalidades; o uso de várias armas, navios ou aeronaves; e a execução de movimentos de ataque ou defesa”⁵ (CREVELED, 2022). Nesse caso, então, entendemos que o sistema de conforto foi feito através da objetificação da mulher, como uma tática para a situação de guerra, sendo utilizada como forma de controle para com os soldados do império japonês e aliados, de modo a apaziguar a situação e “confortá-los”.

Assim, como base os escritos de Simone de Beauvoir (2012), principalmente a obra *O Segundo Sexo*, na qual a autora relata que enquanto o homem é visto como o ser racional e neutro, conseqüentemente sempre certo, a mulher é vista como algo negativo, reduzindo a filosofia feminina a argumentos sem fundamentos críticos e sim a reações hormonais. Tanto Butler (2011), como Beauvoir (2012) retratam uma sociedade que minimiza e objetifica a mulher, portanto a mesma é colocada em uma posição de inferioridade à figura masculina. Assim, percebemos que a objetificação da mulher é normalizada dentro da nossa sociedade nas mais diversas ocasiões, o que não mudaria quando se tem uma ocasião como a Segunda Guerra Mundial.

Ao estudarmos a situação específica do sistema de tráfico e escravidão sexual japonês, percebe-se a aplicação dos conceitos abordados no trabalho, onde uma estrutura imperial e patriarcal, que através de uma cultura de objetificação e sexualização da mulher e de meninas, institucionalizou um sistema machista e misógino de escravidão e tráfico sexual. Nesse sentido, relacionamos a forma como as estruturas de poder patriarcais do sistema deram validação para a prática da sexualização e objetificação da mulher, colocando-a em uma posição de servidão ao homem dentro do sistema de “conforto” japonês.

Para a realização desse projeto foi necessária uma abordagem de forma qualitativa, considerando a necessidade de se investigar o caso proposto através do método de reconstrução de trajetórias, analisando biografias e relatos das vítimas, como: BISLAND; KIM; SHIN, (2019); QIU; ZHILIANG; LIFEI, (2014); SOH, (2009); HENSON, (1999); MICHIKO, (2001) e O'HERNE, (2008) e da revisão da bibliografia existente pelas lentes das abordagens de gênero e feministas (BARRAGÁN, 2001). Para a reconstrução de trajetórias, foi analisado o depoimento de 20 mulheres vítimas do sistema criado pelo Japão. Dentre elas estão as histórias de Chinesas (Lei Guiying, Ajiao, Zhu Qiaomei, Zhou Fenying, Lu Xiuzhen, Tan Yuhua, Yuan Zhulin, Yin Yulin, Wan Aihua, Chen Yabian e Lin Yajin), Maláias (Miss P, Miss X, Miss Y e Rolsalind Saw), Coreanas (Kim Bok-Dong e Yongsoo Lee), Filipinas (Estelita Dy e Maria Henson) e Holandesas (Jan Rutt O'Herne). Esses depoimentos analisados foram relacionados com os conceitos trabalhados na revisão bibliográfica para a construção do caso estudado.

O trabalho aborda o caso focando na construção do sistema de “conforto” e na estrutura criada sob a mulher, seu corpo e seu lugar na sociedade. Baseando-se na abordagem de Cynthia Enloe em seu livro “The Curious Feminist” (2004), que apresenta a construção de análises de poder entre feminino e masculino, Estado e sociedade. Trabalhando diversos conceitos dentro das disciplinas de gênero e feminismo como: o conceito de mulher e sua posição na sociedade (focando na sociedade japonesa), os conceitos de patriarcado, sexismo/machismo e misoginia, os relacionando aos conceitos de objetificação da mulher, cultura de estupro, sexualização, prostituição, como forma de entender o uso da mulher como tática de guerra dentro do sistema de exploração e escravização sexual institucionalizado como sistema de conforto pelo império japonês durante a segunda guerra mundial.

Como forma de apresentar uma contextualização ao leitor e de entender a criação do sistema japonês foi investigado a história do Japão, desde a restauração da Era Meiji até a Segunda Guerra, onde será utilizado as seguintes bibliografias “O crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa” (1972) de Ruth Benedict, “A History of Japan” (2013) de Hisho Saito, entre outros. Para a estruturação e reconhecimento do caso a ser estudado é utilizado fontes governamentais dos países envolvidos (Japão, Estados Unidos, China, Coreias...) como forma de verificar o

modelo de funcionamento do sistema de conforto e como foi criado. Assim como o uso de notícias dos principais jornais internacionais e relatórios de organizações internacionais como a Human Rights Watch, UNODC e ONU Mulheres.

Dessa forma, essa dissertação está dividida em 4 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo, “DO IMPÉRIO AO EIXO”, é responsável por informar ao leitor a história e cultura do Japão, como um capítulo de contextualização, será abordado desde a restauração da Era Meiji (1868) até a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial como membro do Eixo (1940). O segundo capítulo, “MULHERES, SOCIEDADE, FEMINISMOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS”, trabalha conceitos mais abrangentes dentro da pesquisa feminista, como Patriarcado, machismo/sexismo masculinista e misoginia. Assim como o capítulo 2, o capítulo 3, “USO DE CORPOS DE MULHERES”, faz parte da construção teórica do presente trabalho, apresentando conceitos como o de prostituição, exploração e escravidão sexual, e tráfico de pessoas. No último capítulo, “AS MULHERES E O SISTEMA DE ‘CONFORTO’ JAPONÊS”, retrata a institucionalização do sistema de tráfico sexual e prostituição de acordo com a vivência das mulheres que foram forçadas a esse sistema como forma de provar a institucionalização desse sistema pelo Estado japonês, baseando na construção da sociedade patriarcal e sexista do Japão.

CAPÍTULO 1 – DO IMPÉRIO AO EIXO

Para o melhor entendimento do sistema de mulheres de “conforto” e dessa dissertação, torna-se necessário o estudo da história japonesa, trazendo uma contextualização histórica e cultural de como o governo e sociedade funcionavam no Japão desde a transição do Shogunato Tokugawa (último período em que o Estado foi comandado por militares) para a Era Meiji, passando pela Primeira e Segunda Guerras Sino-Japonesas, pela Guerra Russo-Japonesa até o fim da Segunda Guerra Mundial. Por isso, é necessário explicar a história japonesa desde a Revolução Meiji para entendermos as motivações e pensamentos da época, além de demonstrar a criação do exército imperial japonês, grande ator do sistema de “conforto”.

1.1 Revolução e a Era Meiji

Inicialmente, na história do Japão, havia uma óbvia afeição pelo modelo Chinês de construção de um estado sem castas Estado e cultura. De certa forma, os japoneses herdaram ou exportaram da cultura chinesa e a adaptaram ao seu modelo coisas como a arquitetura, vestimentas e até mesmo sua forma de positivar a linguagem. Mas o Japão não conseguiu implementar totalmente o modo chinês, a atuação de um Japão sem castas era difícil pois sua característica feudal hereditária, dificultava a implementação de uma igualdade no sistema japonês. Essa dificuldade sobretudo advinha da forma como a situação do imperador e da família imperial era vista pelo Japão. Ao contrário da China, que possuiu diferentes governantes de diferentes dinastias e clãs, a visão japonesa era de que a casa imperial era, de acordo com Ruth Benedict (1972, p. 55) “Aqueles que habitam acima das nuvens’ e somente pessoas dessa família podem ser imperadores”.

A sociedade japonesa da época era baseada em castas, sendo a primeira a casa imperial, seguida pelos nobres e mais quatro castas logo depois. Benedict (1972, p. 57), explica:

“[...] havia quatro castas japonesas, em ordem hierárquica: os guerreiros (samurai), os fazen-deiros, os artesãos e os comerciantes. Ainda abaixo destes, estavam os párias. Os mais numerosos e famosos dentre os párias eram os Eta, trabalhadores em ofícios

proscritos. Eram varredores, sepultadores dos executados, esfoladores de animais mortos e curtidores de peles. Eram eles os intocáveis do Japão ou, mais exatamente, os seus incontáveis, pois até mesmo a extensão das estradas que atravessavam suas aldeias não era aferida, como se a terra e os habitantes da região não existissem.”

Sobre isso, vale comentar que as castas japonesas, ao contrário do ocidente, eram mais flexíveis. Dentro desse sistema japonês, podia-se através de enriquecimento ascender a castas mais nobres, não havia restrição para o casamento entre as castas, ou seja, uma mulher podia casar-se com a casta samurai e um homem poderia virar um “marido adotado” onde ele renunciava a sua família e assumia o nome da família da esposa (BENEDICT, 1972).

Essas composições sociais eram tão importantes para a sociedade japonesa, principalmente quando estamos falando de hierarquia e respeito a ela, que quando havia um embate ou reivindicação entre castas, como por exemplo uma reivindicação dos camponeses agricultores sobre os impostos, por mais que os camponeses conquistassem o que estavam pedindo, ainda assim, quem participava do movimento de reivindicação sofria punições, por ser considerado um desrespeito a hierarquia japonesa. Ou seja, os camponeses que participassem eram condenados à morte e a sociedade, e eles próprios, aceitavam tal punição por perceberem a hierarquia e castas como algo quase sagrado (BENEDICT, 1972).

Com essa importação da cultura chinesa – por mais que não conseguissem apagar o sistema de castas – certas percepções sobre a casa imperial foram tomando forma, como percepções de que o poder não deveria necessariamente ser concentrado no Imperador. Com isso, no século VIII, a família Fujiwara toma o poder da casa imperial e os relega a segundo plano, causando a revolta dos senhores feudais e mergulhando o país em uma guerra civil que finaliza com Yoritomo Minamoto, antigo general militar, vencendo contra todos os inimigos e tomando as rédeas da nação. Diante da vitória e governança do Japão, Minamoto, assumiu o título militar, *Xógun*¹, começando a era dos Shogunatos. Os shogunatos passavam de forma hereditária, apenas trocando de família se alguma família rival lutasse e ganhasse da família que estava no poder. Com isso, o poder do imperador – antes absoluto – passou a ser apenas ritualístico, como uma forma de afirmar e ratificar a

¹ Xógun pode ser traduzido como “Generalíssimo dominador dos bárbaros”.

governança dos shoguns sob a nação japonesa. O período dos shogunatos no Japão foi extenso, indo de 1192 com o shogunato Kamakura até 1868 com o shogunato Tokugawa (BENEDICT, 1972).

Depois de muitos anos de shogunatos, o Japão foi restituído como império - de 1868 até sua dissolução com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Com a revolução Meiji em 1868, na qual marca o final do shogunato Tokugawa², caracterizado como uma ditadura militar feudal, e o começo do império japonês. O shogunato Tokugawa ficou marcado por uma oposição ao ocidente e tudo o que o ele exportava. Com isso, o shogunato não mantinha relações próximas com nenhum país do ocidente. Como uma agravante a esse distanciamento, houve a chegada e expansão astronômica dos cristãos no país. Surgindo a intolerância aos não adeptos ao cristianismo, e um movimento de aversão aos novos cristãos uma vez que esse movimento catequético encaixou na sociedade japonesa e, por isso, os cristãos foram expulsos do país, e qualquer país que tivesse característica missionária, como Portugal, foi cortada as relações (SAITO, 2013).

O poder que antes era concentrado nos shoguns volta a mão do imperador – que com a morte de seu antecessor, Kōmei em 1867, assume o sucessor Matsuhito com 15 anos, que ficaria conhecido como Meiji intitulado a Era Meiji. A disputa entre o império e aqueles que apoiavam o shogunato não acabou com a retomada do mesmo ou com a guerra civil entre o império e alguns shoguns – agora considerados rebeldes – durou até 1869 com a rendição do forte de Goryokaku, dando ao imperador total controle do território japonês (SAITO, 2013).

O alto escalão do império japonês era constituído pelo poder absoluto do imperador, logo abaixo vinha o *Sōsai* (ministro-chefe), no qual comandava o *Gijō* (conselho menor) e o *Sanyō* (conselho maior). Essa formação do alto escalão era seguida por ministérios (*Daijō Daijin*, o *Sadaijin* e o *Udaijin*) que ajudavam a comandar a sociedade japonesa da época, tais ministérios ficavam sob o controle do *Daijō-kan* (departamento de Estado).

² O shogunato (ou xogunato) era comandado pela família Tokugawa desde 1603. Seu estilo se caracterizava principalmente pelo forte isolamento, principalmente contra o ocidente, impossibilitando o mínimo contato e dessa forma mantendo as tradições e segurança nacional intactas. Os shogunatos eram comandados pelos shoguns (equivalente ao comandante na patente ocidental), os shoguns eram superiores aos samurais (equivalente ao soldado no ocidente). (SAITO, 2013)

O sistema feudal japonês teve seu fim em 1869 com a posse oficial do imperador de todas as terras. Outras mudanças foram realizadas, como a abertura do país para as civilizações estrangeiras, mudando sua posição antagônica a abertura no período do shogunato, tornando-se amigável e, com isso, causando uma grande imigração de estrangeiros – principalmente de britânicos e franceses – trazendo também as inovações, costumes e tecnologias do ocidente. Com a abertura para as civilizações europeias, o império japonês acabou incorporando alguns aspectos do sistema europeu, como o sistema penal/judiciário, as instituições financeiras, de seguro, o sistema postal e o exército imperial (SAITO, 2013).

Para enfraquecer o poder dos antigos shoguns e daimios, a partir da Era Meiji, as castas que antes eram fundamentais para a sociedade japonesa, foram desfeitas, os samurais e daimios não tinham mais espaço dentro da governabilidade japonesa, e foram, de forma gradual, destituídos de suas responsabilidades. Com isso, o poder foi concentrado em duas vertentes, a da casa imperial japonesa, que possuía de novo o comando e governabilidade do Estado, e os comerciantes, que com o fator da riqueza monetária e a abertura do Japão para o comércio com o exterior. Tais mudanças trouxeram muita insatisfação para algumas castas japonesas, principalmente para os Samurais e agricultores, resultando em uma série de revoltas contra o governo Meiji, “Entre 1868 e 1878, a primeira década Meiji, verificaram-se, pelo menos, 190 revoltas” (BENEDICT, 1972, p. 71).

Na história do Japão houve governantes mulheres como a Imperatriz Sukiko (governou de 592-627), Imperatriz Koken (governou de 749-758, e 764-770), Imperatriz Genmei (governou de 707-715). Essas imperatrizes têm histórias de governança total do Japão pelos anos mencionados com feitos importantes que moldaram a história do Japão como a formação da primeira constituição japonesa, creditada a Imperatriz Sukiko e a disseminação do budismo no país, creditada a Imperatriz Koken. Atualmente, a história e importância dessas mulheres é desconsiderada, sendo retratadas como meras marionetes e “tapa-buraco” até que um sucessor homem pudesse assumir. Mesmo que suas histórias e conquistas sejam creditadas a homens, é imprescindível reconhecermos o papel dessas Imperatrizes na formação e na história do Japão (JOZUKA, 2019). A falta de reconhecimento da participação dessas figuras históricas contribui na construção de um imaginário

sexista dentro do Japão, colocando as mulheres mesmo quando em posição de poder, abaixo ou menos relevantes do que a figura do homem. Considerando que isso acontece com mulheres em posições privilegiadas, quando é referido a mulheres em situações de menos privilégio elas serão facilmente apagadas e descreditadas, como a exemplo das vítimas do sistema de escravidão sexual japonês.

Mas com a restauração da Era Meiji, devido ao fato de que o Imperador tomou o controle do exército e com a ideia de que as mulheres não podiam comandar o exército, em 1889, é impedido de mulheres assumirem o trono do Império japonês. Como uma tentativa de se ocidentalizar, uma linha sucessória apenas de homens foi instaurada, já que muitos impérios ocidentais não reconheciam a sucessão direta ao trono de mulheres e, de acordo com suas constituições, apenas homens podiam assumir o poder. Com a tentativa de assumir uma constituição já aplicada no ocidente, o Japão tenta a ocidentalização como uma forma de “desenvolvimento” e familiarização com as forças europeias, adotando assim seu modelo colonial. Dessa forma, “Os líderes Meiji se inspiraram na constituição prussiana – que proibia as mulheres de ascender ao trono – e em 1889 proibiu as mulheres de serem entronizadas. Eles não queriam replicar o modelo britânico onde reinou a rainha Vitória.”. Esse modelo patriarcal e a proibição de mulheres como chefes do Império segue até a atualidade (JOKUZA, 2019).

Vale ressaltar, também, que os homens japoneses na época do shogunato aprendiam a lutar e a controlar as emoções segundo o código de ética *Bushido* – onde os principais princípios eram honra, coragem, habilidade em artes marciais e lealdade. Apesar do *Bushido* ser conhecido por ser o código de ética dos Samurais (guerreiros), o código passou a ser usado por toda a sociedade japonesa, inclusive mulheres, as *Onna-Bugeisha* ou *Onna-Musha*³, por exemplo, aprendiam a usar espadas leves e facas, além de controlar suas emoções e seguir os princípios do *Bushido*. Mas mesmo assim a mulher japonesa ainda era considerada subordinada ao homem, e após o final da era dos samurais as *Onnas* também cessaram existência. Apesar de todas as

³ As *Onna-Bugeisha* ou *Onna-Musha* eram guerreiras japonesas – maioria de famílias de samurais sendo elas: esposas, irmãs ou filhas de samurais, mas não garantidas as honrarias e benefícios de um samurai – que defendiam suas vilas e castelos, a maioria quando na ausência de homens. Há poucos relatos das *Onnas* nos campos de batalhas, mesmo que haja alguns nomes para serem destacados como: Hangaku Gozen, Imperatriz Jingu e Tomoe Gozen. (ALMEIDA, 2022)

mudanças que ocorreram com a restauração do império japonês, uma das poucas coisas que perdurou a mudança foi o código de ética *Bushido* (ALMEIDA, 2022). Mesmo que parte da sociedade japonesa já fosse baseada no patriarcado, a influência de estruturas europeias através da colonização fez com que a mulher tivesse seu papel ainda mais sucateado dentro da sociedade japonesa, onde elas foram relegadas a papéis domésticos e de cuidado mesmo que um dia já tivessem possuído grande papel dentro da sociedade, fossem elas protetoras ou até mesmo chefes de Estado.

Ainda que o *Bushido* fosse um código que de certa forma era seguido, a influência europeia no Japão já se tornava óbvia, principalmente quanto a educação, em que o estilo europeu foi priorizado e até mesmo algumas escolas ensinavam em línguas estrangeiras. Essa influência, principalmente entre os nobres da época, fez com que a população começasse a pressionar por uma mudança para um governo constitucional. Já no caminho para essa mudança, em 1885, o *Daijō-kan* foi abolido e foi instaurado completamente o sistema europeu, sendo agora instituído no país um presidente que comandava os seguintes departamentos:

“1. Home Office (*Niamu-shō*); 2. Ministério das Relações Exteriores (*Gaimu-shō*); 3. Ministério do Tesouro (*Okura-shō*); 4. Ministério da Guerra (*Rikigun-shō*); 5. O almirantado (*Kaigun-shō*); 6. Departamento de Justiça (*Shihō-shō*). 7. Conselho de Educação (*Mombu-shō*); 8. Conselho de Agricultura e Comércio (*Noshōmu-shō*); 9. Conselho de Comunicação e Trabalho (*Teishin-shō*).” (SAITO, 2013, p. 215)

Finalmente, em 1889, foi promulgada a constituição, na qual instituiu a Casa dos Lordes e a Casa dos Representantes. O poder do imperador, dentro desse novo modelo, é de ajudar as casas com o poder da lei, vetar decisões e desfazer ambas as casas. Essa constituição é vigente até a atualidade. Em 1890, também foram feitas uma nova constituição legal, além de um novo código civil. (SAITO, 2013)

No Japão a obediência era algo central a sua sociedade. A obediência ao Estado e ao Imperador era imprescindível e incontestável. Essa característica em particular da cultura japonesa fez com que a empreitada imperialista do país não fosse contestada, pelo contrário, fosse imensamente apoiada por seus nacionais. Esse comportamento foi fundamental para a construção do Império japonês, conhecido também como Império do sol nascente (BENEDICT, 1972). A construção do novo

império japonês foi fundamental para o surgimento de seu exército e dos ideais perpetuados através dele.

1.2 O imperial exército japonês

No Japão da Era Meiji, o exército era um fator predominante, de muito reconhecimento popular e influência política. O Japão começou o processo para institucionalizar instituições militares em 1868 com a criação do Departamento de Assuntos da Marinha e do Exército, que mais tarde, em 1869, é transformado em Ministério da Guerra, e apenas em 1871 é que os departamentos do exército e da marinha são criados, como duas instituições distintas. Em 1872, foi dissolvido o Ministério da Guerra e criado o Ministério do Exército e o Ministério da Marinha (JACAR, 2022a). O Ministério da guerra japonês foi definido como “uma organização encarregada da administração do exército (administração militar), como a organização do exército, armas e assuntos pessoais”⁴ (JACAR, 2022b, tradução própria).

Dado o fato de que a força de segurança japonesa anterior eram os samurais e os senhores feudais, fazer com que o imperador se tornasse chefe das forças armadas era essencial para a criação de um exército. Essa ligação entre o imperador e o exército foi feita tanto como forma de ligar um passado tradicional a essa nova era, como o fato de garantir a lealdade dos soldados para com o exército, o Estado e o imperador. A criação de um exército no modelo ocidental também era essencial para quebrar o com o imaginário japonês do antigo regime, dessa forma, o exército imperial japonês institui o treinamento originalmente em modelo alemão e, mais tarde, sob o modelo francês (DREA, 2009). Agora, sob influência de estruturas e modelos coloniais na reestruturação do Estado e exército japonês, essa mudança marca, então, o fim do Estado japonês sem influência direta de poderes externos e passa a se tornar o Estado (colonial) no Japão (BADIE, 2009).

Um artefato muito bem utilizado pelo novo império japonês para com seus soldados é o que a autora Ruth Benedict (1972) vai definir como “on” um débito de gratidão, lealdade e responsabilidade para com alguém e seus antepassados. Essa característica da sociedade japonesa, o “on”, é o que a autora vai comentar como

⁴ Citação original: “軍隊の編成、兵器、人事等の陸軍行政（軍政）を管掌する機関” (JACAR, 2022b).

artefato principal para o engajamento de soldados na guerra, onde cada movimento que os soldados faziam em prol do imperador era um débito - um “on” - pago por aquele soldado. Na sociedade japonesa da época não havia maior “on” do que o que se devia ao imperador ou a casa imperial, ou seja, o eterno sentimento de dívida e gratidão para com o imperador tornava os sacrifícios, como a exemplo dos Kamikazes, um ato de pagar suas dívidas para com o imperador. Essa relação e modelo mental da sociedade japonesa se mostrou primordial para o exército, quando em batalha tinha a fama de ser um oponente forte - “ousado no ataque, teimoso na defesa”⁵ - normalmente, escolhendo lutar até a morte do que a rendição e virar um preso de guerra (BARKER, 1979, p. 7, tradução própria).

Um soldado japonês tinha inicialmente entre 20 a 40 anos – mais tarde, durante a mobilização de Pearl Harbour, a idade vai ser reavaliada indo de 19 a 45 anos. Os soldados japoneses seguiam um rigoroso código de conduta, no qual Barker (1979, p. 10) vai resumir em cinco pontos centrais:

- “1. O soldado deve considerar a lealdade como seu dever essencial. 'Lembre-se que a proteção do Estado e a manutenção de seu poder dependem da força de seus braços...Lembre-se que o dever é mais pesado que uma montanha, enquanto a morte é mais leve que uma pena.’
2. O soldado deve ser rigoroso na observância do decoro. 'Os inferiores devem considerar as ordens de seus superiores como emitidas diretamente de Nós.' (o Imperador)
3. O soldado deve estimar o valor. 'Nunca despreze um inimigo inferior, ou temer um superior, mas cumprir seu dever como soldado ou marinheiro - isso é verdadeiro valor.’
4. O soldado deve valorizar muito a fidelidade e a retidão. 'A fidelidade implica o cumprimento da palavra, e a retidão, o cumprimento do dever.’
5. O soldado deve fazer da simplicidade o seu objetivo. 'Se você não fizer da simplicidade o objetivo da excursão, você se tornará efeminado ou frívolo e adquirirá afeição por modos luxuosos e extravagantes.’”⁶ (Tradução própria)

⁵ Citação original: “*daring in attack, stubborn in defense*” (BARKER, 1979, p. 7)

⁶ Citação original: “1. *The soldier should consider loyalty his essential duty. 'Remember that the protection of the state and the maintenance of its power depend upon the strength of its arms...Bear in mind that duty is weightier than a mountain, while death is lighter than a feather';* 2. *The soldier should be strict in observing propriety. 'Inferiors should regard the orders of their superiors as issuing directly from Us.' (the emperor);* 3. *The soldier should esteem valour. 'Never despise an inferior enemy, or to fear a superior, but to do one's duty as a soldier or sailor - that is true valour.';* 4. *The soldier should highly value faithfulness and righteousness. 'Faithfulness implies the keeping of one's word, and righteousness the fulfilment of one's duty.';* 5. *The soldier should make simplicity his aim. 'If you do not*

Dessa forma, o imperador mantinha poder sobre seus soldados mesmo quando longe do Japão. Havia outro motivo para que os soldados fossem tão devotos às lições do código, além da preferência pela morte em vez de prisão, pois ser preso por um inimigo era considerado uma desonra tanto para o soldado como para sua família. E além da desonra, a família desse soldado não receberia pensão do exército, considerando o fato de que a maioria desses soldados não vinham de famílias de castas altas nem tinham muito dinheiro, sendo, na maioria das vezes, filhos de camponeses que sustentavam a família toda. (BARKER, 1979)

O retrato do soldado japonês, apesar de forte, era iletrado, com a estatística de que até 1891 apenas 14% de seus soldados frequentaram algum tipo de instituição de educação formal (DREA, 2009). Por serem maioria advindos de famílias de camponeses pobres e com pouca ou nenhuma educação formal, muitos soldados ainda eram ligados fortemente a tradições e superstições. Dito isso, o treinamento do exército era focado em repetições e em ensinar o básico, como forma de manter o funcionamento mínimo da instituição. O investimento japonês em educação primária, no entanto, foi enorme nos anos seguintes. De 1891 a 1903, o número de meninos que atendiam o equivalente ao ensino fundamental quadruplicou, mas mesmo assim o número de iletramento no país ainda era alto e refletia nos soldados das forças militares japonesas. Apenas em 1920, com a reforma do sistema educacional no país o estudo se tornou obrigatório em escolas de gramática e resultou em taxas baixas de analfabetismo, menos de 1%. (DREA, 2009)

Mesmo com um alto número de soldados disponíveis e com grande prestígio, as forças armadas japonesas ainda tinham grandes problemas na modernização de seus dispositivos bélicos, tanto por não conseguirem produzir em grande escala como por falta de técnicas modernas. Sobre isso, o campo militar do país deixava a desejar se comparado às grandes potências europeias presentes na Ásia durante os anos de 1890. Como forma de compensar a falta de armamentos modernos e de quantidade de produção, os soldados praticavam a perfeição e dominavam várias técnicas de combate. As espadas, antes famosas por seus samurais, agora eram consideradas inúteis diante das armas modernas. (DREA, 2009)

make simplicity your aim, you will become effeminate or frivolous and acquire fondness for luxurious and extravagant ways." (BARKER, 1979, p. 10)

O Exército Imperial Japonês teve grande participação e é considerado principal ator do Japão imperial, sendo a ele computado a principal força do país. O Exército Imperial durou 77 anos, desde sua criação em 1868 até o final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Japão em 1945.

1.3 O expansionismo do império japonês

Dado a reforma do Império japonês com a Era Meiji, as pretensões expansionistas – tanto territorial como de influência política na região – fez com que o Japão entrasse em inúmeras campanhas por conquistas, principalmente com seus vizinhos de territórios mais próximos, a China e a Coreia. Com isso, nessa seção é abordado os conflitos que o Japão entrou como forma de se posicionar como um ator internacional e de grande influência no continente, competindo diretamente com a China.

1.3.1 Primeira Guerra Sino-Japonesa

Em meio a reformas e tentativas de manter relações com seus vizinhos, principalmente por uma maior influência na Coreia, o Japão começa a pressionar o governo coreano para abertura de seus portos, o que culmina na criação de uma embaixada japonesa em território coreano, em 1876, algo que não agradou os chineses – que possuíam maior influência no território. Com a abertura dos portos e relações diplomáticas estabelecidas com o território coreano, o Japão começou o ganho econômico na região, onde cerca de 90% das exportações coreanas tinham destino no território japonês nos anos de 1970 (GORDON, 2003).

A relação da Coreia com o Japão, a partir de 1880, começou a ficar mais próxima politicamente, já que, como forma de combater a influência política que a China tinha sob território coreano, o Japão expandiu sua área de influência política para a Coreia. Com isso, eclodiu vários conflitos entre japoneses e chineses e seus respectivos apoiadores em território coreano. Estavam divididos em território coreano, os pró-governo com a influência chinesa e os pró-independência da China, que se juntaram ao Japão, mesmo que a ideia inicialmente fosse de que a independência não era apenas da China, mas era de todas as forças estrangeiras. Devido a essa divisão

entre apoiadores chineses e japoneses, além das próprias forças armadas e diplomatas de cada país a Coreia se tornou palco da tensão política entre China e Japão (GORDON, 2003). Fora do eixo asiático, a tensão política entre China e Japão também era alimentada pelos impérios europeus como forma de colonização daqueles territórios, ao colocar os dois maiores Estados da região do extremo oriente diretamente em choque.

A tensão entre os dois impérios culminou em 1894, com a tentativa de golpe ao trono coreano por Kim Ok-Kyun, prometendo aumentar a influência japonesa no país, mas a realidade foi contrária. Com a intervenção chinesa à tentativa de golpe e os civis coreanos descobrindo a participação japonesa nele, houveram vários ataques ao Japão e seus representantes em solo coreano. Para o Japão, havia uma óbvia tentativa de ganhos políticos e de influência, o país tentava se posicionar como um guia para a Ásia, com os ideais de uma Pan-Ásia e de uma Coreia independente da China. Dessa forma, descobrindo a influência japonesa na Coreia e a ajuda ao golpe, o país se dividiu ainda mais e as tensões continuaram escalando no extremo oriente (GORDON, 2003).

A relação entre a China e Japão desgastava não apenas em território coreano, mas diretamente entre os países, piorando com a pressão dos impérios ocidentais para com a abertura da China. Em 1885, depois da guerra do ópio entre as civilizações da Europa, Japão e a China foi assinado o Tratado de TienTsin – fazendo parte dos chamados Tratados Desiguais ou Tratados Coloniais. O tratado assinado informava que a China iria ceder o controle das províncias de Annam e Tonkin para a França, além de permitir que houvesse exportações tanto francesas como de seus protegidos para a China. As concessões de terra seriam anexadas aquelas nas quais a China já havia feito no Tratado de Nanquim⁷. A China também concordaria em retirar suas tropas da Coreia, assim como o Japão, reconhecendo a soberania coreana. Esse tratado não durou muito tempo, com o aumento das tensões entre japoneses e

⁷ O tratado de Nanquim foi assinado em 1842 entre a Grã-Bretanha, a China e o Japão. O tratado abre algumas cidades da China para a moradia de cidadãos britânicos, assim como transfere a posse de Hong Kong a coroa britânica, o fato de que a China deveria pagar no total cerca de 30 milhões de dólares como forma de ressarcir a coroa britânica, seus comerciantes e o ópio perdido. O tratado marcou o começo do que se considera como “Tratados Desiguais” onde a China começa a ceder concessões a países europeus como forma de acabar com as guerras e invasões ao território chinês. O tratado também deu início ao desmantelamento do sistema tributário chinês, depois desse tratado, a China perde regularmente o domínio sobre o tributo de seus portos para os europeus. (SILVA, 2017)

chineses em território coreano, culminando na morte do reformista coreano Kim Ok-Kyun, pró-Japão, em Shanghai. O acontecimento teve como consequência a eclosão da primeira guerra sino-japonesa em 1894, em solo coreano (SILVA, 2017).

A guerra não se prolongou muito, tendo seu final em 1895 com a vitória do império japonês. Uma das principais causas para a vitória japonesa era de que além da centralização do Estado, o Japão teve a capacidade de modernização rápida graças a eficácia da administração, políticas internas e ajuda colonial europeia. A centralização estatal do Japão, foi essencial para a vitória, visto que com um Estado centralizado, diferentemente da China, o Japão conseguiu focar seus esforços na guerra. Enquanto a China – territorialmente maior e mais populosa – teve altos problemas institucionais e não reconheceu a ineficácia do programa de auto fortalecimento, além do fato da existência dos tratados desiguais que diminuíram muito a arrecadação do império chinês e as inúmeras guerras que tinha entrado em pouco tempo. A falta de centralização do governo fez com que a corrupção, jogo político e atrasos em respostas a guerra complicassem a situação da China. Com isso, o resultado da primeira guerra sino-japonesa foi a vitória do Japão e mais uma desestruturação chinesa (SILVA, 2017).

A primeira guerra sino-japonesa termina oficialmente com o Tratado de Shimonoseki em 17 de abril de 1895 (instaurado em 8 de maio do mesmo ano), no qual era acordado que a China agora reconhecia a completa independência e autonomia da Coreia, a China também “cedeu” ao Japão alguns territórios incluindo as ilhas dos pescadores, península de Liaodong e Taiwan⁸. Também ficou acordado que a China pagaria ao Japão o valor de 200 Milhões de *Kuping Taels*⁹ e a abertura dos portos e cidades chinesas tanto para mercadorias como para a população japonesa. (ver figura 1) (US-CHINA INSTITUTE, 2022)

Figura 1 – Antes e depois do Tratado de Shimonoseki

⁸ Ilha Formosa.

⁹ Moeda utilizada na China antiga.



FONTE: OMINI ATLAS, 2017a¹⁰

Como podemos perceber a partir da figura 1, a primeira parte da imagem condiz com a repartição territorial em 1894 antes do início da guerra entre Japão e China, e a segunda condiz com a repartição territorial depois do tratado de Shimonoseki, finalizando com o território japonês com quase o dobro do seu tamanho original. Com o resultado da Primeira Guerra Sino-Japonesa – uma guerra que condiz majoritariamente sobre o comando da Coreia – o Japão inicia sua jornada de expansão de influência e principalmente de território dentro do continente asiático.

Internamente no Japão, a vitória na guerra foi bem recebida, aumentando o nacionalismo, a força do imperador e do exército. A guerra também se provou valiosa economicamente ao país:

“Como parte do acordo de paz, o Japão ganhou uma indenização extraordinária de 360 milhões de ienes da China. Isso representou cerca de quatro vezes e meia o orçamento nacional anual do Japão para o ano anterior à guerra. A maior parte da recompensa (300 milhões de ienes) foi para gastos militares. Uma pequena parte foi investida em uma moderna siderúrgica estatal em Yahata, na ilha de Kyushu. Os benefícios indiretos foram substanciais.” (GORDON, 2003, p. 118. Tradução própria)¹¹

¹⁰ Na imagem à esquerda é como o território da Coreia estava antes do Tratado de Shimonoseki, sendo colônia chinesa. Na imagem à direita, mostra a troca de poder que houve após o tratado, agora o território coreano estava sob o comando do império japonês.

¹¹ Citação original: “As part of the peace settlement, Japan gained an extraordinary indemnity of 360 million yen from China. This amounted to about four and a half times Japan’s annual national budget of the year before the war. Most of the bounty (300 million yen) went to military spending. A small portion was invested in a modern, state-run iron and steel mill at Yahata on the island of Kyushu. Indirect benefits were substantial.” (GORDON, 2003, p. 118).

Diante de todos os benefícios, o Japão então compreende o valor do poder e expansão territorial através da guerra, com o apoio de países europeus que tinham interesse em quebrar a influência e poder chinês no continente – baseados na lógica colonial de tentar deter o mais forte primeiro e depois subjugar os menos fortes ou destruí-los, a clássica ideia imperial de dividir para conquistar. Com isso, o Japão foi ficando cada vez mais estruturado militar e economicamente, se tornando um verdadeiro competidor na região.

1.3.2 Guerra Russo-Japonesa

Quanto à questão do território coreano, mesmo que a China houvesse declarado a independência da Coreia, ainda havia países presentes na península como o Japão e a Rússia. E, no começo do século XX, o Japão entra em conflito com a Rússia pela Coreia. A península coreana retratava algo para esses três Estados – para a China, a Coreia era um ponto estratégico para impedir as constantes invasões de outros grupos; para a Rússia, a Coreia e a Manchúria significavam impedir o avanço japonês e apoiar seus aliados; e para o Japão, a península além de estar estrategicamente posicionada impedindo que o Japão fique exposto aos seus inimigos, era também um ponto de comércio importante (PAINE, 2003).

Já com a glória da derrota da China na Primeira Guerra Sino-Japonesa, o Japão foi considerado uma potência militar e um país, que antes sequer era comentado no ocidente, passou a ser o ponto de interesse das potências europeias. Diante da glória e do interesse das potências europeias, o Japão forma alianças comerciais e militares principalmente com o Império Britânico. Nessa aliança fica evidente o interesse do Japão em se mostrar como potência asiática, além de fazer a balança de poder com a China, principalmente ao se aliar aos britânicos, que tinham interesse especial no território chinês (DREA, 2009).

O medo de que a Rússia invadisse países asiáticos esteve presente no continente desde os anos de 1850, por causa das intenções expansionistas do sistema imperial de Czares. Esse medo começou a se tornar real com a presença da Rússia através da construção da via ferroviária Transiberiana, mais especificamente o trecho da via Trans-Manchúria, construída entre 1897 e 1902. A ferrovia então se tornou um dos principais pontos estratégicos, tanto para a economia e comércio como

para o possível transporte de armamentos e forças armadas, além do fato de que com a concessão do espaço à Rússia, foi permitido que o país trouxesse guardas com o propósito de fazer a segurança da ferrovia. A ferrovia ligava Chita, Port Arthur e Vladivostok com Beijing, Pyongyang e Seoul (ver figura 2). (DREA, 2009)

Figura 2 – Mapa da ferrovia Transiberiana e Trans-Manchúria



FONTE: ROSCONGRESS, 2019¹²

A criação da ferrovia dava carta aberta para a Rússia chegar na Coreia, que era ponto de influência japonês, portanto o Japão ficaria sem proteção, estrategicamente exposto a quem eles consideravam seu maior inimigo na região após terem derrotado a China. Com o óbvio interesse dos países no território Coreano as tensões foram crescendo, até que em fevereiro de 1904 os dois países entraram em guerra. O principal motivo apresentado para o acontecimento desse conflito era o não cumprimento do Protocolo de Paz de Boxer, ou seja, a saída da Rússia da Manchúria (DREA, 2009).

¹² A figura 2 se refere ao mapa da ferrovia trans-machúria que ligava, por trem, a Rússia, China e Coreia.

A guerra Russo-Japonesa começou com a batalha de Port Arthur, porto em Liaodong (província chinesa), sob concessão russa. A batalha começou com um ataque do Japão às frotas navais russas que estavam presentes em Port Arthur no momento. Sem uma declaração formal de guerra à Rússia, o Japão tentou um ataque surpresa ao porto em Liaodong, o ataque surpresa, além de ser um padrão comum dentro de ataques feitos pelo exército imperial, teve como motivação também a falta de preparação prévia da Rússia para a guerra, pois, considerando os números populacionais e capacidade militar a Rússia ultrapassava o Japão. Mesmo tendo destruído muitas embarcações russas o ataque não foi o suficiente para neutralizar as forças navais russas, que durante a batalha defenderam o porto e fizeram com que o Japão recuasse momentaneamente, ganhando a batalha de Port Arthur. Mas, ao final da batalha, no dia 10 de fevereiro, a Rússia recebeu oficialmente o comunicado de guerra japonês, dando início a Guerra Russo-japonesa (SAITO, 2011).

A Guerra entre Rússia e Japão, ao contrário do que acreditavam os russos, não foi uma fácil vitória russa. Os japoneses se mostraram excelentes estrategistas e apenas a batalha de Port Arthur não foi uma total vitória japonesa, pois durante os quase dois anos que durou os conflitos entre os dois países, o Japão teve repetidas vitórias contra as forças militares russas, vencendo as principais batalhas da guerra como a do rio Yalu, a de Liaoyang, de Mukden e Tsushima (Ver figura 3). Através de estratégias de cerco, o Japão conseguiu com sucesso neutralizar a presença da Rússia na China e na Coreia. (SAITO, 2011).

Figura 3 – Mapa das batalhas da Guerra Russo-Japonesa



Diante do eminente massacre e derrota das forças armadas russas, em setembro de 1905, foi assinado o tratado que dava fim à guerra Russo-Japonesa, o Tratado de Portsmouth. Diferentemente do final da guerra com a China, o Tratado de Portsmouth não havia indenização de guerra ao Japão, o que deixou o império japonês insatisfeito com a vitória. Mas, mesmo sem indenização monetária, o Japão conquistou enorme posicionamento e glória local e internacional pela vitória contra a Rússia. Com o Tratado de Portsmouth, o Japão ganhou o reconhecimento do controle da Coreia, foi cedida a ilha de Sakhalin - no extremo oriente pertencente a Rússia, os trilhos da ferrovia da Manchúria (da Coreia até a cidade de Kwangchengtze, na China) e direitos de pesca nas regiões russas como: o Mar de Bering, Mar do Japão (mar do leste) e o Mar Okhotsk (ver figura 4) (SAITO, 2011).

Esse tratado foi essencial para o Japão aumentar o controle que ele obteve sobre a Coreia desde a Primeira Guerra Sino-japonesa. Através da vitória e dos novos territórios obtidos a imigração japonesa para a Coreia foi enorme, com 157.000 japoneses em território coreano em 1910 (SAITO, 2011). A autora Hisho Saito (2011, p. 144) revela que logo após a garantia de paz do Tratado de Portsmouth:

"O Japão nomeou um residente-geral para governar o país, e ele o governou na verdade à sua maneira, embora formalmente em nome do imperador da Coreia. As tentativas por parte da Coreia de restaurar a independência do império foram infrutíferas e no momento de concluir essa história, os japoneses podem, pelo tratado celebrado com a Rússia em junho de 1910, incorporar o império coreano ao seu próprio sem qualquer oposição dos Poderes." (Tradução própria)¹⁴

Figura 4 – Mapa do Tratado de Portsmouth

¹³ A figura 3 refere-se ao mapa das batalhas na Guerra Russo-Japonesa. No mapa, onde há um "X" marcam o local onde houve uma batalha entre as forças armadas russas e japonesas.

¹⁴ Citação original: "Japan appointed a Resident-General to govern the country, and he ruled it actually his own way, though formally in the name of the Emperor of Korea. Attempts on the part of Korea to restore the independence of the empire were unsuccessful and at the moment of concluding this history, the Japanese can, by the treaty concluded with Russia in June, 1910, incorporate the Korean empire with their own without any opposition from the Powers. August 29, 1910." (SAITO, 2011, p. 144).



FONTE: DOLEAC, 2022¹⁵

Após a guerra e vitória contra a Rússia, o Japão não era um país a ser subestimado, nem pelos seus vizinhos territoriais nem pelas forças dos impérios europeus. O Japão e seu exército era a maior força local e não estava satisfeito com os resultados. Com isso, a vitória na Guerra Russo-Japonesa foi uma comprovação de que eles eram capazes de expandir ainda mais seu território, continuando assim, o projeto expansionista japonês que irá modelar as ações do país até o final da Segunda Guerra Mundial.

1.3.3 Segunda Guerra Sino-Japonesa

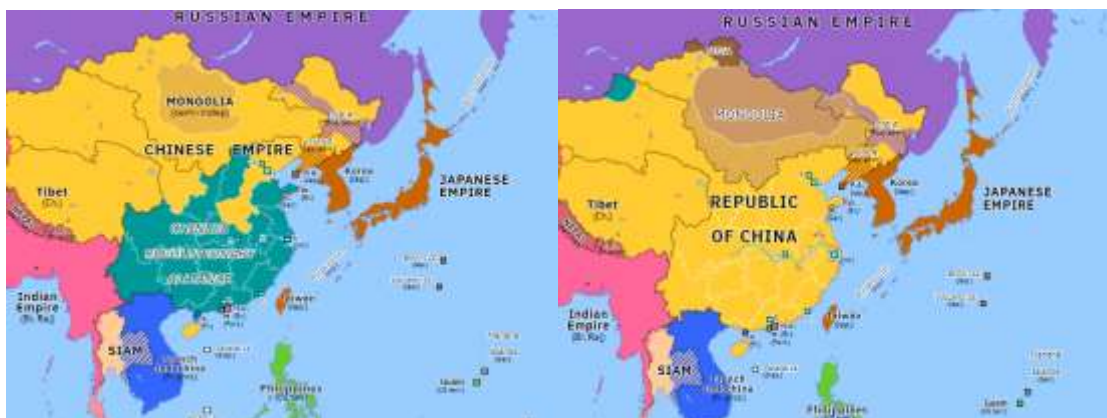
Muitas ocorrências aconteceram na Ásia entre o período do final da Guerra Russo-Japonesa (1905) e a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937), como o surgimento de uma guerra civil chinesa em 1911, fazendo com que o Estado chinês fosse dividido em comandos de senhores de guerra; a presença colonial dos países

¹⁵ Refere-se ao controle japonês na região após o Tratado de Portsmouth. Onde o Japão conseguiu o controle da ferrovia trans-manchúria.

européus causando conflitos entre o território chinês e os impérios europeus, e também a criação de conflitos entre a população chinesa. Essas ocorrências explicam tanto a relação Japão com a China, como o porquê de a China estar tão enfraquecida quando acontece a guerra. Frente aos tratados desiguais, as inúmeras revoluções contra a presença estrangeira europeia e japonesa, e as revoluções contra a Dinastia Qing, a China se encontra extremamente enfraquecida. O estopim dessa instabilidade chinesa se dá em 1911, com o que seria reconhecido como a Revolução Republicana ou Nacionalista chinesa. Em 1905, como resposta à corrupção, má gestão e problemas do Império Qing, Sun Yat-Sem forma a Liga Revolucionária (Tong MengHui) com o objetivo de retomar o prestígio e criar uma República chinesa. Sun Yat-Sem e a Liga Revolucionária foram atores principais para a Revolução Nacionalista (FAIRBANK; FEUERWERKER, 2008).

Em outubro de 1911, a Liga Revolucionária se revolta contra o Império Qing tomando o controle da cidade de Wuchang. A revolução rapidamente tomou proporções nacionais, que resultou na maioria das províncias chinesas declarando independência da Dinastia Qing. E, em janeiro de 1912 nos Estados Unidos, Sun Yat-Sem – que se encontrava em isolamento político – declara a formação da República da China. Mas quem estava no comando em Beijing era o General Yuan ShiKai, por medo de uma guerra civil e pelo fato de que o General conseguiu fazer com que o Império Qing se rendesse, Sun Yat-Sem abre mão do controle governamental para o General, que em março de 1912, assume como chefe de Estado temporário da República da China. (FAIRBANK; FEUERWERKER, 2008) Na figura 5, podemos ver (à esquerda em verde) o que inicialmente foram os territórios independentes do Império Qing na Revolução Nacionalista. E como o território chinês ficou após a formação da República da China (a direita em amarelo) em 1912.

Figura 5 – Mapas da China Revolução Nacionalista e República da China



FONTE: OMINI ATLAS, 2017b¹⁶

A instabilidade política e militar da nova república e as tensões entre Yuan ShiKai e os apoiadores de Sun Yat-Sen junto ao Kuomintang – Partido Nacionalista Chinês – fez com que houvesse conflitos internos desde a criação da República da China (1912). Em 1916, morre Yuan ShiKai – ainda presidente da China – aumentando a instabilidade e dando início ao que se chama de Era dos Senhores da Guerra na China, de 1916 até 1927, no qual divide o território chinês entre senhores de guerra. E em 1927, dá-se início a década de Nanquim, marcada por conflitos entre os nacionalistas do Kuomintang, sob o comando de Chiang Kai Shek, e comunistas do Partido Comunista Chinês (PCC). O período Nanquim finaliza em 1937, com o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa. (FAIRBANK; FEUERWERKER, 2008)

Perante a instabilidade chinesa, o Japão se aproveita e, em setembro de 1931, acontece o Incidente de Mukden. O incidente decorreu de uma sabotagem nas estradas de ferro de Mukden, onde foram colocadas dinamites na via férrea dominada pelos japoneses. Com isso, o Japão culpabilizou dissidentes chineses pelo ataque, e respondeu com a invasão total do território da Manchúria (ver figura 6). O problema para o Japão foi que, através do Relatório de Lytton, em 1932, o país foi exposto como verdadeiro causador do incidente, ou seja, o Incidente de Mukden foi montado como pretexto para a invasão da Manchúria. Após descoberta a farsa, o Japão sofreu retaliações internacionais e foi expulso da Liga das Nações em 1933, sendo isolado

¹⁶ A figura 5 faz referência aos acontecimentos mediante a revolução chinesa e a construção da república da China. Na imagem a esquerda, percebe-se o embate do território onde havia o conflito entre o Império chinês com o levante da população. Já na imagem a direita, pode-se ver como a China foi unificada sob o nome república da China.

diplomaticamente. O Incidente de Mukden junto à instabilidade chinesa foram essenciais para o acontecimento da Segunda Guerra Sino-Japonesa, alimentando os desejos expansionistas do Japão. Como podemos perceber na figura 6, a China está fragmentada em vários poderes e o Japão (no mapa de marrom), que já tinha conquistado a Coreia, avança na Manchúria depois do Incidente de Mukden, formando o Estado fantoche (colônia) de Manchukuo. (PURCELL *et al.*, 1965)

Figura 6 – Asia 1935: Criação de Manchukuo e China Nanquim



FONTE: OMINI ATLAS, 2017c¹⁷

Marca-se como início oficial da Segunda Guerra Sino-Japonesa o Incidente da Ponte Marco Polo (Beijing) em julho de 1937, apesar de haver pequenos conflitos entre os países desde o Incidente de Mukden. A questão do confronto na ponte Marco Polo aconteceu entre tropas japonesas e nacionalistas chinesas, não tendo relato de quem disparou primeiro, mas o Japão responde ao incidente reforçando suas tropas na Manchúria, parecido com o acontecimento de Mukden. Os chineses resistiram,

¹⁷ A imagem refere-se a invasão da China pelo Japão, marcando o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Em vermelho remete ao território chinês que agora, após a invasão, é tomado pelo Japão.

mas estavam em desvantagem, logo, o Japão atacou e ocupou Beijing e Tianjin. (GORDON, 2003)

Fazendo jus ao plano expansionista japonês, o país continuou o avanço de suas tropas em território chinês, chegando – com ajuda da marinha japonesa – a Shanghai e Nanquim ainda durante o ano de 1937, com isso o Japão captura as principais cidades da nação chinesa. Em Nanquim, o massacre de soldados e civis chineses foi expressivo, “por sete semanas, lá pelo final de janeiro (1938), eles mataram milhares dessas pessoas e estupraram números inimagináveis de mulheres”¹⁸ (GORDON, 2003, p. 206, tradução própria). O massacre de Nanquim, também conhecido por Estupro de Nanquim, deu o tom do tratamento dos japoneses para com os chineses, ou a quem eles consideravam inferiores (colonizados), para o resto da guerra, assim como, para a atuação do Japão na Segunda Guerra Mundial. O uso de assassinatos e estupros em massa pelo Exército Imperial japonês perdurou, mas contrário o que os japoneses esperavam, isso não fez com que a China ou os chineses recuassem com medo ou “se acalmassem”. A ocorrência dessas violações só fez com que a China reagisse com mais ferocidade, o que levava ao exército japonês a uma constante insegurança, havendo ataques de guerrilhas além do exército chinês como preocupação (GORDON, 2003).

Incapazes de incorporar a China, tanto por sua extensão territorial como por sua grande população, o Japão vai instituir um governo chinês comandado pelo país sob a gestão de Wang JingWei, rival do movimento nacionalista e fantoche do governo japonês. Diante do vasto território chinês, o Japão tinha mais do que a China para se preocupar, havia as potências ocidentais e, os aliados históricos da China e rivais do Japão, a Rússia - nessa época União Soviética. Durante a guerra o império do sol nascente teve muitas baixas, seja pelo confronto ou por doenças, um número que ultrapassava os sessenta mil soldados (GORDON, 2003). Diante de tantas perdas e incapacidade administrativa, o orgulho do exército imperial e do Japão – conquistado durante as vitórias em conflitos anteriores – falou mais alto, então eles continuaram no conflito de escala agora continental, incapazes de avançar ou desistir (GORDON, 2003).

¹⁸ Citação original: “For seven weeks, through the end of January, they murdered tens of thousands of these people and raped countless women of all ages.” (GORDON, 2003, p. 206).

Em 1938, a jornada japonesa continuou e eles conquistaram Hong Kong e chegaram a Wuhan onde, em julho, começa a Batalha de Wuhan. A batalha durou cerca de 10 meses, mas foi palco para as maiores perdas da 2ª Guerra Sino-Japonesa dos dois lados. Devido ao acúmulo de vitórias chinesas entre março e abril, criou-se uma falsa esperança de que a resistência aguentaria e a cidade poderia ser salva. Por causa das mortes, a Batalha de Wuhan foi essencial para os dois lados, depois dela, o Japão decidiu não perseguir os nacionalistas chineses até Sichuan, preferindo combater o avanço da União Soviética na Mongólia e no Norte da China. E para os chineses foi a oportunidade de mostrar o potencial de suas pessoas, além de causar danos significativos ao exército japonês. Mas, mesmo como a resistência dos nacionalistas chineses, os japoneses tomam a cidade em outubro de 1938. (MACKINNON, 1996)

Figura 7 – Ásia 1938: Batalha de Wuhan



FONTE: OMINI ATLAS, 2017e¹⁹

¹⁹ A imagem refere-se a uma das principais batalhas da segunda guerra Sino-Japonesa, a Batalha de Wuhan. Onde os japoneses decidem não avançar mais pelo lado da China, por enquanto, e tentam combater o avanço da Rússia em territórios recém conquistados japoneses.

No ano de 1939, o Japão avança ainda mais na Ásia, mas de forma menos expressiva que nos anos anteriores, devido a conflitos com a União Soviética entre maio e setembro. Esses conflitos, conhecidos como Batalhas de Khalkhin Gol, resultou na derrota do Japão, mas não houve nenhuma consequência internacional, ganho ou perda de territórios devido ao fato de que ambos os Estados não declararam guerra por causa dessas batalhas. Mas com o conflito frente aos soviéticos, o Japão diminuiu a expressiva conquista territorial na China e tenta avançar pela região costeira ao sul, conquistando Hainan e as Ilhas Spratly (DREA, 2009).

Durante a empreitada militar japonesa há vários relatos de que os soldados tratavam as mulheres e meninas de forma criminosa, sendo conhecidos pelos seus estupros em massa e assassinatos, com requinte de crueldade, de vilas inteiras por onde passavam, culminando no caso mais famoso que foi o estupro e massacre de Nanquim. Com isso, foi durante a guerra que o sistema de tráfico e exploração sexual de mulheres – conhecido como Sistema de “conforto” – foi criado pelo Império japonês, que não tem data exata de início oficial, por tentativa do governo japonês em apagar o ocorrido, mas estima-se que o sistema começou como uma resposta à má repercussão que o Estupro de Nanquim trouxe ao país (BISLAND; KIM; SHIN, 2019).

O ano de 1940 foi um ano decisivo para o Japão em guerras já que o país passou de estar em um conflito de proporções continentais para um conflito de proporções mundiais. Com isso, os japoneses começam a atuar em duas frentes, na 2ª Guerra Sino-Japonesa e na 2ª Guerra Mundial. O Japão e o mundo, em sua maioria, vão perceber esses dois conflitos como um só, então, a Segunda Guerra Sino-Japonesa passou a ser considerada um conflito dentro da Segunda Guerra Mundial.

1.4 Presença japonesa na Segunda Guerra Mundial

O império japonês foi ator principal da Segunda Guerra Mundial no continente asiático. Tendo entrado oficialmente em setembro de 1940 com a invasão da Indochina Francesa – atualmente correspondente aos territórios do Vietnã, Camboja e Laos – sua aliança foi com o Eixo, composto pela Alemanha nazista e a Itália fascista.

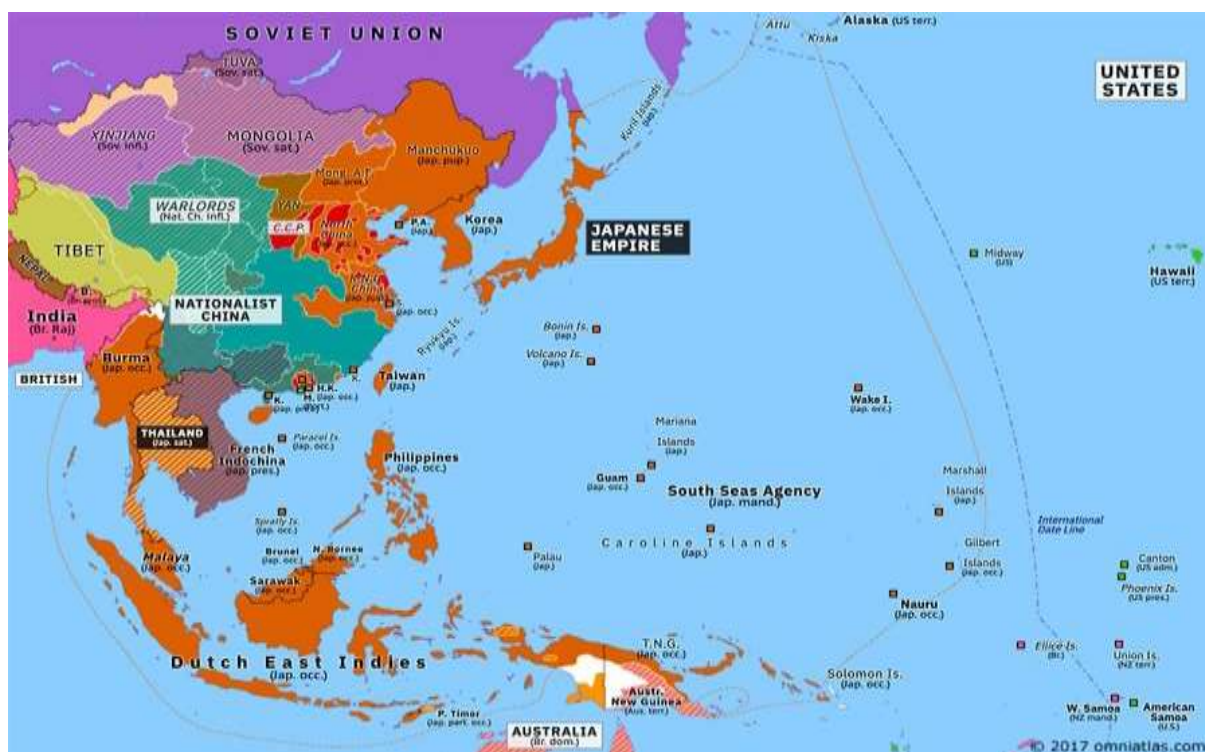
A invasão do Japão na Indochina Francesa pode ser considerada mais uma manipulação do Império japonês. Mediante acordo assinado entre os japoneses e o Vichy Indochina francesa de liberação de até seis mil tropas japonesas no território da Indochina Francesa, podendo mover as tropas e guarnições no território sem restrições, o Japão entra na Indochina Francesa. Mas a realidade foi que o Japão usou o acordo como pretexto para a invasão na Indochina Francesa. Em setembro de 1940, o Japão cruzou a fronteira em três localidades diferentes, iniciando em Lang Son e, mais tarde, forças japonesas atacaram também em Dong Tac e Haiphong. No dia 26 de setembro, o Japão tinha fechado as saídas que ligavam a China, já que esse era o principal motivo da invasão, impedindo que reforços e provisões estadunidenses chegassem em ajuda a China, fechando o cerco para o lado chinês da guerra sino-japonesa. E como forma de balancear o poder estadunidense e das colonizações europeias na Ásia, no dia 27 de setembro de 1940, o Japão se juntou oficialmente a Alemanha e Itália na Segunda Guerra Mundial. (GORDON, 2003)

Apesar de oficialmente ter se aliado com o Eixo em 1940, o Japão só foi começar a agir na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941 com o ataque a Pearl Harbour, território norte americano no Havaí. O ataque a Pearl Harbour ficou conhecido por ter sido um ataque surpresa de grandes dimensões trazendo danos consideráveis a forças militares estadunidenses. Vale ressaltar que durante o ataque a Pearl Harbour os Estados Unidos da América ainda não tinham entrado formalmente na guerra – se mantinham neutros, apenas fornecendo provisões – mas, após o ataque, no dia seguinte, os EUA declaram guerra ao Japão, entrando oficialmente na 2ª Guerra Mundial, no lado dos aliados. (DREA, 2009)

O ataque a Pearl Harbour foi parte de um plano maior para conquistar territórios na parte asiática do pacífico. Com a base de Pearl Harbour temporariamente neutralizada abria espaço para o Império japonês seguir seu plano. No dia 8 de dezembro de 1941 – um dia após o ataque aos EUA – o Japão começa a invasão na Malásia, Tailândia e Filipinas e, nos dias seguintes, o exército imperial japonês toma Guam e as Ilhas Gilbert (hoje Quiribati). Durante as invasões, o exército japonês se mostrou bem-organizado e infalível, conseguindo fazer danos consideráveis nas forças estadunidenses e britânicas, como a destruição dos navios de guerra britânicos, o *Prince of Wales* e o *Repulse*. (DREA, 2009)

Ainda em 1941, o Japão invade Burneo, conquista Hong Kong e a Ilha Wake (território dos EUA). O ano de 1942 foi um ano de muitas conquistas territoriais para o Império japonês. Em janeiro, o Japão invade as Índias Orientais Holandesas e conquista Rabaul – porto britânico na Papua-Nova Guiné. Além dos territórios já mencionados, os japoneses também conquistaram: Singapura (em 15/02), Burma (em 15/05), Tulagi (em 04/05), Kiska & Attu (em 07/06), os territórios chineses de Zheijiang e Jiangxi (em setembro) e Nauru (em 26/08). Após esse ano, o território japonês e de influência japonesa se tornou gigante, tomando proporções inimagináveis quando se pensa no tamanho do seu território original antes do expansionismo (ver figura 8).

Figura 8 – Território japonês ao final do ano de 1942



FONTE: OMINI ATLAS, 2017e²⁰

No ano seguinte, em 1943, a luta continua, mas dessa vez o Japão estava em um embate. Enquanto o exército japonês queria consolidar as forças perante os novos territórios conquistados como forma de manter uma guerra mais longa, a marinha

²⁰ Na figura, em marrom, refere-se ao território japonês, que em dois anos, mais que triplicou o tamanho de seu território, mediante ao avanço em território chinês.

japonesa estava interessada em destruir a frota naval estadunidense, sob o mesmo objetivo do exército, mas focando em pontos diferentes. Nesse ano fica evidente de que o Japão atingiu seu limite, tanto pelo tamanho da guerra e dos territórios que tinham que ser administrados e mantidos, como por sua economia – que devido anos em conflitos – já havia entrado em derrocada, e agora, começava a afetar de forma mais expressiva os civis japoneses. (DREA, 2009)

Mediante tais problemas, em fevereiro de 1943, o Japão perde as Ilhas Salomão para os EUA. E a perda de territórios continua durante todo o ano. Em maio perdem Attu, em julho Kiska, em agosto Nova Georgia e em novembro Tarawa. Durante a batalha de Attu, é passado – ou reforçado, visto que a prática já era existente na cultura civil e militar japonesa – que os soldados deviam escolher a morte frente a captura pelo inimigo. Devido esse comando, na batalha por Attu, é a primeira vez que toda uma divisão militar é destruída por completo, e contrário ao pensamento ocidental que seria recuar e horrorizar com o acontecido, foi construída a ideia da qualidade moral de quem se sacrifica, fazendo com que a população japonesa justificasse o sacrifício, suicídio e morte de seus entes queridos perdidos nos conflitos em nome do Império japonês. (DREA, 2009)

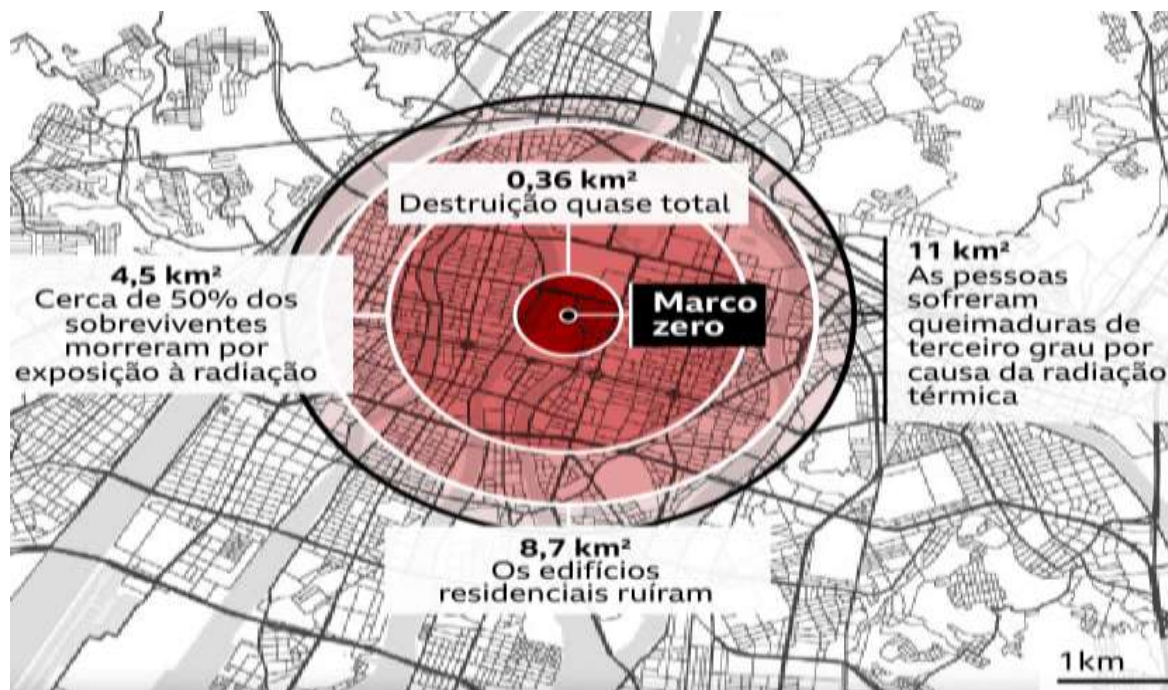
Considerando suas perdas territoriais, o Japão aplicou novas estratégias de defesa com o objetivo de manter territórios chave para a guerra, frente a ataques e avanços contínuos dos Aliados, principalmente dos Estados Unidos. Para alimentar e manter tais novas estratégias, o Império fez mudanças no alistamento, a partir de dezembro de 1943, a idade mínima e máxima mudaram, jovens a partir de 19 anos até 45 anos (antes a idade ia de 20 a 40) podiam ser elegíveis para as forças japonesas. Além de mudanças na idade, foi decretado que coreanos poderiam servir. Foram alistados cerca de 170 mil coreanos, mesmo que servissem majoritariamente em batalhões de trabalho e serviços ou em lugares distantes. Como forma de manter a máquina militar funcionando foram também colocados soldados recém-saídos das academias militares em postos mais elevados. Mas essas escolhas tiveram seu peso, as forças japonesas agora tinham soldados mais novos e menos experientes em posições mais importantes. (DREA, 2009)

Nos anos seguintes, em 1944 e 1945, foram marcados por batalhas entre o Japão e os Estados Unidos no continente asiático, mas agora o Japão tinha o cerco

fechado em seu entorno pelos países que compunham os Aliados. No ocidente, a guerra também não representava muita esperança para os países do Eixo, culminando em 8 de maio de 1945 na rendição da Alemanha nazista. Apesar de a Alemanha ter se rendido, o Japão não percebe isso como um alerta de que eles deveriam desistir da guerra, visto que, seu maior aliado já tinha assumido a derrota, o Japão lutaria até a morte, culminando no terror que conhecemos como o ataque a Hiroshima e Nagasaki nos dias 6 e 9 de agosto de 1945.

O bombardeio nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foi o primeiro e único, até o presente momento, uso de uma bomba atômica nuclear contra um território. Mediante a negativa do Japão de se render, os Estados Unidos lançaram bombas atômicas nucleares em solo japonês como forma de forçar a rendição do país. As consequências desses ataques foram extremas. A explosão em Hiroshima (06/08/1945), segundo a BBC (2020), teve o impacto equivalente a 15 mil toneladas de dinamite. 10km², a partir do ponto zero, foram devastados e podia-se sentir a 60Km de distância do local, como podemos ver na figura 9. O ataque a Hiroshima matou instantaneamente mais de 70 mil pessoas e deixou milhares de feridos e expostos à radiação. Mesmo após o ataque a cidade de Hiroshima, localizada ao sul do Japão, não fez com que os japoneses se convencessem da derrota e se rendessem. Então, os Estados Unidos continuaram e atacaram Nagasaki. (BBC, 2020)

Figura 9 – Impactos da bomba atômica a Hiroshima

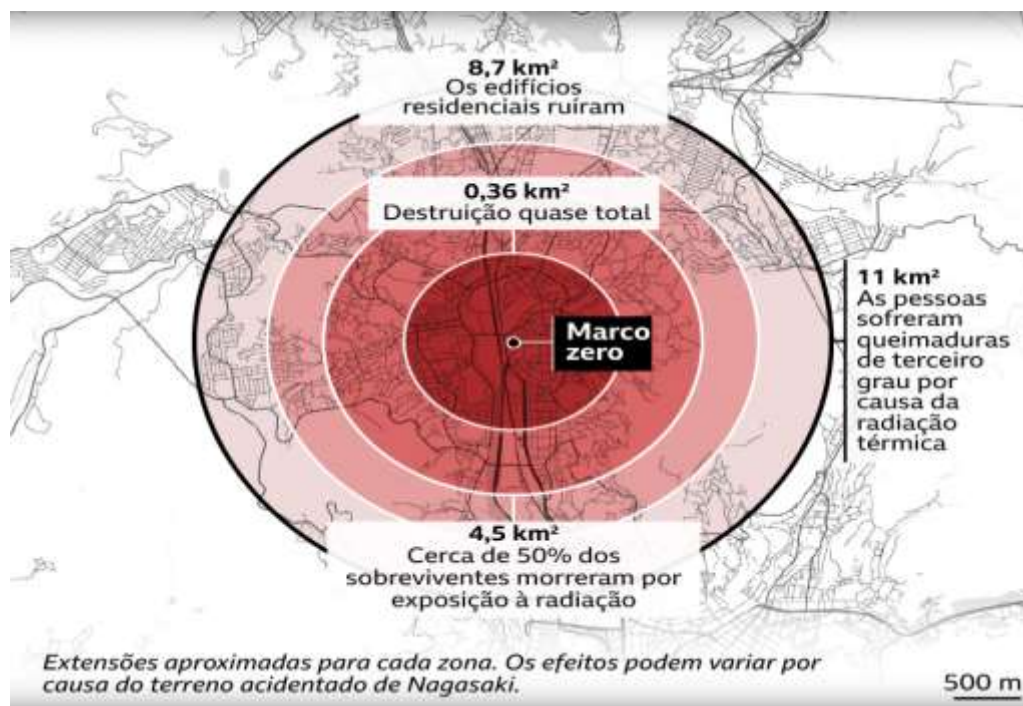


FONTE: BBC, 2020²¹

Inicialmente, os EUA não estavam mirando o segundo ataque em Nagasaki – que fica localizada em um vale entre montanhas – mas sim, na cidade de Kokura, mas no dia previsto para o segundo ataque a cidade estava com baixa visibilidade devido à névoa. Então com a primeira opção inviabilizada, o plano foi executado na segunda opção, Nagasaki. O ataque a Nagasaki foi mais pesado – equivalente a 21 mil toneladas de dinamite – mas devido a sua localização, a área de destruição acabou sendo mais controlada (ver figura 10). Em Nagasaki, estima-se que cerca de 49 mil pessoas tenham morrido no dia do bombardeio. Apesar de não ser possível ter precisão no número de mortos decorrido dos dois bombardeios no território japonês, estima-se que esse número pode ter chegado a 210 mil mortes somente naquele ano. (BBC, 2020)

Figura 10 – Impactos da bomba atômica em Nagasaki

²¹ A figura refere-se ao efeito da bomba jogada em Hiroshima, território japonês, pelos Estados Unidos da América, no final da Segunda Guerra Mundial.

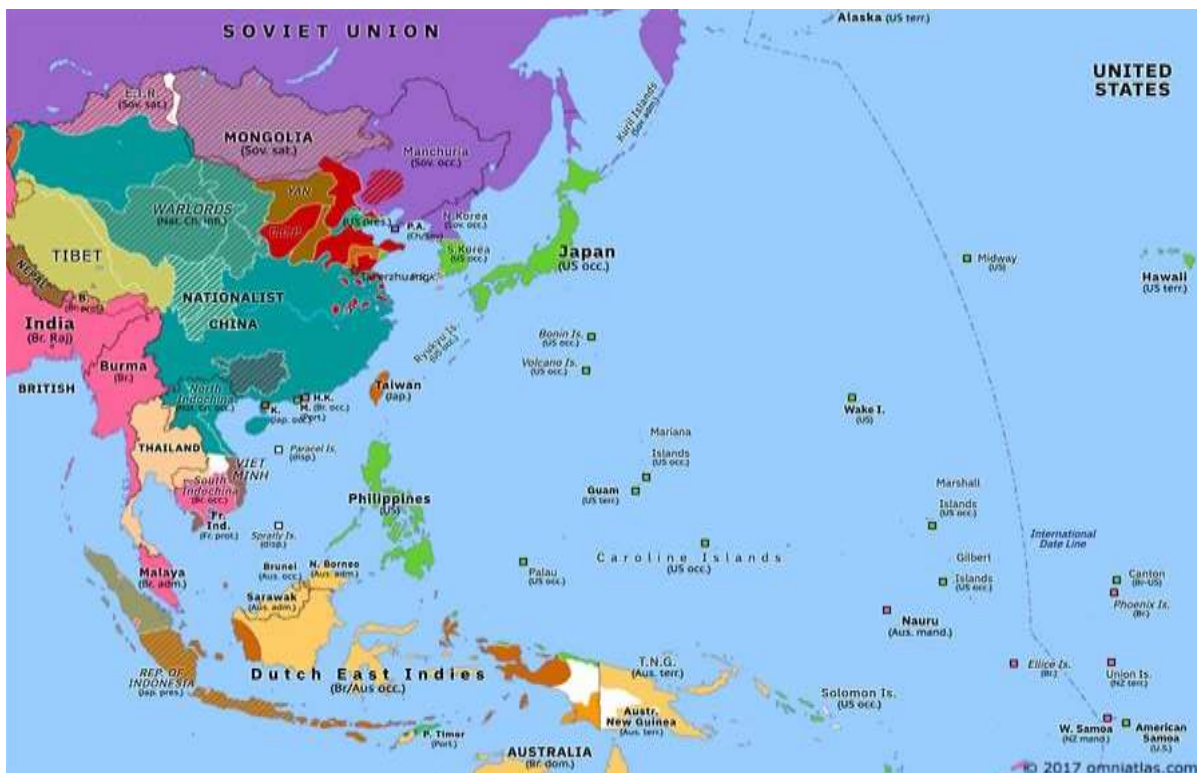


FONTE: BBC, 2020²²

Diante dos horrores dos bombardeios, o Japão decide por se render, e em 2 de setembro de 1945 o país assina formalmente sua rendição aos Aliados, dando fim à 2ª Guerra Mundial, e conseqüentemente, à 2ª Guerra Sino-Japonesa. A partir da rendição japonesa veio a ocupação estadunidense e várias mudanças ocorreriam no país no pós-guerra. Mediante a iminente ocupação dos Aliados no Japão, foi feita a destruição de vários documentos em relação às guerras, com medo de serem colocados a responsabilidade pelos crimes cometidos. Como podemos ver na figura 11, os Estados Unidos (na figura em verde) ocupam o território japonês e começam as mudanças. (BBC, 2020)

Figura 11 – Rendição japonesa

²² A figura refere-se ao impacto da bomba nuclear lançada em Nagasaki, território japonês, pelos Estados Unidos da América, forçando a rendição do Japão no final da Segunda Guerra Mundial.



FONTE: fOMINI ATLAS, 2017²³

1.5 O Japão e o pós Segunda Guerra Mundial

A rendição do Império japonês causou grande confusão na mente da população, que um dia tinha o governo falando em sacrifícios em nome de uma vitória certa contra os vilões americanos e Aliados, e no outro tinha uma rendição, assumindo a derrota japonesa. E pior, passando a soberania do Estado japonês para comando estadunidense. Em setembro de 1945, o Japão vê a discrepância entre suas pessoas e os estadunidenses bem nutridos em comparação. A partir dessa data, os japoneses teriam que lidar com a presença dos EUA por sete anos para reconstruir a economia e o sistema político, recriando leis e até redefinindo seus valores e normas culturais. (GORDON, 2003)

²³ A imagem mostra como o território asiático ficou depois do final da Segunda Guerra Mundial. No mapa, em verde claro, demonstra o território que está sob comando dos Estados Unidos da América. Em verde escuro, é referente a China nacionalista. Em vermelho refere-se ao Partido Comunista Chinês (PCC) e, em marrom, aos territórios ainda não desocupados pelo Japão.

Com os preceitos de desmilitarizar e democratizar o Japão, o primeiro feito dos Estados Unidos como comandantes dos japoneses foi a dissolução do Exército Imperial japonês, em novembro de 1946. Mas, mesmo com a dissolução do exército, não houve a dissolução das estações de conforto – lugares em que operava o sistema de tráfico e escravidão sexual japonês, tanto dentro do território japonês, quanto nas localidades em que o Japão havia conquistado. Com isso, o sistema se perdurou – agora não mais oficialmente japonês - dentro das guerras que vieram após a Segunda Guerra Mundial, como a Guerra do Vietnã e a das Coreias. Só que dessa vez quem utilizava essa estrutura eram prioritariamente os soldados a mando dos Estados Unidos da América. (GORDON, 2003) Mesmo que abertamente a favor dos direitos humanos, os EUA foram negligentes quanto aos direitos das mulheres, principalmente daquelas que eles não precisavam se preocupar, ou seja, os únicos direitos defendidos eram os das suas cidadãs.

Outro processo importante foi a repatriação dos japoneses em outros territórios. Cerca de 10% da população japonesa da época estava fora do Japão, aproximadamente 6.9 milhões, contando com soldados e civis. Tal processo só foi finalizado no final de 1948. Durante esses anos da ocupação estadunidense, alguns personagens centrais para a guerra foram responsabilizados, tanto componentes das forças armadas, como civis que tiveram grande influência na promoção da guerra. Foram feitas algumas mudanças em nome da democratização e de descentralizar o poder político-social no país: foi desfeita a religião xintoísta – dava ao imperador a posição de Deus; foi instituído liberdades – a de expressão, imprensa e assembleia, direito a organização de trabalhadores; também foi instituído os direitos civis e políticos das mulheres; além da reforma agrária, onde os agricultores podiam comprar suas terras. Em novembro de 1946 foi promulgada uma nova constituição no Japão. (GORDON, 2003)

A nova constituição desapareceu o imperador, o deixando apenas como um símbolo do Estado e da união das pessoas. Houve inúmeras garantias civis baseadas nos Direitos Humanos e na própria constituição dos EUA. Agora eram proibidos a discriminação baseados em gênero, raça, sexualidade e classe social, garantindo como direitos básicos a vida e cultura. Além de todos os direitos civis, a constituição trazia no artigo 9, o impedimento a criação de forças armadas no país, tal qual sempre

renunciar a guerra como um direito à soberania do país. A partir do artigo 9º da nova constituição japonesa, não só o país tinha dissolvido seu exército, como não poderia formar um novo. Com isso, o Japão passou a ter forças de defesa como proteção ao país. Atualmente com o nome de Força de Autodefesa Terrestre (GSDF). (GORDON, 2003)

Quanto aos direitos das mulheres, apesar de serem garantidos sob a constituição, a verdadeira mudança social é uma construção não linear e demorada para a verdadeira igualdade e não discriminação baseada em gênero. A constituição e o sufrágio feminino abriram o caminho para o diálogo e a luta feminista no Japão, mas não conseguiu mudar ideias culturais patriarcais sobre o lugar das mulheres nas famílias e sociedade japonesa (GORDON, 2003). Dito isto, a luta por igualdade de gênero no Japão ainda é um esforço para a comunidade feminista, principalmente quanto a luta contra o assédio sexual e estupro de meninas e mulheres (EXAME, 2019).

Diante de todos os horrores da guerra, o Japão falha em reconhecer os crimes cometidos durante as guerras e invasões promovidas pelo país. A reação mais comum do Japão diante dos crimes é a tentativa de apagamento da história e dos crimes cometidos, como a falta de menção da verdadeira história em seus livros didáticos nas escolas e a tentativa de impedir outros países de falarem, homenagearem ou reconstruírem a história. Essa ação se torna ainda mais evidente quando o assunto é o sistema de tráfico e escravidão sexual promovido pelo Império japonês. (CONSTANTE, 2019)

Dada a perceptível construção patriarcal do Japão enquanto nação e, por conseguinte suas instituições, diversos problemas de gênero se petrificaram em todos os âmbitos do país, em especial nesse trabalho focaremos nas questões conectadas às redes de conforto, levando ao surgimento de diversos movimentos em prol dos direitos das mulheres.

CAPÍTULO 2 – MULHERES, SOCIEDADE, FEMINISMOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como toda pesquisa sob a ótica feminista e de gênero, costumamos nos questionar sobre a posição das mulheres nas sociedades. Dentro dos estudos de gênero, sexualidade e feminismos, percebe-se a capacidade de descobrir, através de pesquisas e da reconstrução histórica, que as mulheres estão em todos os lugares, incluindo os de teorizar, conceituar e servir como base para o ativismo e a mudança. Nós, pesquisadoras de gênero e feminismos, não estamos relegadas apenas aos espaços exclusivos da área, nós precisamos conquistar espaços (acadêmicos, físicos e sociopolíticos) que vão além dessa bolha. Por isso e por causa de um constante questionamento se os estudos de gênero e feminismos são ou devem ser considerados no campo das Relações Internacionais, especialmente nas áreas mais tradicionais das RIs, como a de segurança, há uma necessidade de explicar a relação que o tema – e as mulheres – tem com o campo. Dessa forma, esse capítulo tem como objetivos explicar conceitos feministas básicos que estão presentes na sociedade, assim como, trabalhar a justificativa desse trabalho, incorporando mulheres dentro das Relações Internacionais.

2.1 Mulheres e as Relações Internacionais

Da forma em que abordamos as RIs – tradicionalmente falando – o tema desse trabalho seria bem diferente, provavelmente, abordando as relações entre países, as consequências da Segunda Guerra Mundial para os Estados ou para a diplomacia. Mas, esquece-se que só há o internacional (relações, organizações, instituições...) se houverem pessoas, então tradicionalmente não se considera a sociedade ou aspectos que afetam as relações internacionais a mais do que o movimento de Estados, seja para a guerra ou para a paz.

Diante disso, acrescenta-se que mesmo atualmente estejamos percebendo a influência de pessoas na sociedade internacional e suas relações, em sua grande maioria essas pessoas são homens cisgêneros, héteros, brancos do ocidente, mais precisamente do norte global, de idade mais avançada e status socioeconômico privilegiado. Eles não representam nem a grande maioria de suas próprias populações

quanto mais a minoria. Dessa forma, sabendo da importância das mulheres na construção da sociedade, nesse trabalho, busca-se em perceber como as mulheres presentes em locais de conflitos afetam ou normatizam as relações internacionais.

Nas Relações Internacionais, percebe-se que com a institucionalização das guerras, ou seja, antes mesmo da construção das RIs como campo acadêmico, a utilização de mulheres como tática de guerra, seja no modelo e prática do colonizador com o uso do estupro e de violências sexuais de mulheres nativas para limpeza étnica nas Américas; na África, mais especificamente na Argélia com o uso do estupro como arma ou atualmente na guerra entre Rússia e Ucrânia. Apenas esses exemplos já explicariam a importância de se estudar o papel das mulheres em diversos contextos. Para entender-se como as mulheres influenciam as relações internacionais, temos que definir os feminismos. Só para a definição de feminismos poderia ser escrito uma dissertação, e aqui falo no plural porque são vários feminismos com várias vertentes e pensamentos diversos. Mais do que definir o que seria o “feminismo” vou abordar várias linhas e tentar trazer o que podemos considerar como “pensamento feminista”.

Dessa forma, Simone Bevoir (1970) traz em seu livro “O Segundo Sexo” o início do pensamento feminista, ou seja, da igualdade entre os sexos, a igualdade político-social entre os homens e mulheres. Lisa Day (2016) define feminismos como uma “abordagem interdisciplinar para os problemas de equidade baseada em gênero, identidade de gênero, sexo e sexualidade, entendido dessa forma pelas teorias sociais e ativismo político”²⁴. Já Bell Hooks (1984) adiciona à discussão um feminismo como um movimento que luta contra a opressão e exploração sexista, considerando outras formas de opressão como a racial, a de classe, e a sexual.

Para Dales (2009) o pensamento feminista no Japão se refere tanto à prática feminista assim como a ideologia, no qual estratégias usadas são trabalhadas no dia a dia, nos espaços e posições que as mulheres estão na sociedade. Ou seja, a importância de um discurso feminista atrelado a ações práticas para a mudança social efetiva é extremamente relevante para o movimento feminista no país. Para alguns países os feminismos – ou as correntes de pensamento feministas – ainda são muito barradas por suas sociedades e/ou até mesmo por seus líderes, como o caso de

²⁴ Citação original: “*Feminism is an interdisciplinary approach to issues of equality and equity based on gender, gender expression, gender identity, sex, and sexuality as understood through social theories and political activism.*” (DAY, 2016)

grupos feministas na China, que sofrem várias repressões do governo do Partido Comunista Chinês (PCC), impedindo que direitos sejam conquistados e mudanças sejam aplicadas a sociedade (LAU, 2022).

As mulheres na Ásia, e no mundo, foram líderes de nações, comunidades, locais de trabalho, grupos ativistas e suas famílias. Elas foram pilares para o advento de várias mudanças no cenário social, político e econômico de suas nações. A presença de tais mulheres foi e é essencial para as mudanças nas relações sociais e internacionais nos nossos âmbitos de convivência (DALES, 2009). Isto posto, percebe-se que através do pensamento feminista, que o mesmo é essencial para a construção e reconstrução, assim como inclusão das mulheres na sociedade e, conseqüentemente, como atuante e constituinte de um sistema internacional.

De acordo com Cynthia Enloe (2019, p. XIV) “se prestarmos atenção constante a cada uma dessas mulheres sem manchetes, nos tornaremos mais inteligentes sobre este mundo, mais inteligentes do que muitos ‘especialistas’ convencionais.”²⁵ (Tradução própria). Enloe, em seu livro “Bananas, Beaches and Bases” se refere várias vezes a uma “curiosidade feminista” (*feminist curiosity*), que a mesma explica como o contínuo questionamento dentro da temática de gênero, é o ir além da pergunta “onde estão as mulheres?”, é perguntar o porquê elas estão ali, como elas chegaram até aquele momento, o que as levou a aquela situação, ou seja, uma série de perguntas que analisa a totalidade do que é ser entendida como mulher na nossa sociedade. Dentro dessa mentalidade, torna-se fácil perceber uma série de respostas para tais questionamentos, e dessa forma, é importante perceber que nós, mulheres, sempre estivemos presentes nas relações internacionais, mas o apagamento, escaneamento e desconsideração do papel das mulheres na construção dessa sociedade internacional é parte vital na construção da nossa sociedade patriarcal.

Feministas como Cynthia Enloe, Fred Halliday, Judith Butler e Laura Sjoberg, e seus estudos em feminismos e gênero nas Relações Internacionais vêm combatendo certos ideais tradicionalistas da disciplina, mostrando que além de as mulheres terem participado da construção de inúmeros processos dentro das relações internacionais, a abordagem feminista pode servir também para reconstruir histórias

²⁵ Citação original: “if we pay sustained attention to each and all of these unheadlined women, we will become smarter about this world, smarter than a lot of mainstream ‘experts’” (ENLOE, 2019, p. XIV)

e modelos como os de organização social, política e econômica, que antes eram unicamente feitos e contados por homens, além de mostrarem que vendo sob a ótica feminista certas matérias, como a geopolítica, que antes falava sobre a proteção e ação estratégica de um Estado, agora podem se referir sobre a proteção de corpos e pessoas. Como a exemplo da geopolítica feminista, pensada por Jennifer Hyndman (2008), onde a mesma usa esse conceito como forma analítica sobre violência militarizada e mortes, no qual fornece maneiras de se entender – de forma mais responsável - a intersecção entre poder e espaço. Sobre geopolítica feminista, Hyndman (2008, p. 196) explana:

“[...] a geopolítica feminista tenta desafiar as escalas e epistemologias predominantes da produção de conhecimento em relação às relações internacionais. [...] As análises geopolíticas feministas são mais responsáveis pela segurança dos corpos civis, percorrendo escalas desde a macro segurança dos Estados até a micro segurança das pessoas, suas casas e meios de subsistência. A partir do espaço desencarnado da geopolítica neorrealista, a geopolítica feminista visa reformular a guerra como um campo de sujeitos humanos vivos com nomes, famílias e cidades de origem.”²⁶ (Tradução própria)

A geopolítica feminista é apenas um exemplo de capacidade transformadora de se incorporar os feminismos e os estudos de gênero quanto categoria analítica nas Relações Internacionais. Isto posto, perceber que mulheres são tratadas como objeto de exploração de homens e seus Estados, em sociedades com ou sem ausências de guerra, faz-se especialmente crucial questionarmos a dificuldade tanto dos Estados, sociedade civil e internacional de humanizar as mulheres. É crucial que humanizemos todas as mulheres, não apenas as dos seus espaços de convivência, mas aquelas que são de espaços inimigos ou aqueles que nós não concordamos.

O estudo que tem como objetivo responder os questionamentos anteriormente mencionados como curiosidade feminista, trazem uma característica muito importante para tanto os estudos de gênero como para os estudos em Relações Internacionais,

²⁶ Citação original: “[...] *feminist geopolitics attempts to challenge the prevailing scales and epistemologies of knowledge production in relation to international relations. [...] Feminist geo-political analyses are more accountable to the safety of civilian bodies, traversing scales from the macro-security of states to the micro-security of people, their homes, and livelihoods. From the disembodied space of neo-realist geopolitics, feminist geopolitics aims to recast war as a field of live human subjects with names, families, and home towns.*” (HYNDMAN, 2008, p. 196)

que ao focarmos nos processos nos quais mulheres são submetidas, normalmente, dão luz ao que Enloe (2019) se refere de “homens como homens”, ou seja, revela muito sobre a forma política masculinista²⁷ das Relações Internacionais e da política e sociedade internacional como um todo.

Isto posto, precisa-se buscar entender o papel das mulheres em sociedade, quais seus principais empecilhos que advém desses sistemas sociopolíticos masculinistas, e de que forma, esse papel que é atribuído a ela é uma construção social que molda e é moldado pelas relações internacionais, tanto como área de atuação como campo de estudo acadêmico.

2.2 Mulheres e sociedade

Os estudos sobre a situação das mulheres, seja dentro do recorte de gênero ou de feminismos, tem como principal foco o estudo da relação de poder entre a sociedade e as mulheres, entre o homem e a mulheres, entre as mulheres e suas famílias, filhos e trabalho. Com isso, esse trabalho é um estudo sobre as mulheres, mas também sobre poder e as relações nas quais ele modela.

Mulheres, historicamente, têm convivido com o machismo com algumas situações que se mostram mais óbvias do que outras. Algumas situações saem de ser socialmente aceitáveis para grandes crimes como, por exemplo, o estupro entre pessoas previamente casadas, outra, se moldam conforme a sociedade evolui e nos traz novas formas de se perceber. Dessa forma, a objetificação das mulheres é algo que vêm evoluindo desde sempre, fosse como a musa dos escritos helênicos (no ocidente) ou citando alguns por mulheres como Cleópatra, Maria Antonieta, Marilyn Monroe, chegando até os anos da década de 2020, onde mulheres e meninas ainda são hipersexualizadas e objetificadas em anúncios publicitários, indústria do entretenimento e no nosso dia a dia.

Isto posto, através dos entendimentos passados por Simone de Beauvoir, que explica mulher como o segundo sexo, aquele que na sociedade não há equivalência ao primeiro sexo, o homem, no qual, “a mulher determina-se e diferencia-se em

²⁷ Entende-se por “política masculinista” uma política pensada e modulada por homens de acordo com seus parâmetros, ou seja, políticas feitas por homens, mas que normatizam toda a sociedade. Podemos utilizar como exemplo o direito ao voto inicialmente excludente as mulheres e o direito ao aborto.

relação ao homem e não este em relação a ela, a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p.10). Ser mulher tem muitas nuances, não é algo relacionado somente ao sexo biológico ou a representação de feminilidade, definir o que é mulher ou o que não é, trata-se de algo muito interno e pessoal de cada ser humano, como a própria Beauvoir (1970) diz “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Assim, por falta de uma definição do que é mulher (ser ou se tornar) de forma que possa englobar verdadeiramente todas as nuances, formas e situações das mulheres, será trabalhado os conceitos em cima da visão de Simone de Beauvoir do que é mulher.

Mesmo que não seja fácil definir o que é mulher ou o que faz de um ser humano uma mulher, podemos abordar a conjuntura social que as mulheres presenciam e para isso é preciso entender os conceitos de patriarcado, sexismo, chauvinismo masculino e misoginia. Esses três conceitos servem como base para entender as estruturas sociais, além de serem utilizados como base para se explicar a luta feminista, utilizados até a atualidade.

2.2.1 Patriarcados

O termo patriarcado não foi criado para a luta feminista e têm um histórico de ser utilizado em escritos de vários sociólogos. Max Weber, ainda no século XIX, definiu patriarcados como um sistema de governo no qual homens governam, obtendo poder (mandavam) por serem “chefes” de seus lares. Visto como um sistema social mais avançado do que o arcaico matriarcado, foi considerado por Engels como “a derrota mundial histórica do sexo feminino” (1884, apud FACIO, 2013, p. 1. Tradução própria).

Gerda Lerner, uma historiadora feminista, no seu livro “A Criação do Patriarcado” (The Creation of Patriarchy, 1987) defende que a história e a forma como ela foi positivada e passada foi essencial para a construção de patriarcados, pois, de acordo com a autora, apesar de que mulheres foram centrais e indispensáveis para a construção da sociedade, elas fizeram história, mas foram impedidas de conhecer suas histórias e interpretá-las. “As mulheres foram sistematicamente excluídas da criação de sistemas, filosofias, ciência e normas. As mulheres não só foram privadas de educação ao longo do tempo histórico em todas as sociedades conhecidas, como

foram excluídas da formação teórica”²⁸ (LERNER, 1987, p. 5). Sendo assim, na concepção de Lerner só foi possível a manutenção de patriarcados pelo apagamento das mulheres da história. Quando a história só é escrita por homens, só se sabe (ou considera) o lado do homem, os homens criaram a história baseados nas suas experiências, fazendo assim, que eles sempre estivessem em uma posição de protagonistas.

Dessa forma, consideramos que os patriarcados são construções de um sistema social, política, cultural e econômica que através de suas instituições reproduzem e mantém a dominância masculina, com isso, a opressão masculina pode ser feita a nível social ou em grupos e a nível individual – nas famílias e em relacionamentos (FACIO, 2013). A professora Alda Facio (2013, p.2) define patriarcados como:

“uma forma de organização/estruturação mental, social, espiritual, econômica e política da sociedade produzida pela institucionalização gradual de relações políticas baseadas no sexo criadas, mantidas e reforçadas por diferentes instituições intimamente ligados para chegar a um consenso sobre o menor valor das mulheres e seus papéis. Essas instituições se interligam não apenas para fortalecer a estruturas de dominação dos homens sobre as mulheres, mas também com outros sistemas de exclusão, opressão e/ou dominação baseada em diferenças reais ou percebidas entre humanos, criando Estados que respondem apenas às necessidades e interesses de alguns homens poderosos”²⁹. (Tradução própria)

Cynthia Enloe (2017, p. X) explica que o termo patriarcados é como uma lanterna que nos permite enxergar aquilo que poderia nos passar despercebido,

²⁸ Citação original: “*Women have been systematically excluded from the enterprise of creating symbol systems, philosophies, science and law. Women have not only been educationally deprived throughout historical time in every known society, they have been excluded from theory-formation.*” (LERNER, 1987, p. 5)

²⁹ Citação original: “*Patriarchy is a form of mental, social, spiritual, economic and political organization/structuring of society produced by the gradual institutionalization of sex- based political relations created, maintained and reinforced by different institutions linked closely together to achieve consensus on the lesser value of women and their roles. These institutions interconnect not only with each other to strengthen the structures of domination of men over women, but also with other systems of exclusion, oppression and/or domination based on real or perceived differences between humans, creating States that respond only to the needs and interests of a few powerful men.*” (FACIO, 2013, P. 2)

enxergar as "formas do sexismo racializado"³⁰, misoginia de gênero e privilégio masculinizado"³¹. Ao mesmo tempo em que falamos de patriarcados como um sistema de opressão, há feministas como Sheila Rowbotham e Oyèrónké Oyěwùmí, que criticam a universalização do termo, como se todas as mulheres sofressem o mesmo tipo de opressão ou como se toda opressão fosse igual – principalmente quando referido ao sul global e oriente, onde o termo patriarcados é colocado como uma prática “primitiva” de sociedades consideradas “menos civilizadas”. Com isso, deixo aqui a ressalva que termo patriarcado aqui é usado de forma mais generalizada, para explicar o sistema patriarcal e não como forma generalizar as opressões sofridas pelas mulheres. (BUTLER, 2002)

Sylvia Walby (1990), aprofunda na descrição do patriarcado, onde ela ressalta a necessidade de se conceituar o termo em diferentes níveis de abstração do termo. A autora comenta a importância de se perceber o patriarcado como uma estrutura social, já que dessa forma, refuta o determinismo biológico de que todo homem está em uma posição superior e todas as mulheres em posição inferior. Com isso, Walby (1990, p. 20) expõe que o patriarcado – em um nível mais abstrato – pode ser entendido como um sistema social, e em um nível menos abstrato, ela explica: “o patriarcado é composto por seis estruturas: o modo de produção patriarcal, as relações patriarcais no trabalho remunerado, as relações patriarcais no Estado, a violência masculina, as relações patriarcais na sexualidade e as relações patriarcais nas instituições culturais”³²(Tradução própria).

No patriarcado, a autoridade mantida pelo homem, principalmente dentro do núcleo familiar. A definição da herança genética, familiar e monetária, ainda ser concedida apenas aos filhos do gênero masculino representa os patriarcados presentes nas sociedades asiáticas. Visto que, diante de sociedades patriarcais as mulheres ainda se encontram confinadas a trabalhos de cuidados da casa e família,

³⁰ Entende-se “sexismo racializado” como a interseção entre chauvinismo e racismo, ou seja, quando uma pessoa (mulher) sofre opressão por ser uma mulher de determinada linha étnica, como exemplo uma mulher asiática, africana ou latina que é sexualizada e objetificada pela sua raça.

³¹ Citação original: “*racialized sexism, gendered misogyny and masculinized privilege.*” (ENLOE, 2017, p. X)

³² Citação original: “*patriarchy is composed of six structures: the patriarchal mode of production, patriarchal relations in paid work, patriarchal relations in the state, male violence, patriarchal relations in sexuality, and patriarchal relations in cultural institutions*” (WALBY, 1990, p. 20).

onde a divisão do trabalho entre homens e mulheres ainda é mantida mesmo que já tenha havido mudanças. Com isso, considero o trabalho externo a casa e família essenciais para a quebra de parâmetros patriarcais e de poder entre homens e mulheres. (OGAWA; ERMSCH, 1996)

No mundo, mas especialmente na Ásia, as mulheres ainda têm que lutar com menos oportunidades de trabalho e, quando conseguem, normalmente são empregos de meio período - principalmente se já forem casadas e possuírem filhos - além de ganhar menos que os homens ocupando o mesmo cargo. Em Hong Kong, por exemplo, apesar de a participação de mulheres na força de trabalho ser de 41%, a maioria das companhias não fornece dados qualificados por gênero e no país não há nenhuma legislação que force as empresas a divulgar tais dados, assim como não há legislação para garantir a igualdade de compensação (salário) entre homens e mulheres (SPF, 2022). Quando um país não apresenta tais legislações, usualmente, é visto como uma tentativa de apagar a desigualdades do país, a falta de legislação quanto a *gender pay gap* e produção de dados qualificados por gênero fazem com que não tenha “provas” para se revelar e mudar a condição das mulheres. A insegurança financeira de mulheres é uma forma de se manter o poder nos patriarcados. (SPF, 2022)

No Japão, esses dados são ainda mais alarmantes, onde nenhuma empresa japonesa consegue alcançar igualdade de gênero em nenhum dos níveis de seu quadro de funcionários, e 96% das companhias não apresentam nenhum dado sobre a igualdade de gênero quanto a remuneração, sendo que no geral empresas no mundo conseguem alcançar alguma equidade dentro do seu quadro de funcionários, normalmente em posições mais iniciais. O país se encontra na posição de 120 de 156 países no Global Gender Gap Report de 2022 do Fórum Econômico Mundial, o fator principal dessa péssima qualificação se dá ao fato de que mulheres no Japão passam 4 vezes mais tempo em trabalhos domésticos não remunerados do que homens. Diante disso, pode-se perceber que a posição dos homens nos dois casos apresentados aqui, é de privilégio em comparação a mulheres, e isso se dá a formação societária patriarcal desses países. (SPF, 2022)

2.2.2 Chauvinismo masculino, machismo e misoginia

Se patriarcados são a formação social, o machismo é a cultura na qual ele é perpetuado. O chauvinismo masculino, é enquadrado como um tipo de sexismo que, por sua vez, é caracterizado como algo ligado a relação de poder entre o privilegiado e oprimido, tipicamente ligado a estereótipos de gênero (EIGE, 2022). Dessa forma, o chauvinismo masculino é a cultura que acredita na sobreposição dos homens sob as mulheres seja em capacidade, inteligência, habilidade física, sendo interpretado que as mulheres são inferiores ao homem – termo conhecido também no mundo latino como machismo (MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY, 2022). É importante ressaltar que indivíduos, grupos e instituições podem reproduzir o chauvinismo masculino/machismo, e que como toda cultura, a discriminação baseada em gênero faz parte da estrutura da sociedade. O chauvinismo masculino está presente desde comentários como os *catcallings*³³, o abuso mental, físico e sexual de mulheres.

O machismo, como o chauvinismo masculino é referido nas Américas espanholas e no Brasil, é algo presente no dia a dia da sociedade, sendo passado de diversas formas (cultura, normas, proteção, etc.) e por diversos tipos de pessoas. Na nossa sociedade, o chauvinismo é algo tão presente que se torna mais comum ensinar as meninas a se “vestirem de forma comportada”, a se defenderem e lugares que ela podem frequentar ou não em determinados horários, do que ensinar a meninos e homens a respeitar as mulheres, a entender que qualquer coisa depois do “não” é abuso, que o corpo de meninas e mulheres é delas; se torna mais comum que aceitemos o casamento de meninas muito novas com homens o dobro, as vezes o triplo de sua idade; assim como, normalizamos os erros dos homens, mas pressionar as mulheres para ser perfeita; e quando um homem erra com uma mulher, colocamos a culpa nela. Infelizmente, poderíamos dar inúmeros exemplos de como somos machistas e reproduzimos esse machismo de uma forma tão intrínseca que se tornou cultura.

Dito isto, Luis Bonino e Szil Péter (2006) conceituam a ideia de um chauvinismo masculino do dia a dia (*every day male chauvinism*), como algo que aparece em forma

³³ É um tipo de assédio, normalmente sofrido por mulheres, onde pessoas assobiam, gritam, fazem comentários sugestivos ou de natureza sexual sobre outra pessoa, normalmente sobre a aparência física. Ao que parece inofensivo, ou como muitos deles se defendem “apenas um elogio” é extremamente invasivo e desconfortável para muitas mulheres, podendo até ser perigoso quando a mulher toma uma atitude ou simplesmente ignora, pois muitos quando recebem uma negativa sobre seus comentários podem ficar agressivos. (SOTO, 2019)

de micro agressões, muito mais sutil do que a agressão física direta. Os autores comentam que o chauvinismo masculino do dia a dia é bem mais difícil de combater, justamente pela característica da sutileza, as mulheres não percebem – na maioria dos casos – os diferentes tipos de micro agressões, que quando analisadas separadamente são vistas como “besteiras”, mas quando se analisa o todo, percebe-se o jogo de poder que foi feito. Sobre o chauvinismo masculino do dia a dia os autores comentam:

“Seu significado reside no fato de que, se a mulher não os reconhece a tempo e não faz algo contra eles (e às vezes passam anos antes que isso aconteça, se é que acontece), seu uso composto e repetido cria uma atmosfera mais ou menos venenosa que mina o poder da mulher. energia vital, equilíbrio psíquico e intelectual e autonomia. É assim que o chauvinismo masculino cotidiano cria as condições para que as mulheres estejam continuamente à disposição dos homens”³⁴ (BONINO; SZIL, 2006, p. 14. Tradução própria)

Bonino e Péter (2006) dividem o *every day male chauvinism* em quatro categorias, aqui expostas, dos menos sutis para os mais: 1. Coercivo:

o homem usa a força diretamente, não é apenas sua força física que ele usa. Em vez disso, ele usa uma força moral, psíquica ou econômica, ou uma força que vem de sua personalidade, para quebrar a vontade das mulheres, limitar sua liberdade, monopolizar seus pensamentos, tempo, espaço de vida e restringir sua liberdade de decisão.³⁵ (p. 18);

2. Situações de crise - “Os homens empregam as manobras que cabem aqui quando há uma crise na desigualdade de poder até então estável na relação e o equilíbrio se

³⁴ Citação original: “Their significance lies in the fact that if the woman does not recognise them in time and does not do something against them (and sometimes years pass before that happens, if ever) their compound and repeated use creates a more or less poisonous atmosphere that undermines women’s life energy, psychic and intellectual equilibrium and autonomy. This is how everyday male chauvinism creates the conditions of women being continuously at the disposal of men” (BONINO; PÉTER, 2006, p. 14)

³⁵ Citação original: “in this type of everyday male chauvinism, the man uses force directly, it is just not his physical force he uses. Instead he uses a moral, psychic or economic force, or a force that comes from his personality, to break the woman’s will, limit her freedom, monopolise her thoughts, time, lifespace and to narrow down her freedom of decision.” (BONINO; PÉTER, 2006, p. 18)

inclina para uma maior igualdade.”³⁶ (p. 22); 3. Disfarçado - “[o homem] usa o amor e a confiança de sua parceira em relação a ele para fazê-la fazer coisas que diminuem suas oportunidades de pensamento e ação eficientes e, finalmente, ela dará passos contra sua própria vontade na direção ditada pelo homem.”³⁷ (p. 26); e, 4. Utilitário -

“De acordo com as normas sociais, o homem não só tem o direito de ser amado, cuidado e ter suas necessidades atendidas pelas mulheres, mas também de considerar isso válido apenas para si mesmo e negar o mesmo da mulher. Assim, o homem pode explorar a energia vital que a mulher traz para a relação, ganha poder social por meio dela, e pode continuar a dominar a mulher graças ao fato de acumular, para seus próprios fins, e abusar da energia arrebatada a mulher pela qual ele não dá nada em troca.”³⁸ (p. 36. Tradução própria)

Com o exposto, percebe-se que o machismo, ou chauvinismo masculino, é bem mais complexo e pertencente a sociedade do que consideramos normalmente. Que apesar de a misoginia ser um aspecto mais evidente na sociedade, não quer dizer que está mais presente. Nesse caso, a sutileza do machismo nas relações entre mulheres e homens torna a percepção do chauvinismo masculino mais completa, e mesmo que no livro esteja se referindo somente a um contexto de relacionamentos entre parceiros românticos, percebe-se que os casos comentados vão muito além disso, não apenas entre casais, mas entre relacionamentos em geral em que haja um homem e uma mulher.

Na Ásia, normas patriarcais e o sexismo tende a afetar a vida de mulheres e meninas mesmo antes do nascimento. Como a exemplo da China, que se tende a preferir um filho homem – que levará o nome e herança da família – a uma mulher,

³⁶ Citação original: “Men deploy the manoeuvres that belong here when there a crisis comes about in the so far stable inequality of power in the relationship and the equilibrium tilts towards greater equality.” (BONINO; PÉTER, 2006, p. 22)

³⁷ Citação original: “he uses his partner’s love and trust towards him to make her do things that decrease her opportunities for efficient thinking and action, and finally she will take steps against her own will in the direction dictated by the man” (BONINO; PÉTER, 2006, p.26).

³⁸ Citação original: “According to social norms, men not only have the right to being loved, taken care of and having their needs met by women but also to hold this to be valid for themselves only and to deny the same from the woman. Thus, the man can exploit the life energy that the woman brings into the relationship, he gains social power through it, and can continue to dominate the woman thanks to the fact that he accumulates, for his own purposes, and abuses the energy snatched from the woman for which he gives nothing in exchange.” (BININO; PÉTER, 2006, p.36)

diante dessa prática e da antiga política do filho único³⁹, era comum que famílias preferissem o aborto (na China legalizado) quando era revelado de que a criança era uma menina, ou caso elas nascessem, era muito comum que não fossem registradas e se tornassem apátridas⁴⁰, o que as fazia não ter acesso à educação ou ao sistema de saúde chinês. A preferência a meninos é grande pois a cultura machista reconhece que os meninos dão seguimento a família, enquanto as mulheres casam e deixam suas casas, se tornando parte de outra família, por isso, não podem “levar a herança familiar, genética e financeira” de sua família.

Entendendo o machismo/chauvinismo masculino como cultura, a misoginia seria a vertente extremista dessa cultura. Misoginia – uma palavra que vêm do grego – significa “ódio ou aversão as mulheres” e seus valores (CARNEIRO, 2019). Diante disso, os três conceitos aqui citados até então são essenciais e muito utilizados nas discussões e explicações sobre a cultura de objetificação das mulheres, pois é a partir destes conceitos que as feministas explicam a objetificação feminina.

Jonathan Macintosh (2015), um crítico cultural que fala sobre masculinidade tóxica, sociologia, política e entretenimento, nos traz o lado de como o homem pode ajudar na luta para a erradicação do sexismos. No vídeo Macintosh traz cinco dicas: 1. Ouvir mulheres – o ato de escutar mulheres ativamente, seja sobre feminismos ou não, é algo que traz um peso enorme, já que mulheres vêm sendo frequentemente e continuamente, silenciadas, apagadas e ignoradas de todos os espaços; 2. Se educar – apesar de mulheres serem as criadoras e as líderes dos movimentos feministas, homens não devem esperar ou colocar a responsabilidade de sua educação no tópico nas mulheres; 3. Desafie outros homens – homens devem chamar a atenção de outros homens e meninos frente a comportamentos e falas chauvinistas masculinos, a omissão é uma forma de se apoiar o sistema e a cultura masculinizada; 4. Não fique na defensiva – quando uma mulher escolher não falar com um homem ou chamar a atenção para algo que o homem fez, o mesmo não deve ficar na defensiva e sim procurar entender o porquê daquela ação; e, 5. Aprenda com seus erros – como os patriarcados e machismos estão tão presentes em nossa sociedade torna-se normal

³⁹ A One Child Policy é uma política chinesa de controle de natalidade, tal política dizia que as famílias chinesas poderiam ter apenas um filho(a), caso houvesse mais de um filho registrado a família teria que pagar uma alta multa para registrar a segunda criança.

⁴⁰ Apátridas são pessoas que não possuem pátria, nacionalidade.

reproduzirmos certos comportamentos e falas desse contexto, o importante está em entender o que foi feito/falado e aprender com isso. (MCINTOSH, 2015)

Essas ações são formas de combater a misoginia e machismo/ chauvinismo masculino, e somente através da mudança ativa, seja ela considerada grandes ou pequenas ações, é que podemos combater ativamente situações que acontecem na nossa sociedade, como a objetificação e a sexualização do corpo feminino.

2.3 A objetificação e sexualização do corpo feminino

Muito se fala sobre a sexualização e objetificação das mulheres contemporânea na mídia, em publicidade e na indústria pornográfica, que com certeza são vetores da sexualização e objetificação das mulheres do dia a dia, mas que não se é considerado o estudo dessa cultura na vida das mulheres cotidiana. Com isso, podemos dizer que a cultura de objetificar e sexualizar as mulheres cria um ciclo de práticas que ajudam a dominação do homem sobre as mulheres, fomentando os vários tipos de violência contra mulheres e meninas.

Relacionando os conceitos de patriarcados – como estrutura social – e sexismo/machismo – como cultura – a objetificação de mulheres então é adicionada a essa equação como uma das práticas desse sistema. Assim como outras questões nas ciências humanas, a evolução e adequação de certos conceitos fazem com que não haja somente um entendimento sobre o mesmo, mas sim, um conjunto de compreensões que podem ser abordadas de diferentes maneiras, o mesmo acontece com a conceituação de objetificação da mulher – inicialmente criada para explicar processos passados por mulheres dentro da indústria pornográfica – o conceito foi sendo adaptado e interpretado para explicar outras situações. Lina Papadaki (2019) trabalha o conceito de objetificação como uma noção que implica no tratamento de pessoas (normalmente mulheres) como objetos. No caso da presente pesquisa será considerado a objetificação sexual feminina, onde as mulheres são vistas especificamente como objeto sexual.

Martha Nussbaum (2022) elabora o conceito de objetificação identificando que “mulheres são tratadas não como pessoas em um todo, com total dignidade humana, mas como coisas para serem manipuladas e controladas pelos homens”. Com isso,

Nussbaum (1995, p.257) determina alguns artifícios que são obtidos na objetificação de mulheres:⁴¹

1. Instrumentalização: tratar uma pessoa como uma ferramenta para uso do objetificador (pessoa que objetiva);
2. Negação da autonomia: tratar uma pessoa como sem autonomia ou autodeterminação;
3. Inércia: tratar uma pessoa como carente de ação e atividade;
4. Fungibilidade⁴²: a forma de tratar uma pessoa como intercambiável com outros objetos;
5. Violabilidade: o tratamento de uma pessoa como carente de integridade e limites;
6. Propriedade: o tratamento de uma pessoa como algo que pode ser possuído por outra (pode ser comprada ou vendida);
7. Negação de subjetividade: o tratamento de uma pessoa como algo no qual as experiências e sentimentos (se algum) não precisam ser considerados.

Incrementando a essa lista, Rae Langton (2009) adiciona mais três artifícios (referentes do ponto 8 ao 10), complementando o pensamento de Nussbaum no tratamento de objetificação de uma pessoa:⁴³

8. Redução ao corpo: o tratamento de uma pessoa conforme identificado com seu corpo ou partes do corpo;
9. Redução a aparência: o tratamento de uma pessoa principalmente em como eles se parecem ou como eles aparecem;
10. Silenciamento: tratar uma pessoa como se ele fosse “mudo” ou sem a capacidade de falar.

Assim, entende-se que a objetificação trata-se de uma relação de poder entre o objetificador e o “objeto”. Dessa forma, entende-se, no tratamento de uma pessoa (mulheres) como objeto, estamos então a qualificando como um ser inanimado, a colocando em uma posição de subserviência e existência unicamente para o propósito

⁴¹ Citação original: “1. *instrumentality: the treatment of a person as a tool for the objectifier’s purposes*; 2. *denial of autonomy: the treatment of a person as lacking in autonomy and self-determination*; 3. *inertness: the treatment of a person as lacking in agency, and perhaps also in activity*; 4. *fungibility: the treatment of a person as interchangeable with other objects*; 5. *violability: the treatment of a person as lacking in boundary-integrity*; 6. *ownership: the treatment of a person as something that is owned by another (can be bought or sold)*; 7. *denial of subjectivity: the treatment of a person as something whose experiences and feelings (if any) need not be taken into account.*” (NUSSBAUM, 1995, p. 257)

⁴² **Fungibilidade** é a qualidade de ser o bem fungível, ou seja, a possibilidade de ser gasto ou consumido após o uso.

⁴³ Citação original: “8. *reduction to body: the treatment of a person as identified with their body, or body parts*; 9. *reduction to appearance: the treatment of a person primarily in terms of how they look, or how they appear to the senses*; 10. *silencing: the treatment of a person as if they are silent, lacking the capacity to speak.*” (LANGTON, 2009)

do sujeito que a objetifica. Com tal prática é possível entender outros padrões da cultura patriarcal, como a sexualização e a cultura do estupro – no qual possuem uma relação simbiótica com a prática de objetificação. (PAPADAKI, 2019)

A objetificação das mulheres quanto uma cultura traz diversas complicações para a nossa sociedade como a sexualização feminina, padrões estéticos impossíveis de serem alçados, cultura do estupro, a dessensibilização de mulheres como ser humano com direitos, como veremos com maior profundidade no decorrer desse trabalho. Pela forma que a cultura de objetificação do corpo feminino foi enraizada e normalizada em nossa sociedade, onde a opção de não-objetificar o corpo de mulheres se torna algo que depende da batalha entre nosso inconsciente e nossa consciência, um verdadeiro esforço para lutar contra essa cultura (KELLIE; BLAKE; BROOKS, 2019).

Como comentado anteriormente, a sexualização das mulheres contemporâneas é extremamente abordada, principalmente, com o advento das redes sociais e da normalização da sexualização de mulheres para fins comerciais. Mas, na história, seja inicialmente em contos eróticos, no arquétipo da musa (aquela no qual principalmente sua beleza inspira artistas) ou com a intervenção de religiões monoteístas de matriz nos patriarcados ou na personalidade masculina (Deus/Allah ou Messias), onde o corpo de mulheres, por ser sexualizado, é colocado como um objeto pecaminoso e principalmente como propriedade do homem, seja o pai ou o marido (LEITE, 2017). A história também nos apresenta personagens sexualizados como a figura da Cleópatra, rainha do Egito antigo, ou Escrava Anastácia, no Brasil. Além de figuras mais contemporâneas como as Pinups, os restaurantes que se utilizam do corpo de mulheres como “atração”, mulheres na cultura pop, Animes, jogos onde homens são o público-alvo, entre muitos outros exemplos. (BARROS, 2018)

Define-se sexualização como o “ato ou efeito de dar ou ganhar carácter sexual, de (se) sexualizar” (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2022). E a American Psychological Association – APA (2007) acrescentou que a “sexualização ocorre quando o valor de uma pessoa advém apenas de suas características ou comportamento, na exclusão de outras características, ou da objetificação sexual do ser”⁴⁴. No artigo intitulado

⁴⁴ Citação original: “*occurring when a person's value comes only from her/his sexual appeal or behaviour, to the exclusion of other characteristics, and when a person is sexually objectified*” (APA, 2017)

“What does sexualization mean?” (O que significa sexualização?) considera-se como sexualização também como o fato de “uma pessoa ser mantida em um padrão que iguala a atratividade física (estritamente definida) com ser sexy”⁴⁵ (DUSCHINSKY, 2013, p. 258).

O ato de cobrir/esconder o corpo ao máximo - seja na obrigação de um Estado as mulheres usar véu/*hijab*, burca⁴⁶ ou no julgamento da moralidade caso as mulheres usem roupas curtas ou decote, é reflexo direto de uma sexualização e objetificação do corpo feminino. Por causa desse sistema que sexualiza as mulheres, há uma série de consequências dessa sexualização e objetificação do corpo feminino, se divide em duas categorias: as que afetam as mulheres e meninas de forma mais individual e as consequências mais generalizadas. Quanto às consequências generalizadas se encontram padrões sociais de beleza irreais, a normalização do corpo feminino desde muito cedo (fetichização e sexualização de menores de idade), ocorrências de casos de assédio sexual - físicos ou verbais. E quando abordamos as consequências individuais tem a ver com como mulheres se percebem individualmente dentro desse contexto e o quanto ela é afetada por ele. Ou seja, no âmbito individual de mulheres em específico é capaz de sofrer como distúrbios de imagem e alimentares, além de se preocuparem mais em como vão ser percebidas pelo outro, estimulando a competição feminina e levando a chances maiores de mulheres diminuírem sua atuação social (KELLIE; BLAKE; BROOKS, 2019).

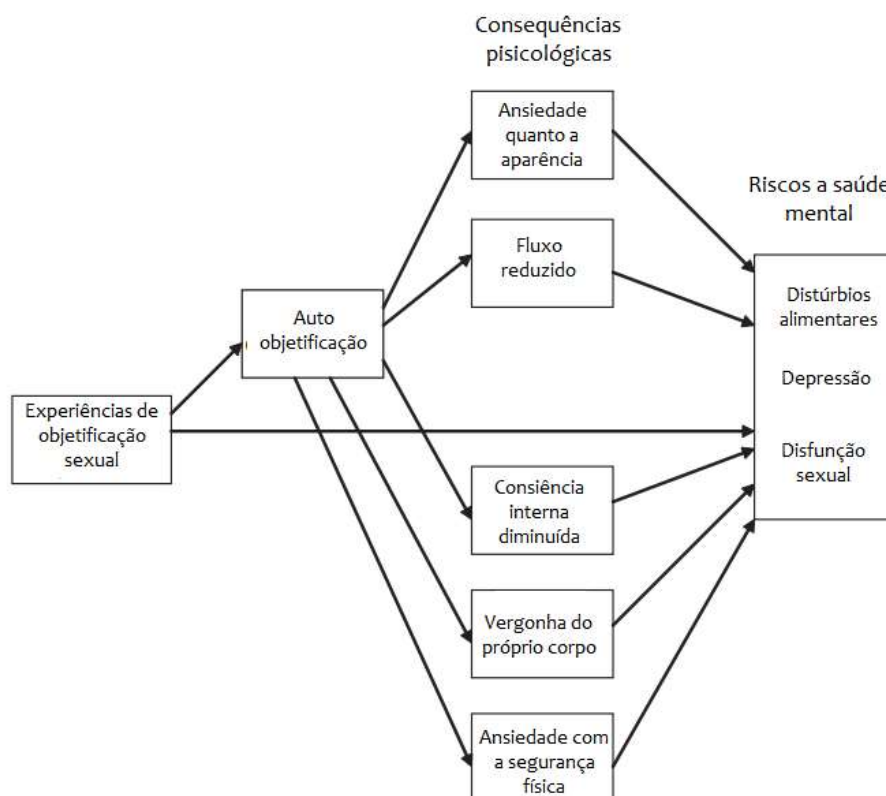
Como consequência dessa histórica objetificação sexual das mulheres, o desenvolvimento de doenças mentais relacionadas a objetificação e sexualização, como a depressão, distúrbios alimentares e de imagem, disfunção sexual, ansiedade, etc., não apenas é expressivamente maior na parcela feminina da população, como também é crescente (SZYMANSKI; MOFFITT; CARR, 2011). Experiências de objetificação e sexualização levam a auto objetificação, trazendo consequências

⁴⁵ Citação original: “*a person is held to a standard that equates physical attractiveness (narrowly defined) with being sexy*” (DUSCHINSKY, 2013, p. 258)

⁴⁶ Nesse caso não me refiro ao uso do hijab ou burca em si, mas sim quando o Estado usa de uma livre escolha da mulher, de fazer o uso ou não, como uma obrigação ou lei do Estado, como no caso o Irã. Onde mulheres foram mortas e punidas pelo “mau” uso do hijab ou a falta dele. (saiba mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/regime-do-ira-instala-cameras-nas-ruas-para-punir-mulheres-sem-veu.shtml>)

psicológicas a essas pessoas, assim como doenças mentais, conforme SZYMANSKI; MOFFITT; CARR (2011) como podemos ver na figura 12 a seguir:

Figura 12 – Fluxograma da consequência da objetificação sexual



FONTE: SZYMANSKI; MOFFITT; CARR, 2011, p. 9. Tradução própria. ⁴⁷

A sexualização e objetificação das mulheres, já evidentes na sociedade em tempos de paz, também reflete na sociedade em conflito. Ou seja, a sexualização feminina não acaba na presença de conflito, pode-se dizer que na verdade ela fica mais exacerbada. Tanto pela própria construção militar ou a militarização, que é um processo patriarcal - não que mulheres não entrem em conflitos, mas o processo militar é algo extremamente patriarcalizado, com alta discriminação de gênero nesses espaços, além da normalização de situações de sexualização, objetificação e violência contra mulheres. Quando especificamos as situações em que mulheres

⁴⁷ A figura refere-se ao processo em que mulheres passam mentalmente quando sofrem experienciais de objetificação sexual, podendo levar a auto objetificação, que podem causar outros distúrbios. Além de poder causar diretamente distúrbios alimentares, depressão e disfunção sexual.

passam quando o Estado está em conflito, fica evidente inúmeras formas de violência contra as mulheres (seja física, estrutural ou psicológica). Essa violência torna-se pior quando as mulheres não pertencem ao grupo ou ao Estado, mas sim ao grupo ou Estado inimigo (ENLOE, 2004).

A sexualização do corpo feminino tanto se coloca como uma das características da objetificação, como por causa da objetificação das mulheres de forma endêmica a sexualização alimenta e é alimentada por ela. Este processo advém de uma clara relação de poder e mesmo que não seja algo exclusivo a mulheres devido a discriminação gênero da qual dissemina como juízo de valor a inferioridade do gênero feminino, torna-se expressivo o número de casos de sexualização de mulheres na sociedade. Infelizmente a situação pode se agravar ainda mais quando as mulheres são oriundas de etnias específicas - consideradas “exóticas” (como asiáticas ou negras). Diante disso, faz-se importante, no contexto da presente investigação, não somente abordar a sexualização, mas a sexualização das mulheres colonizadas, já que no contexto de guerra e conflitos onde a colonização de territórios está presente, a relação de poder entre o homem colonizador e mulheres colonizadas é parte importante do processo de colonização. A relação de poder entre homens e as mulheres sempre foi algo expressado, mas quando colocamos essa relação em meio a um processo de conquista e colonização de territórios essa relação de poder ganha novas características. (FERRARA, 2019)

Vale ressaltar que tanto em relação ao império chinês como ao império japonês o território que corresponde a Coreia sempre foi considerado colônia, mesmo que a forma de colonização seja distinta da que conhecemos para com as Américas e África, a relação de poder entre colonizador e colonizado é a mesma. Para com o território ainda tivemos as colonizações europeias, onde países como as Filipinas, Vietnam, alguns territórios da China (Hong Kong, Ilhas virgens, Macau), entre outros, criando assim, uma cultura de sexualização das mulheres asiáticas. (LOUIE, 2021)

2.3.1 das mulheres colonizadas e asiáticas

As mulheres colonizadas sofreram e sofrem muitas violências por não ser considerada ser humano ou pelo menos o mesmo tipo de “ser humano” que seu colonizador. No contexto das grandes conquistas vemos descrições de pessoas

colonizadas (indígenas/povos originários e negros) como selvagens, animais, inferiores ou “sem alma”. Além de serem vistos como inferiores aos seus colonizadores, a condição do colonizado também o retrata como objeto, que pode ser utilizado pelo seu senhor (colonizador) ao seu bel prazer, comprados, trocados e descartados como mercadoria. Quando analisamos a situação das mulheres colonizadas é necessário entender que além dos processos e características mencionados temos também o adendo da sexualização dessas mulheres (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008).

Nesse contexto, a sexualização das mulheres colonizadas pode resultar em mais de uma ação do colonizador, que vai além da objetificação de mulheres. Considera-se a relação de poder de um colono com as mulheres colonizadas como uma relação de posse, e são consideradas inferiores não apenas por serem mulheres, havendo a violência de gênero, mas também por ela ser colonizada onde reconhece-se a violência do racismo e xenofobia. Dessa forma, fica evidente a interseccionalidade⁴⁸ das mulheres colonizadas dentro das estruturas presentes na sociedade (FERRARA, 2019). Frequentemente, nessas relações está presente o estupro, tanto na condição de mostrar superioridade – redimindo as mulheres apenas ao seu objeto sexual – como em situações do que conhecemos como do estupro como limpeza étnica (ver seção 2.3).

As mulheres, da sociedade colonizadora, já eram pensadas como um objeto de reprodução. Como as mulheres colonizadas, elas sequer eram consideradas mulheres (ser humano), mas existia/existe a ideia de que a mesma serve para a reprodução da genética do colonizado e em situações das mulheres pretas escravizadas, ela servia – assim como gado – para procriar e aumentar os lucros e mão-de-obra existentes nas fazendas. A interseccionalidade das mulheres colonizadas é trabalhada por Maria Lugones no artigo *Colonialidade de Gênero* (2008), no qual a autora se refere tanto a situação das mulheres colonizadas, mas como a interseção entre os patriarcados e as colonizações, visto que a colonização

⁴⁸ Aqui fica evidenciado a necessidade do uso da abordagem interseccional de Kimberlé Crenshaw quanto ao tópico mulheres, entender que a mulher não-branca, não-hetero e não europeia sofre do patriarcado, das violências de gênero, mas também outros tipos de violências que estão presentes na sociedade por fazer parte de outras minorias seja étnicas/raciais, religiosas ou sexualidade. Crenshaw fala sobre a importância da abordagem interseccional em uma palestra do TED de título *A Urgência da interseccionalidade*.

era focada principalmente no homem europeu, disseminando a importância do homem nas sociedades e os patriarcados. Dessa forma, considerando essas interseções e interseccionalidades é possível criarmos a história das mulheres colonizadas, e mesmo que o mundo todo não tenha passado por exatamente o mesmo tipo de colonização - considerando que a colonização das Américas, África e Ásia foram distintas tanto em ações como em períodos - é possível perceber situações em comum entre os períodos coloniais, uma delas tem a ver com gênero e com a sexualização e objetificação de mulheres colonizadas.

A sexualização das mulheres asiáticas ocorreu não somente com o as colonizações europeias (1498-1499), mas também houve o advento do imperialismo americano depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da Guerra Fria, nessa região, fazendo com que fossem criadas noções sobre as mulheres asiáticas em cima da sexualização da mesma. Reproduzidas como dóceis, submissas, frágeis, delicadas, com “vontade de satisfazer o homem” e “não procuram a autossatisfação”, principalmente em relação às mulheres feministas ocidentais ou negra, as mulheres asiáticas foram construídas no imaginário como o perfeito objeto sexual. A presença dos Estados Unidos da América na Ásia, principalmente os militares, deu uma nova roupagem a prostituição local, principalmente em países do leste asiático onde infelizmente galgado por uma “prostituição de base”⁴⁹, ainda hoje a prostituição de mulheres asiáticas é fomentada, principalmente pelo turismo sexual (WOAN, 2008).

A sexualização das mulheres de uma determinada etnia, dentro dos moldes da colonização e do imperialismo, causa danos até os dias atuais. No caso das mulheres asiáticas, foi visto através de uma pesquisa em 2002 feita por Jennifer Lynn Gossett e Sarah Byrne onde foram vistos sites pornográficos que retratavam estupros ou tortura a mulheres, dos 31 (trinta e um) sites analisados mais da metade foram de mulheres asiáticas como vítimas dessas violências, além de nessa mesma pesquisa ser exposto a relação entre a etnia asiática e pedofilia. Dito isto, é entendido que esse tipo específico de pornografia ligada à raça, no caso pornografia de estupro e tortura, é mais um ponto a ser considerado como forma de contribuição para crimes sexuais específicos contra mulheres asiáticas (WOAN, 2008).

⁴⁹ Me refiro aqui “prostituição de base” como as casas de prostituição e o ato da prostituição de mulheres perto de bases militares.

Diante do exposto, identifica-se que os casos de objetificação vão além das telas e anúncios publicitários, para as mulheres – em especial as asiáticas, sejam elas nascidas ou descendentes – os casos de assédio se tornam muito específicos destinados a aquela etnia. Comentários sobre “*yellow fever*”⁵⁰, são comumente expressados por pessoas brancas como um elogio, o que na verdade fala como “você pode me curar da minha *yellow fever*”, apenas demonstram a alta fetichização que homens, normalmente brancos, fazem com mulheres asiáticas. Zheng (2016), expõe que a fetichização racial é normalmente indiciada como elogio, visto como moralmente aceitável e interpretado como apenas uma preferência estética, ou seja, a objetificação e sexualização das mulheres – nesse caso asiática, mas podemos traduzir para a ideia de mulheres não brancas – foi criada e é mantida pela pessoa branca, reforçando um sistema perpetuado desde a colonização, onde as mulheres colonizadas tinham que estar felizes por receber a atenção do colonizador e ver tais avanços e comentários como elogios e não o que eles realmente são.

Como explicado anteriormente, a objetificação e sexualização das mulheres está intrinsicamente ligada a uma estrutura patriarcal que alimenta uma cultura de sexismo chauvinista, resultando em práticas - sejam elas de violência direta ou não - perpetuadas pela nossa sociedade, como a exemplo da prática e cultura de estupro presente nas sociedades desde que se tem noção da construção de sociedade, mesmo que ainda não dita com a nomenclatura que conhecemos atualmente como estupro.

2.4 A cultura de estupro

Inicialmente para entendermos a cultura do estupro, precisamos definir o que é considerado estupro. Na concepção feminista, Cahill (2001), afirma que o estupro é a prática que mais representa os patriarcados, é a forma de violência mais invasiva e degradante, com isso, o estupro consiste na prática do ato sexual sem o consentimento de uma das partes, e por mais que não seja uma ocorrência somente

⁵⁰ *Yellow fever*, uma expressão que em português se traduz literalmente para febre amarela (mas se refere a “raça amarela” e não a doença), ou seja, a expressão derogatória é uma fetichização da pessoa asiática - mulher ou homem, mesmo que mais comum a fetichização de mulheres. (ZHENG, 2016)

no mundo feminino, é uma violência bem genderizada, onde o número de mulheres que passam por assédio sexual e estupro é consideravelmente mais expressivo do que o número de homens (CAHILL, 2001). Infelizmente é um conceito ainda muito amplo, onde cada jurisdição de cada Estado pode interpretar de forma diferente. Por exemplo, para o Estado brasileiro, de acordo com o artigo 213 do Código Penal estupro é "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos" havendo agravantes de acordo com a idade da vítima e se o estupro resultou na morte da vítima (BRASIL, 2009).

Já no Japão define-se estupro como "Quem, por meio de agressão ou intimidação, forçosamente praticar relações sexuais com mulheres de idade não inferior a treze anos comete o crime de estupro e será punido com prisão com trabalho por prazo determinado não inferior a 3 anos. O mesmo se aplica a uma pessoa que tenha relações sexuais com mulheres com menos de treze anos de idade"⁵¹ de acordo com o artigo 177 do código penal japonês, mas o artigo 178 define algo como "quase-estupro" onde enquadra o ato sexual com alguém que não está consciente ou não tem como resistir ao ato, ou seja, há uma sub qualificação do estupro, onde o papel principal do consentimento não é bem definido, e se a pessoa não for capaz de resistir é considerado um quase estupro, mesmo que o ato sexual seja feito contra a vontade de uma das partes (JAPÃO, 1908).

Como consequência de uma variedade de definições no sistema internacional (nos diversos estados membros da ONU) e pensamentos jurídicos do que seria estupro, há de se criar formas diversas de denúncia, prevenção, intervenção e tratamento de acordo com cada definição, fazendo com que a luta contra o estupro seja algo muito mais complexo do que apenas punir os estupradores, a pessoa que sofre um estupro, lamentavelmente, tem que entender como sua situação se encaixa dentro do que o Estado entende como estupro. Essa falta de definição e evidente proteção a vítima é uma das causas majoritárias para a subnotificação de casos em

⁵¹ É válido acrescentar que após a defesa desse trabalho, o Japão reviu algumas de suas leis em relação ao estupro. A nova lei, eleva a idade mínima de consentimento de 13 para 16, além de rever algumas situações e punições. A nova lei foi aprovada como resposta a protestos que ocorriam desde 2017. Veja mais em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/16/japao-eleva-idade-de-consentimento-sexual-de-13-para-16-anos.ghtml>

todo o mundo, visto que há a exposição da vítima e, em muitos casos, a revitimização pelo próprio processo depois da denúncia inicial (CAHILL, 2001).

Diante dos diálogos dentro do círculo de pensamento feminista, há linhas que consideram que o estupro não é sobre sexo – é sobre violência, onde mais do que o ato sexual, o estupro tem a ver com poder e a relação de poder entre o estuproador e a vítima, percebendo assim que é mais sobre o perfil do abusador do que necessariamente da vítima. Apesar de entender o lado da relação de poder no qual a prática do estupro advém, Cahill (2001), argumenta que é impossível classificar estupro como apenas violência, já que o ato sexual é o fator principal do ocorrido. Como de acordo com a autora, é fácil a percepção da diferença entre um tapa ou soco e o estupro em si. Dessa forma, entendendo que não se pode definir o estupro e suas causas apenas pelo ato não consensual em si, trabalhamos então com a construção da ideia de uma cultura de estupro, dentro de uma sociedade estruturalmente patriarcal e culturalmente machista (CAHILL, 2001).

O termo “cultura do estupro” implica que a prática do estupro está presente na nossa sociedade do que a sociedade custa acreditar. Mesmo que nem todo homem seja um estuproador e assediador, não há mulheres que não tenham vivido o medo de passar por isso, que não a tenha impedido de sair em certas horas e locais, com certos tipos de roupa, de tomar bebidas alcoólicas, de não estar em perfeito estado de consciência. Nós mulheres não temos a escolha a não ser viver no medo de que isso aconteça, ou pior, que aconteça de novo. A cultura de estupro, diz primordialmente sobre como nos relacionamos, sobre a posição das mulheres na sociedade, sobre o nosso modelo de consumo e como apesar de normalizamos a sexualização, objetificação e, enfim, o estupro, não há nada normal nisso (BUCHWALD; FLETCHER; ROTH, 1995).

Mas como algo tão degradante, tão violento, tão invasivo pode ser normalizado? Como sociedade, a normalização do estupro vem principalmente da pornografia. Nos vídeos pornográficos há uma visível discrepância entre o prazer do homem e o das mulheres, não apenas se eles sentem prazer, mas que tipo de prazer? A normalização de vídeos pornográficos violentos, que perpetuam tortura, assédio e estupro, onde percebe-se que o prazer daquele homem está em machucar aquelas mulheres. Muitas vezes o prazer que as mulheres demonstram ter, através do

orgasmo, é falso e traz para o nosso cotidiano a normalização dessas situações como a falta de liberdade sexual das mulheres, a relação de poder entre os dois gêneros e a violência normalizada no sexo (BUCHWALD; FLETCHER; ROTH, 1995).

Algo que está no centro da problemática do estupro é a condição do consento, o que faz o ato sexual ser estupro ou não. Mas a conversa é mais complexa do que apenas o sim ou não de uma mulher, a conversa envolve nós nos fazermos as seguintes perguntas: existe uma idade mínima para ser considerado consensual? E qual seria essa idade? A mulher está em uma condição em que ela pode dar o consento? O ato sexual quando é feito sob a pressão de um dos participantes pode ser considerado consensual? Como ensinar a nossa sociedade o consento, que não é não? A respostas para essas perguntas é que devem nortear a educação sexual de meninos e meninas, e devem ser consideradas para formas de prevenção do estupro e abusos sexuais (BUCHWALD; FLETCHER; ROTH, 1995).

A cultura do estupro normaliza o estupro na sociedade, a menina cresce sabendo que tem que se tolher de certas formas para não parecer “fácil”, para não dar abertura; as mulheres vivem em um mundo em que andar à noite, pegar um Uber, sair em um encontro, sair com os amigos para curtir a noite representam uma ameaça daquilo que nos dita, o medo de passar por um abuso sexual, por um estupro, independentemente da idade. Essas referências estão sendo feitas a uma sociedade que não está em conflito – e as mulheres já vivem em perigo – quando adicionamos a equação o conflito entre Estados ou facções políticas, essas situações ficam exacerbadas e a condição das mulheres precariza ainda mais.

Sueli Carneiro (1995), cunha o termo “estupro colonial” para explicar as camadas de racialização, colorismo, miscigenação e violência racial no Brasil. Com o estupro colonial foi criado uma cultura de violação de mulheres negras no Brasil, onde durante a época da colonização, as mulheres negras escravizadas eram estupradas por seu colonizador branco, e a criança que nascia dessa violência, se encontrava em um limbo de classe e raça - mais que escravo (preto), mas menos do que colonizador (branco). Tal limbo, deu a colonização uma escala, fez com que nós nos colocássemos em castas, não somente sociais, mas também de cor.

Fazendo um paralelo entre a colonização no Brasil e a invasão japonesa na Ásia durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa e Segunda Guerra Mundial, o termo

cunhado por Carneiro (1995) sobre estupro colonial tem aplicação valiosa na situação abordada nesse trabalho, no que tange ao colocar mulheres dos países invadidos a disposição de homens japoneses fazia com que eles, além do controle das tropas (porque homens não são ensinados a se controlar e respeitar mulheres), pudessem também criar uma parcela da população que seria misturada a eles. O que para o Japão, um país tão pequeno tanto em tamanho territorial como em população que precisava manter o controle de territórios com mais de o dobro do seu tamanho e população. Podemos entender, dessa forma, que a cultura de estupro é algo herdado de sistemas patriarcais e sistemas de invasão e colonização, nos quais, o estupro de mulheres é um pilar para a manutenção do poder estatal, dos nossos corpos e ventres.

CAPÍTULO 3 – USO DE CORPOS DE MULHERES

Uma vez que no capítulo anterior foi abordado a situação das mulheres dentro da sociedade como um todo, esse capítulo aborda uma situação mais específica de mulheres inseridas em uma sociedade, que está em conflito caracteristicamente armado, ou seja, o estado de guerra. Aqui não estamos nos referindo às mulheres soldados que estão em campos de batalha – apesar de ser um tópico relevante e necessário dentro das pesquisas baseadas em gênero e feminismo – mas sim a vida das civis que se encontram em meio ao conflito armado. Com isso, as seções que vem a seguir tratam de tópicos que foram abordados de forma generalista no capítulo anterior, mas que nesse capítulo abordam aspectos específicos que ocorrem em conflitos, como a limpeza étnica, estupros de correção, o uso de mulheres em redes de prostituição e tráfico sexual.

Infelizmente há uma escolha, ou falta de atenção, para as mulheres em vários níveis, mas quando nos referimos a guerra entre Estados, os direitos - até mesmo os mais básicos - dessas mulheres não são a prioridade, mesmo que, ironicamente haja a expressão “mulheres e crianças primeiro”. Considerando a sexualização e exploração de mulheres, Cynthia Enloe (2019, p. 9) comenta:

“Muitas mulheres e homens também prefeririam pensar nas relações sexuais como existindo na esfera íntima do desejo e atração pessoais, imunes à manipulação política. No entanto, os executivos corporativos escolhem certos logotipos em detrimento de outros para apelar aos estereótipos de feminilidades racializadas dos consumidores. Os funcionários do governo comercializam a suposta beleza de suas mulheres ou seu serviço diferenciado para ganhar as receitas de turismo necessárias.”

Se a sexualização e relações sexuais já são manipuladas no Estado normal, pense então em como isso se traduz ao estado de guerra e de que forma o Estado se utiliza de mulheres, principalmente dentro de suas relações sexuais, como proposto a análise nesse trabalho.

Apesar de dentro de uma situação de conflito armado as mulheres estarem ocupando mais de um espaço dentro desse sistema, seja como soldados, enfermeiras, staff de apoio da base em geral, esposas, etc., essas mulheres não estão na mesma situação, seja monetária, de poder ou influência e não se veem como

fazendo parte do mesmo grupo, mas infelizmente, vivem sob o mesmo sistema patriarcal e militarizado que as colocam sob os mesmos riscos. Infelizmente, enquanto o homem não respeitar e entende que a mulher não deve submissão a ele, todas as mulheres correm riscos quanto a violência psicológica, física e sexual – mesmo que algumas mulheres, em posições consideradas inferiores, corram um risco maior. (ENLOE, 2019)

Ao longo dessa pesquisa é evidente a relação entre bases militares com a aparição de serviços sexuais nesses espaços, dessa forma, torna-se indispensável a correlação entre a servidão sexual e a militarização de espaços. Relações sexuais, consentidas ou não, foram usadas desde o começo dos tempos como forma de controle tanto do Estado para quanto o exército e seus soldados em si, como para a população - mulheres - que ali estão presentes, sejam os civis do mesmo país que o exército ou não. Sobre isso Enloe (2019, p.129) problematiza a militarização das bases:

“Qualquer base — não importa se é a base de um militar estrangeiro ou de um militar local — é militarizada não apenas porque abriga soldados; é militarizada na medida em que a maioria das decisões é julgada por um critério principal: quão bem essa regra ou prática proposta atende às prioridades dos militares - não prioridades ambientais, não prioridades democráticas civis, não prioridades de justiça racial, não prioridades de desenvolvimento nacional e não direitos das mulheres prioridades.” (Tradução própria)

Diante disso, entende-se que os direitos das pessoas que não estão diretamente relacionadas ou institucionalmente ligadas a essas bases é relegado a segundo plano, como o de meninas e mulheres. Com isso, a incidência de práticas presentes no imaginário e realidade das mulheres passa a ter um risco maior, práticas de assédio moral, físico e sexual como o estupro.

Vale ressaltar que algumas das situações que serão abordadas nesse capítulo não são exclusivas de conflitos armados, mas são comumente presentes nessas situações, devido ao fato de que há uma vulnerabilidade maior na população seja pelo conflito armado em si ou pelas consequências que tal situação aflige a sociedade, como crise econômica, de abastecimento, desemprego e entre outras situações. Dessa forma, vemos as pessoas, principalmente mulheres – que já possuem uma posição mais vulnerável na sociedade – recorrerem a métodos menos convencionais

para manter seu sustento e de sua família em tempos difíceis diante da guerra, métodos como a prostituição.

3.1 Prostituição

Quanto ao tópico da prostituição, antes de mais nada, gostaria de deixar exposto que há várias opiniões dentro do movimento feminista. Há feministas que consideram que a luta feminista também é uma luta pela liberdade sexual de mulheres. A prostituição, ou nesse caso, as mulheres que exercem a profissão, estão, portanto, indo contra o sistema que diz que mulheres tem que ser “recatadas e do lar”. Em contraposição a essa visão, estão outro conjunto de feministas, que percebem a prostituição como mais uma das inúmeras formas de controle e opressão do homem sob as mulheres. Para a realização desse trabalho, eu considero então, o último caso como de maior relevância no contexto aqui abordado.

Karen Peterson-Iyer (1998, p. 20), apresenta a seguinte definição: “prostituição, tipicamente, se refere a vários tipos de tipos de pagamento-por-sexo” e acrescenta, “prostitutas, vão do estereótipo da prostituta de rua, com ou sem ‘cafetão’⁵², até as mais chiques chamadas de ‘*call girls*’⁵³ que operam fora de suas casas ou por um serviço de acompanhantes” (Tradução própria). Sobre isso, há dois pontos importantes para serem considerados: o primeiro é o fato de que mesmo que a prostituição não seja algo somente feminina, homens também podem se prostituir, a prostituição de mulheres é algo muito mais recorrente e normalizado em nossa sociedade; e o segundo é que dentro do conceito de “pagamento por serviços sexuais” entram também a indústria pornográfica e as mulheres que são *stripper*, mas que nesse trabalho não será abordado (PETERSON-LYER, 1998).

No que tange o tópico sobre prostituição, há toda uma conversa sobre os valores e moralidade, inúmeras questões são levantadas tanto por conservadores como por algumas linhas feministas – algo raro de se ver – em correntes diferentes,

⁵² Cafetão, de acordo com o dicionário Michaelis, é o (2) Indivíduo que sobrevive à custa de prostituição; que explora o meretrício. (2) Indivíduo que gerencia bordel. (MICHAELIS, 2022)

⁵³ Apesar de tradicionalmente se conhecer *call girls* como mulheres que oferecem serviços sexuais por telefone, nesse contexto entende-se *call girls* como acompanhantes de luxo que são chamadas para trabalhos, podendo ou não ser de cunho sexual, daí o nome *call girl*.

mas defendendo a ideia de que a prostituição é algo negativo para a sociedade. Conservadores advogam pelos valores de uma família tradicional, pela não-promiscuidade, e também pela saúde global afirmando que “doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) são passadas pelas prostitutas”, ou seja, o conservadorismo tem a tendência de culpabilizar as mulheres e não a ação. Ao contrário, a visão feminista, percebe a prostituição como algo negativo, pois vê como mais uma forma de exploração de mulheres pelo homem, além do fato de que essas mulheres – prostitutas - estão em situação de vulnerabilidade, seja econômica ou por estarem mais expostas a assédios e estupros (SATZ, 1995).

Satz (1995) comenta sobre quem é a prostituta. Inicialmente a autora evidencia o fato de que a ideia das mulheres vulnerabilizadas que usam a prostituição para o sustento é algo relativamente novo, e que a forma como a prostituição era vista antigamente é bem diferente da que temos atualmente. A autora também explica como raça, classe e gênero afetam de forma direta na prostituição, onde ela usa três exemplos para explicar essa estrutura: 1. A adolescente, sem educação formal, que já está em posição de vulnerabilidade econômica e que começa a se prostituir nas ruas, e procura pela proteção de um cafetão, essa menina não tem escolha com quem ela se relaciona e normalmente sofre violência tanto de seus clientes como do cafetão; 2. A jovem mulher, que normalmente começa a se prostituir não pela sobrevivência mas como forma de conquistar bens materiais. No exemplo é usado a “*call girl*” da Park Avenue⁵⁴, essa mulher já tem maior educação formal, ganham significativamente mais do que o exemplo anterior, tem maior autonomia e independência, podendo escolher quem são seus clientes; e, 3. O homem que se prostitui, majoritariamente seus clientes são homens e casados. Esse homem normalmente só trabalha de meio período e tem menor chances de sofrer abusos de cafetões, pois tipicamente ele é autônomo (SATZ, 1995, p. 65-66).

Com base no que foi exposto por Satz (1995), pode-se perceber a forma como raça, classe e gênero modulam essa estrutura, concluindo assim, que nem todas as pessoas que vendem sexo partem do mesmo lugar. Dessa forma, a partir desse ponto quando for referido a prostitutas estamos trabalhando o caso do primeiro exemplo –

⁵⁴ Avenida localizada no distrito de Manhattan em Nova York, conhecida por abrigar pessoas da alta classe.

as mulheres/meninas que entram na prostituição como forma de sobrevivência, não as mulheres que de certa forma têm uma escolha ou o homem. Mesmo que não sejam o foco desse trabalho, é importante para pesquisas futuras o aprofundamento tanto no tema da prostituição junto a raça, classe e gênero, como separadamente à cada um desses casos exemplificados.

Embora haja casos em que as mulheres parecem ter uma escolha entre a prostituição ou não, abordamos aqui os casos em que as mulheres não têm essa escolha. Com isso, Satz (1995, p. 75) aborda algumas causas da prostituição focadas em desigualdade de gênero: 1. Inequalidade de renda, o fato de mulheres receberem menos do que homens; 2. Segregação de trabalho, é menos provável que mulheres – em comparação a homens – cheguem a cargos que obtêm uma remuneração alta; 3. Pobreza, “1/3 de famílias lideradas por mulheres nos EUA (1990) vivem abaixo da linha da pobreza”, além do fato de que homens não pagarem a pensão aos filhos; 4. Divisão desigual do trabalho na família, o fato de mulheres terem a total responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidados de que quando trabalham fora recebem menos que homens faz com que essa divisão seja desigual. A desvantagem econômica das mulheres é fator crucial para que as mesmas estejam em situações de vulnerabilidade, e como consequência, usem da prostituição como meio de sobrevivência.

Além do foco econômico também há o fator do status que as mulheres têm na sociedade. Mecanismos como: 1. Estereótipos negativos, a percepção da sociedade e das mulheres sobre elas mesmas é negativa, normalmente mulheres são vistas como menos capazes e inteligentes que homens, ou seja, estereótipos de gênero moldam a forma com que as mulheres podem agir ou responsabilidades/trabalhos que ela pode assumir; 2. Poder desigual, o jogo de poder e o real poder que os homens têm sobre as mulheres na sociedade; 3. Marginalização, as pessoas marginalizadas são excluídas de, ou ausente de, papéis sociais produtivos centrais na sociedade- papéis que transmitem respeito próprio e contribuição significativa. Mulheres marginalizadas na sociedade têm menos acesso a oportunidades, ganham menos e têm seus direitos violados com maior frequência; 4. Estigmas, “o gênero da mulher está associado, em alguns contextos, com estigma, um distintivo de desonra”. (SATZ, 1995, p.76-77)

Visto que as mulheres já sofrem pela estrutura patriarcal dentro de uma sociedade de cultura machista e com práticas de abusivas, mulheres que utilizam da prostituição para a sobrevivência e, como consequência, são colocadas à margem da sociedade, têm maiores chances de serem vítimas de abusos sexuais, psicológicos e físicos, tanto por seus clientes como por seus aliciadores (cafetões, namorados, maridos, pais, etc).

Diferentes Estados têm diferentes visões sobre prostituição, dessa forma, também legislam de forma distinta. Distinguiremos, então, três formas de legislação quanto a prostituição (EL PAÍS, 2016):

1. **Profissão regulamentada:** nesses Estados a prostituição é uma profissão permitida, onde existem leis que regulamentam o funcionamento de bordéis, quem pode comprar e vender serviços sexuais, o papel do agenciador (cafetão/cafetina), etc. Entre os países que regulamentaram a prostituição estão a Holanda, Dinamarca e Alemanha;

2. **Criminalizada:** os países que criminalizam a prostituição têm uma visão mais feminista da prostituição e percebem-na como uma porta para violência contra as mulheres e promove a desigualdade de gênero. Com a criminalização, é comum que tanto quem vende como quem utiliza os serviços são responsabilizados de acordo com a lei, mas na prática é usual que as mulheres que vendem o serviço sejam mais responsabilizadas que seus clientes, além de ficarem vulneráveis a policiais com más intenções. Entre os países que criminalizam a prostituição estão a França, Canadá, Coréia do Sul e Singapura;

3. **Meio termo (híbrido),** países que adotam um modelo híbrido utilizam-se da ideia de que só é criminalizado quem gerencia a prostituição, ou seja, o cafetão, mas se a mulher escolher se prostituir por conta própria ela pode. Esse modelo é utilizado em Estados como a Finlândia. Há outro modelo que pode ser considerado meio termo é o Estado que reconhece a prostituição, mas não a normaliza como profissão ou a criminaliza, como o Brasil. Vale ressaltar que os dois modelos citados aqui não são excludentes.

Diante disso, há pensadoras que fazem a conexão para a o que antes era visto como abolicionismo de um mercado de mulheres para a prostituição para uma regulamentação, onde o consentimento virou chave principal para a definição do que

passava ou não a ser julgado como crime diante da indústria do sexo. Dessa forma, faz-se necessário distinguir diferentes contextos na indústria de serviços sexuais, nesse capítulo expõe então a diferença entre prostituição, exploração e escravidão sexual, especificamente na Ásia e em zonas de conflitos ou Guerra.

3.1.1 Prostituição, exploração e escravidão sexual na Ásia

Infelizmente, prostituição não é um sistema estranho ao continente asiático, principalmente a prostituição como exploração de mulheres asiáticas. Em sociedades nas quais as mulheres não têm acesso a oportunidades, educação ou qualquer tipo de segurança fora da relação ou protetorado de um homem (seja ele marido, pai ou irmão), como era o caso no continente asiático, fazia com que a “escolha” entre a prostituição - virar uma cortesã - ou a insegurança financeira e alimentar fosse real, e muitas vezes apelativa a primeira opção. Mesmo que, nesses países virar uma cortesã, principalmente uma de sucesso não era trabalho fácil, muitas delas começavam treinamentos em etiqueta, dança, canto, pintura, podendo até a falar outras línguas para entreter seus clientes. Os clientes por sua vez, não eram homens quaisquer, sendo mais evidente quanto mais famosa a cortesã fosse, os serviços não eram baratos e muitos tinham bordéis pessoais, dificultando a diversificação da clientela. Esses homens, normalmente, eram homens de classe alta, nobres, oficiais do governo, artistas, pintores, poetas, escritores, entre outros, que podiam usufruir do entretenimento oferecido por essas mulheres (RUAN, 1991).

A prostituição em países asiáticos como a China e Japão é facilmente encontrada em sua história. Apesar de não se ter data exata de quando a prostituição começou no continente, historiadores estimam que na China poderia ter iniciado no século VII a.C., onde bordéis foram criados como forma de arrecadação de fundos para o governo. Vale ressaltar que assim como a prostituição em geral não é estranha ao continente, os bordéis de campanha (militares) também não. Acredita-se que tais bordéis foram institucionalizados durante a Dinastia Han Ocidental, durante o reinado do Imperador Wu que governou entre 140 e 87 a.C (RUAN, 1991).

Na China, durante a Dinastia Ching a prostituição a partir do Estado e bordéis do governo começaram a ser gradualmente abolidos, mas não significava que a prostituição foi criminalizada, bordéis privados ainda existiram durante muitos anos

no país. Foi somente com o advento do comunismo, visto que a prostituição foi rotulada como uma prática da forma mais pura do capitalismo. A partir de 1950, a prostituição foi abolida na China, já que a percepção do governo comunista era de que a prostituição era causada por motivos socioeconômicos, no qual devido a débitos e outras pressões financeiras, as famílias alimentavam a prostituição por vender suas filhas a bordéis, situação que ocorreu muito durante a invasão do Japão à China. Após a abolição da prostituição nos anos 1950, houve um ressurgimento da prática nos anos 1980 devido à forte depressão econômica, mesmo diante a uma forte repressão do governo chinês, com penas desde pagamento de multas para usuários até prisão de no mínimo dois anos para prostitutas e cafetões (RUAN, 1991).

No Japão, ao contrário do que é reproduzido comumente, o papel das *geishas* inicialmente não incluía serviços sexuais, as prostitutas no Japão antigo eram conhecidas como *yujo* e *qiran* (as mais famosas), e aparecem na história japonesa lá pelo século XVI junto com a criação de bordéis nos *yukakos*, distritos (bairros) onde os bordéis e a prostituição se concentravam, conhecidos como distritos da luz vermelha. Assim como as *geishas* e as cortesãs chinesas, as *yujos* também passavam por treinamentos que incluíam saber diferentes posições sexuais, o entendimento de afrodisíacos e, até mesmo, formatos diferentes de pelos pubianos. Apenas em anos mais recentes foi que o papel das *geishas* foi sendo entendido como prostituição e algumas passaram a oferecer serviços sexuais. Atualmente no Japão o ato de vender sexo é ilegal, mas a lei japonesa tem muitas brechas, uma delas sendo que reconhece como ato sexual apenas a penetração, ou seja, outras formas como o sexo oral não entram na criminalização. Igualmente, pela lei japonesa, apenas é considerado prostituição se os dois adultos não se conhecerem previamente, o que torna mais difícil de comprovar e criminalizar a prostituição no país (WALKER, 2016).

Apesar de a prostituição na Ásia sempre ter estado presente, com a chegada das forças coloniais europeias, principalmente no sudeste asiático, a prostituição mudou. Nesses locais, a prostituição acabou se tornando racializada, onde a maioria das prostitutas eram asiáticas ou da Eurásia, e tinham classes entre elas, sendo as japonesas as mais cobiçadas principalmente pelos colonizadores europeus. Em Singapura, por exemplo, havia a segregação tanto entre os bordéis como entre os homens que frequentavam, ou seja, dificilmente os clientes europeus frequentavam

os mesmos locais que homens asiáticos, a segregação racial acontecia em todos os âmbitos, trazendo para a Ásia uma espécie de castas raciais em relação a vários países do continente, onde as japonesas estavam no topo e países de pele mais escura como a Malásia, Vietnam, Índia e Tailândia mais abaixo (NOOR, 2015).

Outra característica da prostituição na Ásia - principalmente no sudeste asiático - atualmente é a do turismo sexual, que consiste na prática de viajar para outros países com a intenção de consumir atividades sexuais pagas, ou seja, prostituição. Atualmente o turismo sexual nos países que compõem o Sudeste asiático chega a ser entre 2 e 14% do PIB de alguns deles, mesmo naqueles em que a prática tanto do turismo sexual como da prostituição é ilegal como a Tailândia, as Filipinas e o Vietnã (HSU, 2020).

Recebido como herança colonial do período das invasões europeias e, mais tarde, com a presença dos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, o sudeste asiático se tornou um dos principais destinos de majoritariamente homens do norte global com intenção de curtir as “férias”, tratando o turismo sexual, a prostituição e tudo o que tais práticas acarretam, como o tráfico sexual de pessoas (ver tópico 3.2) de forma banal. Para o homem do norte global as mulheres asiáticas - através da sua sexualização e objetificação - são tidas como uma experiência, e não como seres humanos. Dito isto, torna-se comum também a violência baseada em gênero dessas mulheres que se submetem ou são submetidas a prostituição. (HSU, 2020)

Apesar de a prostituição ser uma prática antiga, a criação de um mercado de capital em cima da prostituição e exploração sexual de mulheres baseadas principalmente em suas etnias, para a satisfação de estrangeiros tanto sexual, quanto de empresas de turismo que vendem o turismo sexual como prática válida é algo mais novo. A exploração em cima do corpo de mulheres do oriente pelo capital é uma óbvia objetificação e sexualização, desconsiderando aquelas mulheres como seres humanos e se aproveitando da falta de legislações, segurança econômica e física dessas mulheres para o lucro tanto do Estado como de agências de turismo do ocidente (THANH-DAM, 1983).

A outra característica que marcou a prostituição na Ásia, em específico no sudeste asiático, é a prostituição que acontece devido (ou estimulada por) processos

militares e de guerras. Na Ásia esse processo aconteceu mais de uma vez, tendo na sua história o momento mais expressivo dessa cultura militar com a criação do sistema de tráfico e escravidão sexual promovido pelo Japão durante a Segunda Guerra Sino-japonesa e a Segunda Guerra Mundial, e mais tarde, com os Estados Unidos nas guerras do Vietnã e das Coreias. (BUIA, 2020)

3.1.2 Prostituição em conflitos armados

Historicamente, mulheres sempre estiveram presentes nos contextos de conflitos armados, mesmo que sejam continuamente e estruturalmente apagadas. Uma das formas em que as mulheres estão presentes nesses conflitos é através da prostituição nas bases militares e arredores. Conflitos armados, militarização e prostituição vêm sempre relacionados quando colocados nesses contextos, já que, devido a conflitos armados e a militarização - aqui considerando que a militarização é um processo masculinista, baseado na concepção de políticas masculinistas apresentadas mais cedo - é comum que comecem a aparecer, ou a aprofundar, problemas sociais e econômicos da sociedade, forçando mulheres a se virarem para a prostituição nas bases militares como forma de se sustentarem e sustentarem as suas famílias (THE ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS, 2005).

Os conflitos também facilitam a desestabilização dos territórios e fronteiras, facilitando as passagens entre os territórios em conflito, e com isso, facilitando também o tráfico de pessoas nas fronteiras (ver tópico 3.2). A prostituição de mulheres em meio as guerras são majoritariamente alimentadas pela militarização, visto que o uso desses serviços por militares é encorajado, através do sistema machista reforçado pelos padrões militarizados mesmo que não seja institucionalizado como foi com o sistema de prostituição institucionalizado pelo Japão (THE ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS, 2005).

Bordéis militares foram criados com o intuito de prover alívio sexual para soldados em condições de conflitos armados longe de seus países de origem e incapazes de voltar para suas casas e famílias. Com isso, mulheres de várias etnias e backgrounds foram usadas por causa de sua condição socioeconômica ou por casos de escravidão e tráfico de mulheres com o intuito de prostituí-las como objetos sexuais de grupos militares. A principal desculpa dada, nestes casos, para a conservação e

existência desses bordéis de campanha é o controle das tropas militares pelo Estado, ou seja, homens não são capazes de ter autocontrole sobre seus impulsos sexuais e respeito para com mulheres, então o Estado utiliza mulheres para manter tal controle (BUIA, 2020).

A utilização de mulheres para a prostituição em bordéis militares implica muito na forma como a sociedade – e conseqüentemente os Estados – percebem as mulheres, através de sistemas patriarcais e machistas estruturalmente incorporados em nossas sociedades que colocam mulheres em posições de objeto e de servidão a figuras masculinas, que se sentem intitulados a decidir onde nossos corpos e vidas são utilizados. Quando aplicamos esse entendimento aos casos de conflito armado – onde os direitos humanos e especialmente das mulheres são totalmente desconsiderados perante o “bem-estar” do corpo militar e de um objetivo que muitas vezes fala mais sobre o chefe de Estado do que sobre a situação de suas populações, já que o chefe de Estado é o ser/entidade que personifica as decisões de governo, além de ser a entidade, usualmente, com o maior nível de poder (ENLOE, 1990).

Uma das formas de problematizar a prostituição alimentada pelas forças armadas é perceber que esses serviços são utilizados por soldados, tal tipo de prostituição é algo muito mais militarizado do que certamente do homem que está inserido em sua sociedade em outros estados não como soldado. O serviço de prostituição em bases militares e ao redor delas é oferecido por diversos motivos, podendo ser financeiros ou até mesmo como uma forma de segurança para aquelas mulheres. Devido ao fato de que normalmente que as pessoas em bases militares são em sua grande maioria homens que não moram nesses locais originalmente, a relação entre esses soldados e mulheres que se prostituem vai além da relação de poder entre homem e mulher vai também da relação de poder entre soldado e civil, entre diferentes classes socioeconômicas e também vai da relação invasor (colonizador, homem de outro país) e mulheres locais (BUIA, 2020).

3.2 Tráfico de mulheres e meninas

O tráfico de mulheres e meninas é algo ainda muito presente em certos contextos no mundo. O tráfico de mulheres e meninas pode se dar para mais de uma finalidade, seja para trabalho como mão-de-obra análoga à escravidão ou escrava,

como “noivas por correio”⁵⁵ ou para a exploração sexual – modalidade abordada nessa pesquisa (UIA, 2022). Com isso, definimos tráfico de pessoas, de acordo com a UNODC (2000), como o:

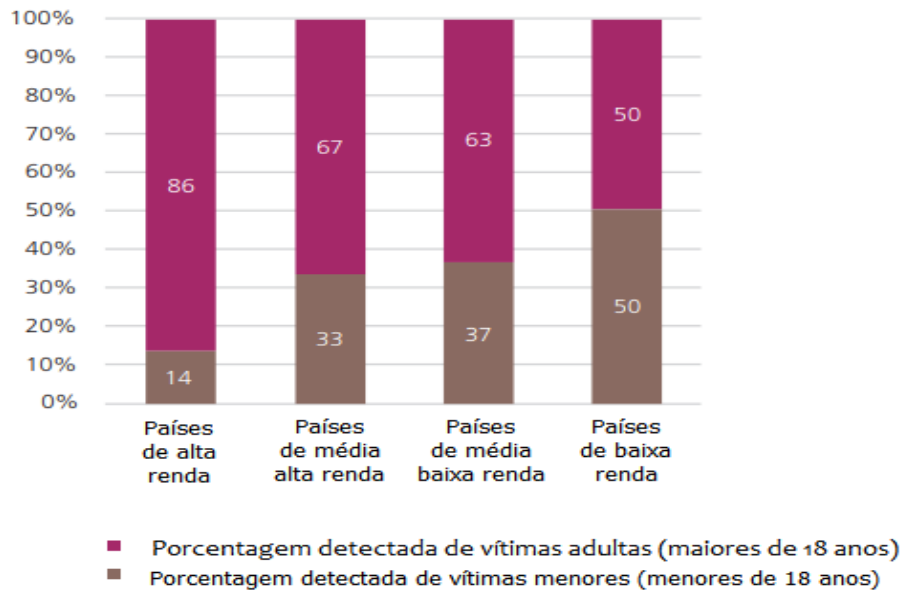
“recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”

E, dessa forma, o tráfico de mulheres e meninas é o uso delas para fins de exploração e escravidão sexual.

De acordo com o relatório global sobre tráfico de pessoas, os traficantes se aproveitam de certas condições pré-existentes nas vidas de suas vítimas. A partir disso, as vítimas de tráfico apresentam as seguintes condições pré-existentes, podendo se encaixar-se em mais de uma característica aqui relatada conforme dados da UNODC: 51% necessidades econômicas, 20% crianças de famílias disfuncionais, 13% de parceiros íntimos como o próprio traficante, 10% pessoas com problemas mentais, neurológicos ou de comportamento, 10% status de imigração, 9% crianças com falta de cuidados parentais, 6% educação ou conhecimento na língua estrangeira limitado, e 3% pessoas com deficiências físicas. Fatores como idade e país de origem também interferem no tráfico de pessoas, como podemos perceber a partir da figura 13, onde países com menor renda tendem a ter mais vítimas de tráfico de pessoas nas faixas etárias de adolescentes e crianças (menores de 18 anos) do que países que possuem rendas mais altas (UNODC, 2020).

Figura 13 – Porcentagem de vítimas de acordo com a idade e renda nacional

⁵⁵ O conceito de noivas por correio é conhecer alguém que esté em outra parte do mundo. Ou uma mulher/menina ser mandada para casar-se em outro país. Esse tipo de relacionamento normalmente condiz com diferentes posições socioeconômicas, onde o homem paga uma certa quantia a mulher para que ela vá a seu país e se case com ele. Alguns exemplos onde essa “modalidade” ainda existem são os países do leste europeu como a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia.



Fonte: UNODC, 2020. Tradução própria.

Além dos já abordados nessa seção, um dos fatores principais considerados para o tráfico humano é o recorte de gênero, no qual o número de mulheres traficadas supera em muito o número de homens vítimas de tráfico humano, assim como, o número de meninas supera o número de meninos, como podemos detectar a partir da figura 14. As causas desses números expressivamente mais altos de vítimas mulheres e meninas tem a ver com formas patriarcais de estruturas sociais levando ao fato de que o corpo feminino é visto como mercadoria, algo que se tem demanda e lucro de capital (UNODC, 2020).

Figura 14 - Tendência no tráfico de pessoas por idade e gênero



FONTE: UNODC, 2020. (Tradução própria)

O tráfico de pessoas no mundo focado em mulheres e meninas é uma situação tão séria que em 2018 a cada 10 vítimas de tráfico humano cinco eram mulheres e duas eram meninas. Apesar de que os números em relação ao tráfico de mulheres e meninas é assustador há uma relação entre localidades do mundo com a preferência por diferentes idades e gêneros, já que a finalidade do tráfico também muda. Mesmo que o tráfico para exploração sexual ainda é a finalidade mais expressiva quando o tópico é o tráfico de seres humanos, pode-se perceber também, de acordo com a figura 14, que ao longo dos anos, houve um aumento no número de menores de 18 anos vítimas do tráfico, na proporção em que o número de mulheres vítimas diminuiu, mesmo que ainda alto. As finalidades do tráfico de pessoas também dizem muito sobre quem é traficado, já que quando a finalidade é a exploração sexual as mulheres e meninas são as vítimas principais, mas quando a finalidade do tráfico é a exploração do trabalho, o número de homens e meninos é maior. (UNODC, 2022)

Como forma guia para os países no mundo, nos anos 2000 a Assembleia das Nações Unidas adotou o Protocolo de Palermo para prevenir, suprimir e punir o tráfico

de pessoas. O Protocolo de Palermo fez alguns marcos, dentre eles a definição de tráfico humano, além de requerer que os países signatários coloquem esforços conjuntos no combate ao tráfico humano e que os países tenham criminalizado o tráfico humano em seus territórios. Atualmente 117 países assinaram e ratificaram o Protocolo de Palermo, com a assinatura e o esforço conjunto dos países contra o tráfico humano deixa óbvio que o combate ao tráfico de pessoas é – e tem que ser – um esforço internacional (UNITED NATIONS TREATY COLLECTION, 2023).

3.2.1 Tráfico na Ásia oriental

O tráfico de pessoas na região da Ásia oriental – composta por países como Japão, Coreia do Sul e do Norte, Mongólia, China e Taiwan – se deu inicialmente e principalmente com o advento das grandes campanhas colonizadoras europeias na região tanto entre os países da região como para o ocidente. O tráfico de chineses, coreanos e japoneses tinha finalidade tanto para o trabalho forçado em colônias europeias tanto para o uso bélico, como escravos de combate (escravos de peleja⁵⁶). O tráfico de pessoas na região era explorado em cima da necessidade local, já que muitas das vítimas eram comercializadas pelas próprias famílias que não conseguiam se sustentar, ou as vítimas eram ativamente roubadas de seus lares por saques piratas (FARIA, 2021). Mais tarde o tráfico de pessoas, durante as guerras do século XX, ficou mais expressivo, principalmente de mulheres para a exploração sexual com a institucionalização da prostituição de base, tráfico e exploração sexual pelo império japonês e pelo governo estadunidense (ver capítulo 4), moldando muito do que atualmente é o tráfico de pessoas na região da Ásia oriental.

Na Ásia, mais especificamente na parte oriental, a característica do tráfico humano é em grande parte para a exploração sexual, concluindo que a maioria dos tráficos feitos na região são de mulheres. Isso se dá principalmente pelos casos de turismo sexual em certos países da região, que faz com que mulheres estejam em maior demanda para atender os turistas que procuram serviços sexuais. Na Ásia oriental e pacífico a principal finalidade do tráfico de seres humanos é para a

⁵⁶ Escravos de peleja, eram escravos que eram mobilizados para lutarem ao lado de seus senhores por uma causa da capital, instrumentalizando a violência como dominação escravagista. Essa nomenclatura era dada a escravos bélicos, ou de combate, no império português. (LIMA, 2002)

exploração sexual, compondo 64% das vítimas do tráfico na região, seguido por 29% exploração e escravização de mão de obra e 7% para outras formas de exploração. (UNODC, 2020)

O tráfico de pessoas na Ásia oriental é formado por tanto o tráfico de pessoas a nível doméstico como intrarregional. As vítimas do tráfico advindas da região oriental asiática podem ser encontradas em todos os continentes e em quase todas as sub-regiões do mundo, principalmente na própria região, no Pacífico, no Oriente Médio, Américas e Europa. Com isso, o tráfico na região da Ásia oriental é considerado global, tendo o maior contingente de pessoas traficadas para o Oriente Médio e Europa (ver figura 15). A região também é conhecida por receber vítimas de tráfico de países ao redor, como a Malásia - destino principal de vítimas do sudeste asiático - e Tailândia - destino de vítimas de áreas ao redor do Rio Mekong, como o Vietnã, Camboja e Laos. (UNODC, 2020)

Figura 15 – Destinos do tráfico humano da Ásia Oriental



FONTE: UNODC, 2020. Tradução própria

A região da Ásia oriental tem uma característica especial quanto aos perpetradores de tráfico humano, em sua maioria, os traficantes se identificam com o sexo feminino. Em 2018, 56% dos criminosos que foram processados eram mulheres. A maioria dos traficantes de pessoas na Ásia oriental e Pacífico são de pessoas naturais dos países em que atuam, onde apenas 5% dessas pessoas contabilizam

como estrangeiros quando processados pelos crimes de tráfico de pessoas (UNODC, 2020). Esses números dizem muito sobre a estruturas de misoginia na região, e como tais estruturas, alimentada por épocas e situações como a da escravidão sexual de mulheres e meninas pelo governo japonês, são perpetuadas até os anos recentes. Esses números nos dizem sobre o quanto as mulheres ainda são sexualizadas, objetificadas e comercializadas.

3.3 Escravidão e exploração sexual

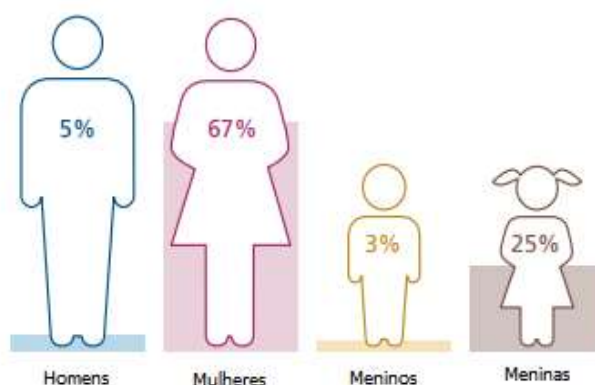
Devido ao tráfico ter como principal finalidade a exploração e escravidão sexual, faz com que o maior contingente de vítimas seja de mulheres. Com isso, elas são retiradas de suas realidades e mandadas a bordéis (locais de prostituição) onde estes lucrarão com a comercialização de seus corpos. A escravização e exploração sexual de mulheres e meninas é relacionada com a prostituição, como um ciclo onde a prostituição alimenta o tráfico de mulheres e é alimentada por ele, já que além deste, a exploração e escravidão são negócios extremamente lucrativos para aquele que comete o crime, esse lucro, como sempre, vem às custas da saúde física, mental e emocional das vítimas traficadas e forçadas ao trabalho sexual (UIA, 2020a).

Diante do tópico aqui exposto faz-se importante a diferenciação entre exploração e escravidão de pessoas. Entende-se por exploração quando o empregador se beneficia de forma injusta do trabalho (atividade) do empregado, podendo o empregado trabalhar horas a mais, ganhar salário incompatível com a atividade ou em um lugar perigoso, mas nesse caso o empregado tem a liberdade de largar esse emprego (atividade) (IRWIN, 2021). Já na condição de escravidão, mesmo contendo a exploração da pessoa, trata-se basicamente da falta de liberdade do indivíduo, onde o mesmo é coagido por meio de ameaças, violências físicas e psicológicas, retenção de seus documentos e passaporte e enganado para que continue o trabalho, sendo impedido de sair e denunciar a condição de escravidão as autoridades (IRWIN, 2021). Mesmo que a regulação para a prostituição em certos países não seja entendida como crime, a legislação para a escravidão moderna condena a prática como crime em diversos países, mesmo que em alguns de forma menos efetiva que em outros. A questão da exploração e escravidão de pessoas, seja

de cunho sexual ou não, é um problema de alcance internacional e precisa ser adereçado como tal para a erradicação de tais práticas (IRWIN, 2021).

As mulheres que se encontram em situação de exploração e escravidão sexual não estão nessa condição por escolha própria, essas mulheres são levadas à condição de exploração e escravidão sexual por diversos fatores. Através do tráfico de pessoas, essas mulheres podem ser levadas a tais condições por serem sequestradas, vendidas, enganadas com falsas promessas de trabalho, por estarem em condição de refúgio e de vulnerabilidade socioeconômica (UIA, 2020a). Dito isso, cerca de 50% das vítimas de tráfico humano no mundo são para a exploração sexual, no qual o maior contingente é de mulheres, visto que, em 2018, 67% das vítimas de tráfico humano para fins de exploração sexual eram de mulheres (maiores de 18 anos) e 25% de meninas (menores de 18 anos), como podemos perceber na figura 16 (UNODC, 2020).

Figura 16 – Número de vítimas de tráfico para exploração sexual por gênero e idade



FONTE: UNODC, 2020.

Mesmo com todas essas informações sendo de fácil acesso pela internet, ainda há um grande número de pessoas que não conhecem a realidade da condição da exploração sexual – nem como se dá, nem o porquê essa prática existe e como herdamos esse problema. Diante dessa problemática é necessário expor as linhas que relacionam que a prática de exploração sexual está intrinsecamente ligada a escravidão, nos remetendo novamente ao fator das invasões, colonizações e escravidão de pessoas nativas e pretas. Apesar de que a escravidão não tinha como

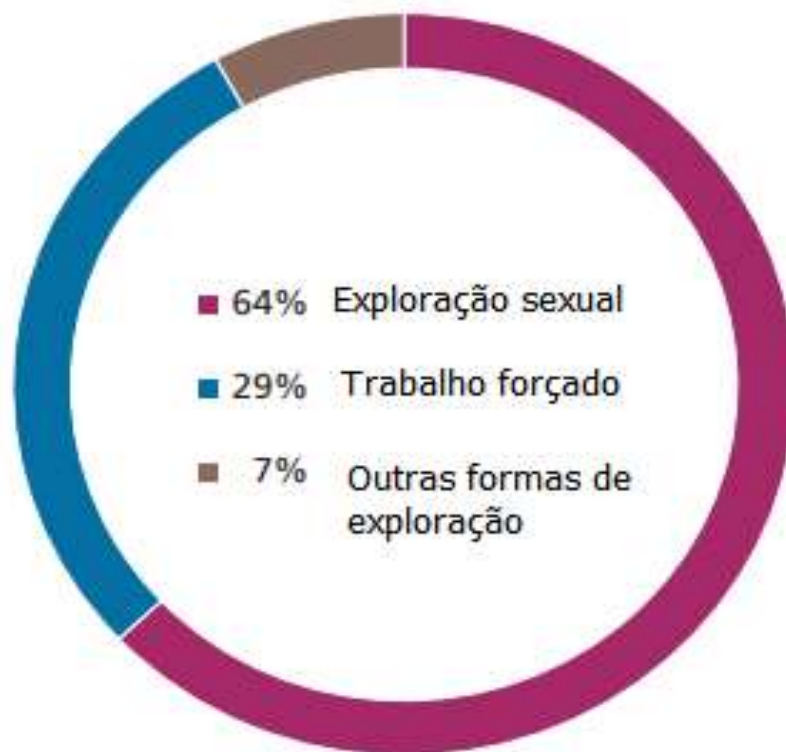
finalidade prioritária a exploração sexual, a escravidão colocou principalmente as mulheres pretas em condição de objeto e comercialização, no qual elas eram usadas para satisfazer homens colonizadores brancos e para continuar a “produção” de escravos (PORTAL GELEDES, 2013).

Durante a permanência dos invasores escravocratas europeus foi criado todo um sistema de tráfico de pessoas – majoritariamente pretas – no qual até a atualidade ainda é reproduzido na esfera ilegal por vários níveis de corporações, sejam estes nos campos internacionais e/ou nacionais dos países. Essa exploração sexual por vários séculos foi feita exponencialmente em cima de mulheres pretas, pardas e nativas, tanto na época da escravidão como nos períodos do pós-escravagismo. Após a criminalização do comércio internacional de pessoas para o mercado escravagista, as mulheres passam a ser consideradas cada vez mais para a continuação desse mercado, mas dessa vez provendo ao mercado interno, onde elas eram exploradas sexualmente para que seus filhos fruto dessa exploração servissem como mão-de-obra escrava. As mulheres pretas também no período pós escravidão tinham problemas em ser restituídas e aceitas na sociedade, não conseguindo trabalhos, o que as faziam se voltar para a prostituição e exploração sexual para ter seu sustento. (ROSSI, 2019) Dito isto, percebe-se que o mundo recebeu como herança da colonização e escravidão além do tráfico humano a exploração sexual de mulheres, que até hoje são exploradas por suas etnias.

3.3.1 exploração e escravidão sexual na Ásia

Dentro do contexto asiático, o tráfico de mulheres para a exploração e escravidão sexual teve o crescente mais específico na época das campanhas de colonização – principalmente no sudeste asiático e na Ásia oriental. Como à exemplo do caso vietnamita, no qual mulheres eram sequestradas e vendidas desde o século XIX, mas que nos primeiros cinquenta anos da colonização francesa no país o tráfico de mulheres cresceu de forma exorbitante; e o caso de tráfico de mulheres japonesas por parte da coroa portuguesa com propósito da exploração e escravidão sexual dessas mulheres desde o século XVI (NIAMVANICHKUL, 2006).

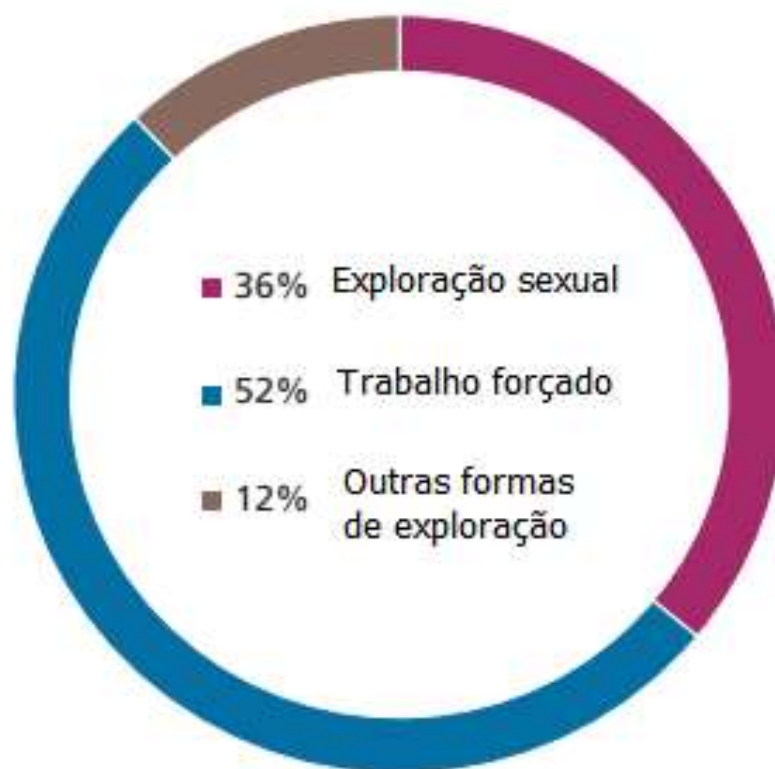
Figura 17 – Destino de pessoas traficadas na Ásia Oriental e Pacífico



FONTE: UNODC, 2020. Tradução própria

Atualmente na região que condiz com a Ásia Oriental e Pacífico, o tráfico de pessoas para a exploração e escravidão sexual condiz com 64% do total que são traficados na região, como podemos ver na figura 17. No que toca o Sul da Ásia, segundo dados da UNODC, cerca de 36% do tráfico de pessoas é por motivos de exploração e escravidão sexual, como avistamos na figura abaixo. Diante dessas figuras (17 e 18) percebe-se que o tráfico de pessoas é bem relacionado com a cultura do local, onde cada região tem seu sistema e finalidade, no Sul da Ásia, a principal finalidade é o trabalho forçado (52%) seguido da exploração sexual (36%). Já na Ásia Oriental e Pacífico, a principal finalidade é a exploração sexual (64%) seguido do trabalho forçado (29%) (UNODC, 2020). Mesmo que a principal finalidade no Sul da Ásia não seja a exploração sexual ainda é um número bem elevado considerando que chega a 36% das pessoas, onde de acordo com a tendência o maior número de pessoas traficadas para a exploração sexual ainda é de mulheres tanto no Sul da Ásia como na região da Ásia Oriental.

Figura 18 – Destino de pessoas traficadas no Sul da Ásia



FONTE: UNODC, 2020 (Tradução própria).

A exploração sexual de mulheres e meninas na Ásia, principalmente na Ásia Oriental e na sub-região do sudeste, é preocupante. Alimentada por graves casos de turismo sexual, por países com baixos índices de estudo entre mulheres e por uma cultura de sacrifício, o sudeste asiático vive uma verdadeira crise de tráfico humano, herdada de anos coloniais, invasões e conflitos históricos-políticos entre países e nações, que sempre colocam mulheres e meninas em situações de risco e óbvio crime contra os Direitos Humanos. Muito dessa herança que hoje vemos o desenrolar, é devido principalmente ao sistema de tráfico e exploração sexual japonês, que pavimentou um caminho muito contundente para as práticas aqui elencadas.

3.3.2 Exploração e escravidão sexual em conflitos

Seja dentro ou fora de épocas de conflitos armados, o uso do corpo de mulheres é algo recorrente. Em meio a uma guerra, a situação de muitos direitos – aos olhos de alguns Estados e estadistas – se torna flexível. Situações que em tempos de paz são consideradas atrocidades, em tempos de guerra se tornam recorrentes, como as crianças soldados e o estupro de mulheres, principalmente quando elas são consideradas inimigas. Em conflitos armados torna-se mais recorrente e extremamente difícil de conseguir justiça por tais atos, entendendo que já é um processo extremamente dificultado em muitos países mesmo que na ausência de conflitos. Dessa forma, é usado sexo como tática de guerra, o estupro como arma e os corpos das mulheres como instrumentos (ENLOE, 1999).

A construção de bordéis militares (ou de base) é algo extremamente antigo, tendo existido em várias guerras sendo comandados ou não pelos Estados presentes nos conflitos. Se o Estado está presente na formação desses bordéis já fica explícito que ele é o total responsável pelo que ali acontece, mas, mesmo que o Estado não esteja ativamente presente na construção de tais locais, ele falha ao ignorar a construção de bordéis de bases e a fragilidade social das mulheres que ali se encontram (ENLOE, 1990). No momento em que o Estado falha em questionar a presença desses espaços perto de suas bases militares e o que ocorre ali, ele se torna conivente com o que acontece as mulheres dali. Quando o Estado ao invés de dar condições mínimas e proteger, qual a saída para essas mulheres?

Sonia Sanchez (2007) nos traz o conceito de Estado cafetão, em que a mesma, compara a relação entre mulheres e o Estado com a relação entre prostitutas e cafetões. Para a autora, o Estado – através de seus programas de “inclusão social” que apenas mantém as coisas como estão, não provocam mudanças consistentes – assim como o cafetão, o Estado “te mantém lá, não deixa crescer, não te deixa ir e, sobretudo, não te deixa pensar”⁵⁷ (SANCHEZ, 2007, p. 76. Tradução própria). Dito isto, o uso de bordéis militares pelas forças armadas é uma forma de Estado cafetão – visto que – o estupro, a exploração e escravidão sexual de mulheres são formas de manter o *status quo*, e pior uma forma de enfraquecer o inimigo em meio a um conflito armado.

⁵⁷ Citação original: “te sostiene ahí, no te deja crecer, no te suelta y, sobre todo, no te deja pensar.” (SANCHEZ, 2007, p. 76.)

O enfraquecimento do inimigo através do uso de mulheres como instrumentos na guerra é algo criado pela própria sociedade, que através de construções e estruturas patriarcais, coloca as mulheres em posições de servidão, pureza, obediência, falta de autonomia, entre outros. Quando uma mulher vai contra tudo aquilo que o patriarcado espera dela, ela é automaticamente rejeitada pela sociedade. Mulheres que vão servir em bordéis são a melhor representação daquilo que a sociedade não aceita, elas não são vistas mais como puras por causa do serviço, e por ganharem dinheiro com o que fazem, também ganham certa autonomia, outro processo que patriarcados não aceitam muito bem. Agora a questão de servidão e obediência é ambígua, já que a prostituição é um serviço podendo representar a obediência a figura masculina. Mas, ao mesmo tempo, por saírem dos padrões da mulher “bela, recatada e do lar”⁵⁸ quebram o ideal de servidão e obediência. Essa ambiguidade expõe a hipocrisia do patriarcado, já que ele condena, mas utiliza o serviço (HYNDMAN, 2008).

A criação de esforços que coloquem as mulheres numa posição de escravidão e exploração sexual pelas forças militares, normalmente é feita sob a desculpa de controle de tropas, assim evitando que homens estuprem mulheres. Esse controle se mostrou inútil, no caso do sistema de tráfico, exploração e escravidão sexual japonês, a construção do próprio não fez com que os estupros parassem, ao invés, deram uma segurança aos homens para que os estupros ocorressem. Outra desculpa usada para a construção desses bordéis é o controle de doenças venéreas, que poderia até ocorrer, se o uso de preservativos fosse feito corretamente, além de acesso à saúde de qualidade para a população, algo que já se provou falho mais de uma vez (SOH, 2009). Essas são as desculpas dadas que são socialmente aceitas. O que não é explicado são os objetivos que são pensados também na construção ou na conveniência desses lugares. Ao invés de eu ensinar as tropas (homens) o autocontrole, consenso e respeito com as mulheres, é mais fácil encobrir o que é feito e encontrar uma resposta na qual a sociedade patriarcal vai ficar contente, já que a

⁵⁸ A ideia passada aqui é para exemplificar a mulher “perfeita” para o patriarcado. A mãe, dona de casa sempre disposta e pronta para cuidar de sua família, além de temente ao seu marido (figura masculina). A frase “bela, recatada e do lar” foi usada para se referir a Ex-Primeira Dama do Brasil, Marcela Temer pela revista Veja em Abril de 2018, na matéria ela foi descrita de tal forma, apenas confirmando e reforçando as expectativas patriarcais para as mulheres. Veja mais: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.

mesma se preocupa mais com sua moralidade hipócrita, do que com a vida de mulheres.

CAPÍTULO 4 – AS MULHERES E O SISTEMA DE “CONFORTO” JAPONÊS

Este capítulo é utilizado nesta pesquisa como apresentação do estudo de caso sobre as Mulheres de “Conforto” e tem como finalidade dois pontos: (1) implicar a prática do sistema como um sistema conivente e conveniente com patriarcados e machismos; e, (2) apresentar como o sistema de prostituição, exploração e escravidão sexual foi institucionalizado por um Estado, tal qual o conceito de Estado Cafetão. No caso da institucionalização do sistema de “conforto”, o Estado faz o papel de cafetão, tanto no sentido tradicional como no sentido originado por Sanchez.

4.1 Institucionalização

O sistema de “conforto”, suas estações e pessoas, foram usados como resposta a má reputação do massacre de Nanquim durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, onde milhares de mulheres foram estupradas e mortas. Após o ataque a sociedade internacional reprovou veementemente a conduta do exército japonês, os enquadrando como bárbaros e selvagens. A má reputação no ocidente dificultava a excursão militar japonesa em território chinês, dessa forma, o governo japonês teve a ideia de criar o cruel sistema de “conforto”, que era usado por principalmente militares japoneses como forma de “controlar” os soldados e garantir que não houvesse outro caso como o massacre de Nanquim. A construção e institucionalização desse sistema realmente fez com que não houvesse outro caso como o de Nanquim – mesmo que sempre houve casos de estupros e mortes em vários locais de acordo com o avanço do exército japonês – mas forçou mulheres e meninas a uma vida não escolhida de escravidão e sexualização (SOH, 2009) (RIGG, 2021).

A institucionalização dessas estações de conforto foi pensada após a conquista de Hong Kong com a 23ª divisão do exército japonês sob o comando do Major General Tadamichi Kuribayashi e o General Takashi Sakai. Como forma de lidar com a má reputação que a “epidemia de estupros” criada pelos soldados japoneses, foram criadas as casas de prostituição, onde inicialmente se trabalhava apenas mulheres locais recrutadas e trazidas como missão de soldados, mas o pequeno contingente de

mulheres locais não supria as necessidades de milhares de soldados. Então, de acordo com Bryan Mark Rigg (2021), 1700 mulheres japonesas foram trazidas para a prostituição em Hong Kong naquela época. Mas a condição das prostitutas japonesas era bem superior ao tratamento e condições cedidas as locais, as mulheres japonesas normalmente atendiam a oficiais de alto escalão do governo japonês, tinham melhores acomodações e alimentação. A partir daí foi criado “o maior e mais elaborado sistema de tráfico de mulheres da história humana e um dos mais brutais” (Yuki Tanaka In. RIGG, 2021)⁵⁹.

Dentro desses locais de prostituição muitos homens eram atendidos por dia. As mulheres que os atendiam recebiam algo como uma quota de atendimentos por dia, “vinte homens alistados (soldados) de manhã, dois NCOs à tarde, e os oficiais sênior à noite”⁶⁰ (RIGG, 2021). Mesmo com a quota, a realidade era outra, em dias normais as mulheres atendiam cerca de 10 homens, já antes ou depois de batalhas esse número podia triplicar. Infelizmente muitas mulheres e principalmente meninas acabavam morrendo de hemorragias por tantos estupros de uma vez ou até mesmo tiravam sua própria vida como forma de fugir dos horrores sofridos. A idade média de uma “mulher de conforto” nas estações era de 15 anos, diante disso, o nome deveria ser mudado para meninas de desconforto. (RAYMOND, 2015)

Apesar de ser difícil prever exatamente o número de mulheres e meninas que foram incluídas nesse sistema das “mulheres de conforto”, estima-se que milhares, tão jovens quanto seus 10 anos, tenham sido vítimas de tráfico sexual e prostituição. Tal sistema foi criado pelo Império japonês como uma forma de manter seus soldados em controle, com o pensamento de que se fossem “fornecidas” mulheres aos soldados, os mesmos causariam menos confusões. As meninas e mulheres que eram “recrutadas” para o sistema, através de falsas promessas de trabalho em fábricas, como enfermeiras, na cozinha ou lavadeiras no Japão ou em territórios conquistados, eram encaminhadas aos bordéis ou estações de conforto, como foram nomeados tais lugares. Já no final da Segunda Guerra, as mulheres começaram a ser levadas a esses locais à força. (BISLAND; KIM; SHIN, 2019)

⁵⁹ Citação original: “*the largest and most elaborate system of trafficking in women in the history of mankind and the most brutal*” (Yuki Tanaka In. RIGG, 2021).

⁶⁰ Citação original: “*twenty enlisted men in the morning, two NCOs in the afternoon, and the senior officers at night*” (RIGG, 2021).

Na Segunda Guerra Mundial, o Japão, utilizou a mulher como “apaziguador” de tensões no exército, criando um sistema de escravidão sexual e prostituição. As mulheres que não foram recrutadas, eram comumente raptadas de suas famílias, e presenciavam, na maioria das vezes, o assassinato e estupro de seus entes queridos antes de serem levadas aos locais de prostituição. As vítimas afirmam que foram espancadas, torturadas e estupradas, tanto no caminho para essas casas de conforto, controladas pelo governo japonês, como nas próprias casas, pelos usuários dos “serviços”, assim como, pelas pessoas que administravam esses locais. (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014)

Além de serem falsamente recrutadas, as mulheres também eram “adquiridas” por meio de “transação comercial”, onde eram oferecidas uma quantia as famílias por essas mulheres, muitas vezes ainda crianças. Os pais que faziam essa venda podiam ser de famílias pobres ou eram considerados “empreendedores”, ou seja, participavam intencionalmente no tráfico sexual dessas meninas e mulheres. Apesar de na Coreia daquela época a prostituição ser algo legalizado, antes mesmo da colonização do império japonês, não era um esquema do qual o governo fazia parte, mas a sociedade já mandava e treinava suas meninas para fazerem esse trabalho (SOH, 2009). Muitas mulheres e meninas, vítimas desse sistema, reportaram que não tinham ideia de que o trabalho que estavam sendo oferecido a elas era nas casas de conforto, até porque, há indícios de que muitas dessas mulheres eram enfermeiras, cuidadoras e cozinheiras, sendo recrutadas com a premissa de realizarem a mesma posição dentro da guerra, mas quando chegavam ao destino final, percebiam o esquema de prostituição e escravidão sexual no qual se encontravam (WARD; LAY, 2018).

No livro “Comfort woman: a filipina's story of prostitution and slavery under the Japanese Military”, de Maria Rosa Henson (1999, p. X), a autora detalha o número aproximado e localidades dessas estações de prostituição comandadas pelo governo japonês:

“Após a eclosão da Guerra do Pacífico em dezembro de 1941, o sistema de “mulher de conforto” foi expandido para outras zonas de guerra e para territórios ocupados na vasta região da Ásia-Pacífico. De acordo com um documento elaborado pelo Ministério da Guerra em setembro de 1942, 400 estações de conforto estavam operando

na época - 100 no norte da China, 140 no centro da China, 40 no sul da China, 100 no Sudeste Asiático, no sudoeste do Pacífico e 10 no sul de Sakhalin⁶¹. (Tradução própria)

Esses bordéis militares foram divididos em três categorias diferentes por Yuki Tanaka (In. QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 9. Tradução Própria), de acordo com o tempo de duração dessas estações: “(1) estações de conforto ‘permanentes’ estabelecidas nas grandes cidades; (2) estações ‘semipermanentes’ afiliadas a grandes unidades militares; e (3) estações ‘temporárias’ criadas por pequenas unidades de tropa em zonas de batalha⁶². As estações de prostituição também foram classificadas por Yoshimi Yoshiaki (In. QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 9), mas de acordo com quem as comandava:

“(1) aqueles operados pelos militares japoneses para uso exclusivo de militares e funcionários; (2) aqueles dirigidos por civis, mas sob estrito controle militar, para uso exclusivo de militares e empregados; e (3) aqueles designados pelos militares como postos de conforto que privilegiavam o pessoal militar, mas que também estavam abertos para uso civil⁶³. (Tradução própria)

Além dessas categorias também existiam casos como o de Zhu Qiao Mei, que – além dela – quatro mulheres de sua família foram forçadas a prostituição, mas ao invés de serem levadas aos bordéis, elas foram colocadas a escravidão sexual em sua própria casa. Mais tarde, elas foram levadas às casamatas⁶⁴ militares. Tal situação não era comum para mulheres que eram trazidas de outros países, mas para as chinesas esses locais improvisados eram comuns. (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014)

⁶¹ Citação original: “After the outbreak of the Pacific War in December 1941, the “comfort woman” system was expanded to other war zones and to occupied territories in the vast Asia Pacific region. According to one document prepared by the Ministry of War in September 1942, 400 comfort stations were operating at the time—100 in north China, 140 in central China, 40 in south China, 100 in Southeast Asia, 10 in the southwest Pacific, and 10 in southern Sakhalin.” (HENSON, 1999, p. X)

⁶² Citação original: “(1) ‘permanent’ comfort stations established in major cities; (2) ‘semi-permanent’ stations affiliated with large military units; and (3) ‘temporary’ stations created by small troop units in battle zones.” (Yuki Tanaka In. QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 9).

⁶³ Citação original: “(1) those operated by the Japanese military for the exclusive use of military personnel and employees; (2) those run by civilians, but under strict military control, for the exclusive use of military personnel and employees; and (3) those designated by the military as comfort stations that privileged military personnel but that were also open for civilian use.” (Yoshimi Yoshiaki In. QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 9).

⁶⁴ Casamatas são construções militares fortificadas com o objetivo de proteger de projéteis inimigos em meio a batalhas.

Essas estações de “conforto” depois de alocadas recebiam continuamente mulheres, como podemos perceber na tabela 1 abaixo, que demonstra o número de estações e mulheres chinesas que faziam parte do sistema, no distrito de Hongkou em Shanghai.

Tabela 1 – Estações de “conforto” em Hongkou, Shanghai

MÊS	NÚMERO DE ESTAÇÕES	MULHERES CHINESAS
<i>Maio</i>	16	77
<i>Julho</i>	20	91
<i>Agosto</i>	23	105
<i>Setembro</i>	22	114
<i>Outubro</i>	20	117
<i>Novembro</i>	22	119
<i>Dezembro</i>	22	115

FONTE: QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 33. Tradução Própria.

Apesar de haver mulheres e meninas de muitas partes da Ásia, e até mesmo da Europa Oriental, o maior contingente de vítimas desse sistema brutal vinham da Coreia e China, já que boa parte de seus territórios foi comandado por japoneses durante o período das guerras. Essas mulheres e meninas eram mantidas nas casas ou estações de “conforto” pelo governo do Japão imperial e sobreviviam em condições inumanas. Além dos “atendimentos” que eram obrigadas a fazer, elas eram submetidas a checkups para o controle de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), onde muitas alegam terem passado por abusos e estupros pelos médicos japoneses que realizavam tais procedimentos. Foi reportado também que as vítimas não tinham o direito de ir e vir, e só podiam deixar o bordel militar mediante autorização militar, caso fossem pegas tentando escapar, normalmente, eram punidas com

espancamentos e estupros por seus capatazes, podendo até serem assassinadas. (WARD; LAY, 2018)

Apesar das atrocidades cometidas às mulheres que faziam parte do sistema, reporta-se que havia uma hierarquia entre as mulheres japonesas, aquelas que vinham de territórios do império japonês (coreanas e taiwanesas), e as mulheres dos países inimigos tratadas como espólios de guerra. As mulheres japonesas recebiam um “melhor tratamento”, aquelas que eram consideradas parte do império eram vistas como fazendo um ato patriota e prestando um serviço essencial ao Japão na guerra. Já as mulheres de países inimigos como a China e as Filipinas, passaram por condições ainda mais devastadoras, e por não serem parte do império, elas eram vistas como descartáveis (WARD; LAY, 2018). A condição inumana, seja ela considerada mais ou menos pior, não descarta o que aconteceu com essas meninas e mulheres como um todo, como um sistema que as sexualizou, escravizou, as estuprou, as desqualificando como seres humanos e as removeu de seus direitos.

A hierarquia também se comprova na tabela de preços pagos para os serviços (ver tabela 2). Mesmo que as estações cobravam um valor pelos serviços das mulheres, muitas das mulheres reportam não terem recebido nenhuma compensação monetária. É reportado que algumas mulheres quando recrutadas recebiam uma quantia, dada a família como um pagamento adiantado pelo trabalho que as estavam sendo prometidos, além de haver a venda de algumas meninas e mulheres pelos seus familiares. Quando as vítimas recebiam algum tipo de recompensa monetária, não era o suficiente para o sustento, e essas mulheres tinham que pagar por roupas, atendimentos médicos (fornecidos pelo exército japonês), e pagar débitos absurdos que eram colocados em suas “contas” por terem sido vendidas as estações. Apenas essa questão já comprova a característica exploratória e escravista do sistema. (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014)

Tabela 2 – Lista de taxas cobradas nas estações

<i>Local</i>	<i>Japonesa</i>	<i>Coreanas</i>	<i>Chinesas</i>
--------------	-----------------	-----------------	-----------------

s

<i>Area de concessão em Shanghai</i>	2	1,5	1
<i>Anqing, província de Anhui</i>	1,7	1,7	1,5
<i>Hainan, província de Guangdong</i>	Sem cobrança	Sem cobrança	Sem cobrança
<i>Condado de Yi, província de Hebei.</i>	5-8	2,5	2
<i>Interior da Mongólia</i>		2	1.5
<i>Hankou, província de Hubei</i>		1.6	0.6
<i>Fronteira entre China e União Soviética</i>	5	1	0.5
<i>Província de Guangdong</i>	1	0.8	0.5-0.6

FONTE: QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 63. Tradução própria

A institucionalização desse sistema de escravidão sexual trouxe mais do que a normalização do estupro e da violência sexual, institucionalizou a violência contra mulheres e a escravidão. Esse sistema fez com que mulheres e meninas fossem mortas, estupradas, escravizadas e humilhadas dentro de um processo extremamente enraizado em estruturas machista patriarcais e coloniais de poder (SOH, 2009). As mulheres de “conforto” eram tão vistas como propriedade do exército que foi reportado quando o exército perdia uma batalha e os soldados escolhiam o suicídio a se render, eles matavam as mulheres que estavam nas estações, tanto para que elas não servissem aos inimigos ou para que não falassem. Essas mulheres eram tratadas como objetos de guerra, dos quais os homens japoneses podiam adquirir, matar e estuprar ao seu bem querer (WARD; LAY, 2018).

4.2. As vozes das vítimas

Nessa seção será trabalhado os depoimentos de 20 vítimas do sistema de tráfico, exploração e escravidão sexual. Dessa forma, a seção é dividida em subseções como: Prostituição, Tráfico de pessoas, Violência sexual (estupro e

abusos), Patriarcados e Machismos, Objetificação e Sexualização. Através dessas categorias, e utilizando os depoimentos das vítimas, pode-se exemplificar os conceitos e, ao mesmo tempo, comprovar a utilização dessas mulheres e meninas – através de um sistema baseado em patriarcados e machismos – como tática de guerra.

Dentro de um sistema no qual a base é a prostituição compulsória de mulheres, sob o pretexto em que tais mulheres recebem dinheiro em troca de vender serviços sexuais, não há nenhum dos depoimentos no qual tivemos acesso que reporte que essas mulheres e meninas tenham tido algum tipo de ganho monetário em cima dos estupros que passaram dentro do sistema. A seguinte passagem entre o entrevistador (E) e a vítima coreana Kim Bok-Dong (KBD) revela o pensamento da vítima:

“E: O Japão alega que vocês foram prostitutas pagas e que não foram vítimas, mas foram para ganhar dinheiro. Como você responde a essas reivindicações?

KBD: É isso que uma garota de 14 anos faz para ganhar dinheiro? Como pude pensar em vender meu corpo nessa idade?”⁶⁵ (VIDA... 2019. Tradução própria)

A mesma situação também é reportada no depoimento da filipina Estelita Dy (ED): “E: Eles (japoneses) já te deram alguma coisa? ED: Não.”⁶⁶ (MEET... 2020. Tradução própria). A chinesa Lei Guiying relata: “Ocasionalmente, os militares japoneses ofereciam enfeites às garotas de quem gostavam, mas não vi nenhuma delas receber nenhum pagamento em dinheiro. Vi algumas das meninas mais velhas brincando com os presentes, mas nunca recebi nada das tropas japonesas porque era muito jovem.”⁶⁷ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 87. Tradução própria).

⁶⁵ Citação original: “E: Japan claims that you were paid prostitutes and that you weren't victims, but went to make money. How do you respond to these claims?

KBD: Is that what a 14-year-old does to make money? How could I ever thought about selling my body at that age?” (VIDA... 2019).

⁶⁶ Citação original: “E: Did they ever give you anything? ED: No.” (MEET...2020).

⁶⁷ Citação original: “Occasionally the Japanese military men gave finery to the girls they liked, but I didn't see any of the girls receive any monetary payment. I saw some of the older girls playing with the gifts, but I never received anything from the Japanese troops because I was too young.” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 87).

As ocorrências não mudam muito, principalmente quanto a pagamento, a malaia “Ms. X” depõe que: “Eles fizeram comigo o que quiseram. Fui proibida de ver minha família. Eu obedeci a sua ordem até sua rendição. Eu não recebi nenhum dinheiro. Eu sofri todos os tipos de atrocidades japonesas.”⁶⁸ (MICHIKO, 2001, p. 586. Tradução própria). Dessa forma, através dos depoimentos e da reconstrução histórica podemos perceber que as afirmações japonesas de que as mulheres eram prostitutas, ou que vieram de forma não forçada para as estações de conforto com a pretensão de fazer dinheiro.

No depoimento de Yongsoo Lee, uma das 200 vítimas que se tem conhecimento na Coreia, se revolta com o posicionamento japonês e todo o sistema: “Você sabe o que significa 'mulheres de conforto'? Significa que fomos por conta própria, que fomos voluntariamente para consolar o Japão e o exército japonês. É assim que o Japão define. Eu destruí meu corpo pela libertação.”⁶⁹ (THE... 2018. Tradução própria). A maior disputa entre as vítimas do sistema e o Japão é o fato de que o país não reconhece o fato de que essas mulheres foram forçadas pelas forças armadas japonesas a servir sexualmente seu contingente. O depoimento das vítimas comprova suficiente o fato de que elas não escolheram fazer parte do sistema de “conforto”, de acordo com a Yongsoo Lee, sua experiência foi:

“No ano em que fiz 15 anos, estava deitada à noite e notei que minha mãe não estava em casa. olhando pela janela, havia um soldado de chapéu, só pude ver o nariz e os lábios. O soldado apontou algo preto para essa garota em volta do pescoço. A menina começou a acenar para mim, pensei que ela estava me chamando para brincar com ela. Então eu acordei e sentei no chão. A garota e o soldado se viraram, a garota cobriu meu ombro e o soldado esfaqueou algo nas minhas costas. Eu pensei que eles estavam brincando como soldados.”⁷⁰ (THE... 2018. Tradução própria)

⁶⁸ Citação original: “*They did to me just as they like. I was prohibited to see my family. I obeyed their order until their surrender. I did not receive any money. I suffered all kinds of Japanese atrocities.*” (MICHIKO, 2001, p. 586)

⁶⁹ Citação original: “*Do you know what 'comfort women' means? It means that we went on our own, that we went voluntarily to console Japan and the Japanese army. That's how Japan defines it. I destroyed my body for liberation.*” (THE... 2018).

⁷⁰ Citação original: “*In the year I turned 15. I was lying down at night and noticed that my mom was not at home. looking out the window, there was a soldier with a hat on, I was only able to see his nose and lips. The soldier pointed something black at this girl around the neck. The girl started waving at me, I thought she was calling me out to play with her. So I woke up and sat down on the floor. The girl and the soldier turned around, the girl covered my shoulder and the soldier stabbed something in my back. I thought they were playing around like soldiers.*” (THE... 2018).

Depois desse momento, Yongsoo foi levada para a uma estação de trem, nesse local a vítima reporta que:

“Eu disse às meninas que não vou e que tenho que ir procurar minha mãe. Eu chorei muito... eles gostavam de mim em todos os lugares com seus sapatos, eles gostavam de me deixar tonta. Aí eu entrei no trem, eles me bateram tanto no trem para me impedir de fugir. (...) Eu também não comi nada, então quase morri quando desci do trem.”⁷¹
(THE... 2018. Tradução própria)

Outras vítimas também relatam terem sido retiradas de seus locais de forma forçada por soldados japoneses. De acordo com Kim Bok-Dong:

“Eles também estavam recrutando meninas coreanas à força. Mesmo não querendo ir, eles nos forçaram. Quando perguntei a minha mãe para onde eu estava indo, ela me disse que, por causa da Segunda Guerra Mundial, eu iria para uma fábrica que fazia uniformes de soldados. Eles também prometeram à minha mãe que eu voltaria assim que tivesse idade para casar, então disseram que eu não tinha motivo para não ir. Teríamos perdido tudo e sido exilados da Coreia. Foi assim que eles nos chantagearam. Se os japoneses tivessem confiscado todos os nossos bens, como nossa família deveria viver?”⁷²
(VIDA... 2019. Tradução própria).

As vítimas que não eram retiradas de suas famílias de forma forçada eram levadas para os bordéis militares em busca de dinheiro e comida, algo que para algumas famílias já era de difícil acesso antes, depois da guerra se tornou questão de vida e morte. Muitas vítimas reportam terem chegado em bordéis muito pequenas para sequer entender o que acontecia naquele espaço, e fazerem trabalhos de “suporte” as mulheres antes de terem a idade apropriada para o serviço, essa idade era

⁷¹ Citação original: “I told the girls that I'm not going and that I have to go find my mom. I cried a lot...they liked me everywhere with their shoes on, they liked me to make dizzy. Then I got on the train, they hit me so much on the train to prevent me from running away. (...) I also didn't eat anything, so I was almost dead when I got off the train.” (THE... 2018).

⁷² Citação original: “They were also recruiting Korean girls by force. Even though we didn't want to go, they forced us. When I asked my mom where I was going, she told me that because of WWII, I was going to a factory that made soldiers' uniforms. They also promised my mom that I'd return once I was old enough to marry, so they said I had no reason not to go. We would've lost everything and gotten exiled from Korea. That's how they blackmailed us. If the Japanese had confiscated all our possessions, how was our family supposed to live?” (VIDA... 2019).

normalmente entre 12 e 15 anos, principalmente após a primeira menstruação, como relata Lei Guiying:

“Fiz treze anos em 1942 e comecei a menstruar naquele ano. A Sra. Shanben sorriu para mim. ‘Parabéns!’ ela disse: ‘Você é uma adulta agora.’ Lembro que era um dia de verão e muitos soldados japoneses vieram à casa dos Shanbens. Eu os vi escolhendo garotas bonitas e murmurando alguma coisa. (...) Antes que eu pudesse descobrir o que estava acontecendo, fui empurrada para os soldados japoneses. Eu estava com medo. Um soldado japonês me puxou, arrancou minhas roupas e me jogou na cama larga. Eu resisti com todas as minhas forças. Meu pulso machucou durante a luta e o ferimento deixou uma cicatriz que ainda é visível agora. O soldado japonês pressionou minha barriga com os dois joelhos e golpeou minha cabeça com o cabo de sua espada enquanto me esmagava sob seu corpo. Ele me estuprou”⁷³ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 86. Tradução própria)

As mulheres e meninas quando chegavam aos locais de prostituição eram rapidamente “colocadas para uso”, sofrendo repetidas vezes violências sexuais de homens, as vezes mais de um homem por vez. No livro *Chinese Comfort Women: testimonies from imperial Japan’s sexual slaves* (2014, p. 69), há o relato de como a violência sexual era tratada nesses espaços:

“Testemunhas locais relataram que, quando a Estação de Conforto de Zhaojian-yuan foi inaugurada na cidade de Nada, ilha de Hainan, vinte e uma mulheres com idades entre dezesseis e dezoito anos foram convocadas. A maioria era da área local, mas também havia algumas de Taiwan. Durante os primeiros dez dias da abertura deste posto de conforto, mais de três mil militares japoneses o visitaram. Continuamente estuprada, Ajiao, de dezesseis anos, de Taiwan, desmaiou devido ao sangramento excessivo causado por essa forma de tortura sexual. Ela recebeu uma injeção para estancar o sangramento e, apenas trinta minutos depois, foi novamente forçada a atender a tropa.”⁷⁴ (Tradução própria).

⁷³ Citação original: “*I turned thirteen in 1942 and I began menstruating that year. Mrs. Shanben smiled at me. ‘Congratulations’ she said, ‘You are a grown-up now’ I remember that it was a summer day and a lot of Japanese troops came to the Shanbens’ house. I saw them picking out good-looking girls and mumbling something. (...) Before I could figure out what was going on, I was pushed over to the Japanese soldiers. I was frightened. A Japanese soldier pulled me over, ripped off my clothes, and threw me on the wide bed. I resisted with all my strength. My wrist was injured during the fight and the wound left a scar that is still visible now. The Japanese soldier pressed my belly with both of his knees and hit my head with the hilt of his sword while crushing me under his body. He raped me.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 86.)

⁷⁴ Citação original: “*Local witnesses reported that, when Zhaojian-yuan Comfort Station opened at Nada City, Hainan Island, twenty-one women between the ages of sixteen and eighteen were drafted. Most*

A coreana Kim Bok-Dong, que foi levada as estações de “conforto” aos 14 anos, também relata história parecida com a da Aijo:

“Na primeira vez, fui arrastada para um dos quartos e espancada um pouco, então tive que obedecer. Quando o cara terminou, eu estava sangrando muito porque era a minha primeira vez. O lençol estava ensopado de sangue. Depois que terminaram, voltei para o meu quarto no andar de cima, onde vi duas meninas chorando porque fizeram a mesma coisa com elas.”⁷⁵ (VIDA... 2019. Tradução própria).

A chinesa Zhu Qiaomei, relata as condições de higiene e o fato de que os estupros que passava eram repetidos. Qiaomei estava localizada em uma pequena ilha sem muitos soldados, então em seu caso – quando comparada com outras vítimas – é menos recorrente os estupros, se pensarmos que infelizmente isso acontecia 5 vezes por semana (podendo ser mais), mas em outros casos relatam mais de dez soldados por dia.

“Quando éramos levadas, primeiro tínhamos que tomar banho e depois os militares japoneses nos estupravam na caminha ao lado da banheira. Fora isso, as tropas nunca tomaram medidas higiênicas. Quase fomos torturadas até a morte; nenhuma forma de remuneração foi mencionada. [...] Toda semana fui estuprada pelas tropas japonesas pelo menos cinco vezes, às vezes até mais.”⁷⁶ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 96. Tradução própria)

Uma vítima da Malásia, que não foi identificada, em entrevista reproduzida no artigo "Comfort Women" in Malaysia (2001) reportou sua experiência dentro do sistema japonês: “Havia quatro grandes edifícios onde viviam as mulheres que serviam aos

were from the local area but there were also a few from Taiwan. During the first ten days of the opening of this comfort station, over three thousand Japanese military men visited it. Continually raped, sixteen-year-old Ajiao from Taiwan passed out due to excessive bleeding caused by this form of sexual torture. She was given an injection to stop the bleeding and, only thirty minutes later, was again forced to service the troops” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 69).

⁷⁵ Citação original: “*The first time, I got dragged into one of the rooms and beaten up a bit, so I had to comply. When the guy finished, I was bleeding badly because it was my first time. The bed sheet was soaked in blood. After they were done, I went back to my room upstairs, where I saw two girls crying because they just had the same thing done to them.*” (VIDA... 2019).

⁷⁶ Citação original: “*When we were taken in, first we had to bathe and then the Japanese military men would rape us on the little bed next to the tub. Other than that the troops never took any hygienic measures. We were almost tortured to death. [...] Every week I was assaulted by the Japanese troops at least five times, sometimes even more.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 96).

soldados japoneses. Eu tinha que servir de 10 a 20 soldados todos os dias. Eu fui socada o tempo todo. Continuou até 1945, quando o Japão se rendeu.”⁷⁷ (MICHIKO, 2001, p. 584. Tradução própria).

É perceptível que a violência sexual, em forma de estupros, não vinha sozinha, se e quando essas mulheres e meninas lutavam para impedir o estupro de acontecer elas sofriam contínuas violências físicas. Como resultado das agressões, muitas das mulheres ficaram com sequelas para o resto da vida e muitas morreram como consequência das contínuas violações, além do fato de que muitas meninas e mulheres tentavam e cometiam suicídio (BISLAND; KIM; SHIN, 2019). A violência além da física também é comentada por Estelita Dy: “Depois de algum tempo, um japonês entrou (no quarto). Ele me agarrou de repente e me estuprou. Senti uma dor no corpo quando acabou. Outro homem entrou depois, mas desta vez eu lutei. O segundo homem ficou bravo comigo, agarrou-me pelas orelhas e bateu minha cabeça com força na mesa. Perdi a consciência depois.”⁷⁸ (MEET... 2020. Tradução própria). Como forma de proteger as meninas e mulheres que chegavam depois, algumas mulheres acolhiam e davam conselhos às recém-chegadas, sendo o conselho mais comum: “O soldado vai te matar se você não escutar a ele” e “Nós precisamos sobreviver”.

Com o fato de que as vítimas eram frequentemente transportadas para outros lugares, longe de suas casas, cidades e famílias, percebe-se a característica de tráfico de mulheres que tinha o sistema de “conforto”. Muitas delas eram levadas a outros países, como Kim Bok-Dong, que foi transferida de Guangdong para Hong Kong, Malásia, Indonésia e Singapura (VIDA... 2019). A característica de escravidão sexual dessas mulheres também é identificada em seus depoimentos, como o da chinesa Zhou Fenying: “Eu chorava todos os dias, esperando que meu marido pudesse me libertar daquele lugar. No entanto, o local era vigiado de perto pelos soldados e não

⁷⁷ Citação original: “*There were four big buildings where women serving Japanese soldiers were living. I had to serve 10 to 20 soldiers every day. I was punched all the time. It continued until 1945 when Japan surrendered.*” (MICHIKO, 2001, p. 584).

⁷⁸ Citação original: “*After some time passed, a Japanese man entered (the room). He grabbed me suddenly and raped me. I felt a pain in my body when it was over. Another man entered afterward, but this time I fought back. The second man got mad at me, grabbed me by my ears, and slammed my head hard on the table. I lost consciousness afterward.*” (MEET... 2020).

havia como ele me resgatar.”⁷⁹ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 92. Tradução própria). Zhu Qiaomei, junto com outras quatro mulheres de sua família foram forçadas ao sistema, elas serviam junto com outras três mulheres na Ilha de Chongming. Ela já era casada, tinha dois filhos e estava grávida do terceiro, na época de seu rapto, ela teve seu terceiro filho em uma das estações, e foi estuprada mesmo grávida. Qiaomei também relata uma tentativa de resgate por seu marido, “Vendo como eu era atormentada pelos militares japoneses, meu marido Zhou Shouwen escolheu lutar e se juntou à força de guerrilha anti-japonesa local. Mas depois ele foi capturado pelas tropas japonesas e espancado até a morte.”⁸⁰ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 96. Tradução própria).

Como resultado de todo o esquema de tráfico e escravidão sexual japonês, além de estupro e violências cometidas contra as comunidades, os civis – principalmente as mulheres e meninas – tinham terror dos soldados japoneses. Lu Xiuzhen, foi raptada pelo exército japonês aos 21 anos, depois de ser levada para um bordel militar. Lá, inicialmente foi tratada como todas as outras mulheres ali presentes, até o líder do pelotão tomar apreço por ela, a partir daí ele proibiu que outros soldados a visitassem e apenas ele a estuprava. O fato de que ela não pode servir aos outros soldados causou revolta entre eles, que com isso a maltratavam, mas não a violavam sexualmente mais (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014). Em seu depoimento, Xiuzhen também relata o medo da população chinesa frente as forças armadas japonesas,

“Ouvi dizer que as tropas japonesas estavam de férias. Seus oficiais tinham uma semana de férias, enquanto os soldados tinham três dias. Nos dias de férias, os militares vinham às aldeias de onde estavam estacionados. Eles saqueavam galinhas, grãos ou qualquer coisa que puderam encontrar e mataram bois e porcos para comer. Pior ainda, os soldados japoneses sequestraram as meninas e mulheres que encontraram. As mulheres da aldeia estavam morrendo de medo, correndo para salvar suas vidas o mais rápido que podiam quando viram os soldados japoneses. Aquelas que não fugiram rápido o

⁷⁹ Citação original: “*I cried every day, hoping that my husband could free me from this place. However, the place was closely guarded by the soldiers and there was no way for him to rescue me.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 92).

⁸⁰ Citação original: “*Seeing how I was tormented by the Japanese military, my husband Zhou Shouwen chose to fight and joined the local anti-Japanese guerrilla force. But later he was seized by the Japanese troops and beaten to death.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 96).

suficiente foram capturadas.”⁸¹ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 99. Tradução própria).

Tan Yuhua, relata que já havia escapado dos japoneses, junto com sua mãe e irmão, na época seu pai não conseguiu andar e fugir junto com eles, cerca de um ano antes de ser raptada e forçada a escravidão sexual nas estações após voltar a sua cidade, ela relata o seguinte:

“Os soldados japoneses pegaram meu pai deficiente primeiro. Fizeram-no ajoelhar-se e um soldado ameaçou matá-lo com uma longa espada curva. Não pude deixar de gritar, então os soldados japoneses me encontraram e me pegaram. Os soldados também capturaram duas outras meninas, Yao Bailian e Yao Cuilian, ambas minhas primas e colegas de escola; ambas eram mais velhas do que eu. Uma de minhas tias morreu durante aquele ataque. Os soldados prenderam meu pai para forçá-lo a trabalhar para eles, mas meu pai não conseguia realizar trabalhos forçados devido à sua deficiência, então os soldados japoneses o mataram. Perdi meu pai para sempre.”⁸² (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 110. Tradução própria).

Um dos motivos que o Japão deu para a implementação do sistema de tráfico e escravidão sexual, além do fato de “parar” os estupros a mulheres e meninas que não eram das casas de “conforto”, o que não ocorreu de forma alguma, era para o controle de doenças sexualmente transmissíveis (DST). O exército, supostamente provia aos soldados com preservativos e as mulheres com *check-ups* regulares para o controle de DSTs. Apesar da prerrogativa, a maioria das vítimas relata que os soldados não usavam preservativos enquanto as estupravam, principalmente se a mulher era nova na estação ou se ainda não tinha tido relações sexuais antes de

⁸¹ Citação original: “I heard that the Japanese troops had vacations. !eir officers had a week-long vacation, while the soldiers had three days. On their vacation days the military men would come to the villages from where they were stationed. !ey looted chickens, grain, or anything they could find and shot oxen and pigs to eat. Worse even than that, the Japanese soldiers kidnapped the girls and women they could find. Women in the village were frightened to death, running for their lives as fast as they could when they saw the Japanese soldiers. Those who did not flee fast enough were captured.” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 99)

⁸² Citação original: “*The Japanese soldiers caught my crippled father first. !ey made him kneel down, and a soldier threatened to kill him with a long curved sword. I couldn’t help crying out, so the Japanese soldiers found and caught me. The soldiers also captured two other girls, Yao Bailian and Yao Cuilian, both of whom were my cousins and schoolmates; both were older than I. One of my aunts died during that attack. The soldiers arrested my father to force him to work for them, but my father was unable to perform hard labor due to his disability so the Japanese soldiers killed him. I lost my father forever.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 110).

chegarem. Se o uso de preservativos era algo difícil, o atendimento médico era – na maioria das vezes – inexistente. A vítima Chen Yabian, relata que “os soldados japoneses não usaram camisinha quando me estupraram, nem o exército me forneceu exames médicos.”⁸³ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 133. Tradução própria). O relato de Lin Yajin também relata algo parecido com Chen Yaban, Yajin comenta: “Eles nunca usavam camisinha, mas davam uns comprimidos pra gente tomar. As pílulas eram mais ou menos do tamanho da minha unha do dedo mindinho, algumas brancas, outras amarelas e outras rosas. Eu temia que as pílulas pudessem ser venenosas, então cuspi-as quando ninguém via.”⁸⁴ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 137. Tradução própria).

Além das DSTs, por causa dos contínuos estupros e a falta de um sistema de proteção, muitas mulheres e meninas ficavam grávidas. A gravidez não impedia os estupros, por isso muitas mulheres também abortavam. Aquelas que conseguiam carregar a gravidez e ter as crianças, tinham essas crianças retiradas delas e muitas vezes assassinadas diante dessas mulheres. O parto ia de caso a caso, algumas mulheres relatam que no local onde elas estavam não havia uma mulher que tivesse tido o filho no local, outras relatam terem dado à luz sozinha no mesmo quarto em que elas eram repetidamente estupradas. A malaia, Rosalind Saw, reportou sua experiência com a gravidez como uma vítima do sistema de tráfico e escravidão sexual:

“Rosalind engravidou porque muitos soldados não usavam preservativos. Rosalind sabia que outras mulheres de conforto que estavam grávidas desapareciam em algum momento. Corria o boato de que elas foram levadas para algum lugar e mortas. Quando o último mês de gravidez se aproximou, em fevereiro de 1945, Rosalind implorou desesperadamente a *Obasan* que a deixasse ir para o hospital. Obasan finalmente cedeu e a deixou ir. Ela deu à luz uma menina. Quando um funcionário japonês do hospital percebeu que Rosalind era incapaz de fornecer o nome do pai para a certidão de nascimento, ele teve pena de Rosalind e deixou que ela usasse o sobrenome dele, Sakamoto. Assim, um bebê registrado como Freeda Rose Sakamoto nasceu em 12 de fevereiro de 1945 como

⁸³ Citação original: “*The Japanese soldiers didn't wear condoms when they raped me, nor did the army provide me with medical examinations.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 133).

⁸⁴ Citação original: “*They never used condoms, but they gave us some pills to take. The pills were about the size of my pinkie nail, some white, some yellow, and some pink. I feared that the pills might be poisonous, so I spit them out when no one saw it.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 137).

cidadã japonês. Rosalind ficou no hospital por um mês após o parto. Quando ela saiu do hospital, ela nunca mais voltou ao Tong Lock Hotel.”⁸⁵ (MICHIKO, 2001, p. 588. Tradução própria).

Devido aos inúmeros abusos sofridos, as vítimas do sistema de tráfico e escravidão sexual japonês reportam frequentemente doenças físicas e cicatrizes da época, além de doenças mentais e um terrível sofrimento mental, já que o horror do acontecido com elas é muito vívido mesmo após décadas do ocorrido. Tan Yuhua relata: “ainda hoje tenho pesadelos frequentes em que revivo a tortura das tropas japonesas e acordo chorando. Nos pesadelos, continuo extremamente assustada, vendo os soldados japoneses marchando em minha direção enquanto corro desesperadamente com medo, chorando.”⁸⁶ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 112. Tradução própria). Os pesadelos – sintomas de Estresse Pós-traumático (PTSD) – também são relatados por Yuan Zhulin, “Tenho pesadelos todas as noites. Nos pesadelos me vejo sofrendo naquele lugar horrível, sofrendo misérias além da imaginação humana.”⁸⁷ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 107. Tradução própria). A chinesa, Yin Yulin, em seu depoimento conta como sua própria casa foi feita de estação por um tempo, antes de ser levada para outro lugar e lá ter sido escravizada sexualmente, esse período de sua vida deixou marcas físicas e psicológicas, no qual ela relata que tremia muito de medo, e quando foi realocada passou a noite toda sendo estuprada, como isso:

“Eu estava tremendo no escuro o tempo todo, e desde então sofro de tremores incuráveis. Cada vez que estou nervosa, meu corpo começa

⁸⁵ Citação original: “*Rosalind became pregnant because many of the soldiers did not use condoms. Rosalind knew that other comfort women who were pregnant disappeared sometime or other. There was a rumor they were taken somewhere and killed. When the last month of pregnancy approached in February 1945, Rosalind begged obasan desperately to let her go to the hospital. Obasan finally gave in and let her go. She gave birth to a baby girl. When a Japanese clerk in the hospital realized that Rosalind was unable to provide the father’s name for the birth certificate, he took pity on Rosalind and let her use his own family name, Sakamoto. Thus, a baby registered as Freeda Rose Sakamoto was born on 12 February 2605 (1945) as a Japanese citizen. Rosalind stayed in the hospital for one month after giving birth. When she left the hospital, she never went back to Tong Lock Hotel.*” (MICHIKO, 2001, p. 588).

⁸⁶ Citação original: “*Even today I often have nightmares in which I relive the torture of the Japanese troops and wake up crying. In the nightmares I remain extremely frightened, seeing the Japanese soldiers marching towards me as I run desperately in fear, crying.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 112).

⁸⁷ Citação original: “*I have nightmares every night. In the nightmares I see myself suffering in that horrible place, suffering miseries beyond human imagination.*” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 107).

a tremer incontrolavelmente. Olhe para minhas mãos. Elas estão tremendo agora. Não posso falar sobre essa experiência horrível. Sempre que falo sobre isso, fico nervosa e sinto uma dor tremenda no coração.”⁸⁸ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 116. Tradução própria).

As condições dos locais nos quais elas ficavam eram tão cruéis como o que acontecia nesses locais. Há relatos das vítimas ficarem trancadas o dia todo em seus “quartos” – podemos chamar de celas – saindo apenas para esvaziar as bacias com seus dejetos quando havia. Muitos locais eram quartos pequenos, sem cama ou lençóis, as mulheres dormiam e eram estupradas no chão sujo, muitas vezes de terra. Quando havia janelas, elas eram seladas para evitar fugas, o que fazia com que os quartos fossem extremamente escuros, sem luminosidade mesmo de dia. Como cada lugar diferenciava, as condições também eram específicas de cada lugar, normalmente, as mulheres alocadas perto das linhas de frente sofriam com as piores condições (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014). No caso de Jan Rutt O’Herne, uma das poucas mulheres europeias que se tem conhecimento, no momento do seu rapto Jan, holandesa, morava nas Ilhas Orientais Holandesas (atualmente território correspondente a indonésia) nos campos de concentração de holandeses. Ela e outras nove meninas holandesas foram retiradas desse campo e lavadas para uma casa colonial holandesa, a condição do espaço de Jan era significativamente melhor do que o das outras vítimas. Sobre o local Jan comenta:

“Ao olhar em volta do meu quarto, soube imediatamente que este era um lugar para ser temido, para ser evitado. Tinha uma cama de casal com um *klamboe*, ou mosquiteiro, suspenso acima dela. Havia uma mesa com tampo de mármore, um espelho e uma pia com uma grande jarra combinando. Um toalheiro, um armário e uma mesinha com duas cadeiras completavam o mobiliário.”⁸⁹ (O’HERNE, 2008, p. 68. Tradução própria).

⁸⁸ Citação original: “*I was shaking in the dark the whole time, and ever since then I have suffered from incurable trembling. Each time when I am nervous my body begins to shake uncontrollably. Look at my hands. They are trembling now. I cannot talk about that horrible experience. Whenever I speak of it, I become nervous and feel tremendous pain in my heart.*” c.

⁸⁹ Citação original: “*As I looked around my room I knew at once that this was a place to be feared, to be avoided. It had a double bed with a klaboe, or mosquito net, suspended above it. There was a marble-topped table, a mirror and a washbasin with a large matching jug. A towel rack, a wardrobe and a small table with two chairs completed the furnishings.*” (O’HERNE, 2008, p. 68).

Em alguns depoimentos também conseguimos perceber o caráter colonial da invasão do império japonês nos países. Um trecho do testemunho de Maria Henson conta a atuação japonesa nas Filipinas: “Logo após o início da guerra, os japoneses começaram a nos ensinar sua língua e cultura. As revistas filipinas traduziam palavras japonesas para o filipino. Na escola, as crianças aprendiam suas lições em japonês. E, embora não estivesse mais estudando, aprendi algumas palavras e letras em japonês em revistas como *Liwayway* e *Bulaklak*.”⁹⁰ (HENSON, 1999, p. 30. Tradução própria). O ensino da língua e cultura japonesa é uma óbvia representação da colonização, o mesmo aconteceu em todos os territórios no qual o Japão ocupou durante a guerra.

O que essas mulheres passaram como vítimas desse sistema de tráfico e escravidão sexual japonês, e a própria construção e institucionalização dele é permitida por causa da estrutura de patriarcados que nossas sociedades reproduzem. Utilizar mulheres e meninas como objetos sexuais, violentar de todas as formas possíveis, as retirar de seus familiares e casas a força, é um produto específico de machismos. O machismo é tão grande que muitas das mulheres foram rejeitadas tanto por governos como pela sociedade mesmo após serem libertadas do sistema. A malaia, Miss Y, conta a história de uma outra vítima que foi forçada a ser amante de um oficial japonês:

“Depois que o Japão se rendeu, as meninas foram libertadas. Logo depois que a menina que foi obrigada a se tornar a ‘amante’ do oficial japonês chegou em casa, os guerrilheiros da selva, que controlaram o vilarejo por um curto período antes do desembarque do exército britânico, mataram ela e toda a sua família como ‘colaboradores’.”⁹¹ (MICHIKO, 2001, p. 587. Tradução própria).

A filipina Estelita Dy, reporta em seu testemunho duas situações criadas pelo patriarcado e pelo machismo. A primeira é logo após ela falar que nunca contou o que

⁹⁰ Citação original: “*Shortly after the war broke out, the Japanese began to teach us their language and culture. Philippine magazines translated Japanese words into Pilipino. In school, children were taught their lessons in Japanese. And even though I was no longer studying, I learned a few Japanese words and letters from magazines like Liwayway and Bulaklak*”. (HENSON, 1999, P. 30).

⁹¹ Citação original: “*After Japan surrendered, the girls were released. Immediately after the girl who was forced to become the ‘mistress’ of the Japanese officer arrived home, the guerrillas from the jungle, who controlled the village for a short period before the British Army landed, killed her and her entire family as ‘collaborators’*.” (MICHIKO, 2001, P. 587).

aconteceu a ela a seu pai, mas contou a sua mãe, o entrevistador pergunta o porquê que ela acha que não deveria contar ao pai, e sua resposta é: “Obviamente porque ele é um homem. Minha mãe entenderia, já que ela também era mulher”⁹², ela também não contou ao marido, já falecido na época do depoimento. E a segunda situação é quando ela comenta sobre a sociedade filipina: “Eu estava com vergonha de mim mesma. Tive vergonha de ter sido estuprada pelos japoneses. Se os filipinos descobrirem que você foi estuprada, eles começarão a pensar muito mal de você.”⁹³. (MEET... 2020)

A chinesa Wan Aihua, reporta que após ter fugido do local onde era mantida presa, torturada e estuprada por japoneses, ela voltou a sua vila com intenções de voltar para sua vida, casar-se com o homem que era noivo, mas “quando voltei para minha aldeia natal, meu futuro marido, Li Wuxiao, queria cancelar nosso noivado porque eu havia sido estuprada por soldados japoneses.”⁹⁴ (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 122. Tradução própria). Eventualmente, a pessoa que se casou com ela depois pagou ao seu noivo para se casar com ela. Casos como os apresentados aqui foram muito comuns quando as vítimas retornaram, além do fato de que muitas sofreram repúdio do próprio governo e foram tratadas como traidoras por muito tempo, por terem “dormido com o inimigo”. Com isso, a maioria das mulheres só veio a público com suas histórias muitos anos depois, com o encorajamento de seus filhos e netos, à procura por reconhecimento, responsabilização e justiça. (BISLAND; KIM; SHIN, 2019)

É de conhecimento que as pesquisas sobre o sistema criado pelo Japão, infelizmente, não conseguem reportar todos os casos de todas as nacionalidades. Mesmo que o maior número de mulheres vítimas desse sistema esteja entre as coreanas e chinesas, mulheres de outras nacionalidades também sofreram com o sistema, como as tailandesas, indonésias, indianas, mulheres europeias e até mesmo norte americanas. Mas com a falta de apoio de muitos governos, a repressão e processos machistas, muitas vítimas não foram propriamente contabilizadas. Provar

⁹² Citação original: “Obviously because he's a man. My mother would understand since she was also a woman.” (MEET...2020).

⁹³ Citação original: “I was ashamed of myself. I was ashamed that I was raped by the Japanese. If Filipinos find out that you were raped, they start to think very lowly of you.” (MEET... 2020).

⁹⁴ Citação original: “When I got back to my home village, my husband-to-be, Li Wuxiao, wanted to cancel our marriage engagement because I had been raped by Japanese soldiers.” (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014, p. 122).

esse processo também se torna mais difícil com o passar dos anos, já que as vítimas – em sua maioria – já faleceram. (MOLEMANS, 2017)

4.3 As vítimas e a situação na atualidade

As mulheres e meninas vítimas do sistema criado pelo Japão e utilizado também pelos Estados Unidos da América, eventualmente foram libertadas das estações de prostituição e escravidão sexual. Mas, diante do contexto de sociedades patriarcais e do machismo da época, essas mulheres sofreram com o preconceito e exclusões da sociedade, sendo silenciadas, revitimizadas e continuamente apagadas tanto da sociedade como também da história do Japão. Poucas das sobreviventes – que se tem conhecimento e vieram a público como “mulheres de conforto” – estão vivas ainda hoje e infelizmente passaram a maior parte de suas vidas sem o devido reconhecimento ou a justiça pelo que infligiram a elas. (CONSTANTE, 2019)

Por diversas questões, a justiça que tais mulheres deveriam receber foi constantemente negada. Com o processo de rendição japonesa sendo inclusive marcado como um evento, houve a queima de arquivos que comprovavam boa parte de seus crimes de guerra, incluindo as atrocidades cometidas às mulheres de “conforto”. Outro motivo também foi a lentidão do Tribunal Militar do Extremo Oriente (Tribunal de Tóquio), responsável por julgar e trazer a justiça a sociedade acometida pelos crimes de guerra e contra a humanidade feito pelo Império japonês. E, de certa forma, temos a questão do preconceito, colonialidade e racismos, já que as únicas vítimas que receberam a devida justiça foram as mulheres que vinham da Holanda, mulheres que faziam parte de um país colonizador do norte global, mulheres brancas e europeias. (QIU; ZHILIANG; LIFEI, 2014)

Mediante a falta de justiça para as mulheres asiáticas vítimas do sistema de “conforto” japonês, essas mulheres esperam por justiça até a atualidade. E, infelizmente, a situação virou mais do que somente a busca de justiça por elas através do ativismo, virou também uma disputa de política internacional entre os países. Onde países como a Coreia do Sul e os EUA tentam manter a memória do acontecido através de ativismo dentro da causa, mas que ao mesmo tempo, a história dessas mulheres virou moeda de barganha entre Estados, uma vez que a pauta ainda não foi

resolvida majoritariamente por causa do Japão, que continua a falhar no reconhecimento tanto da institucionalização desse sistema como o fato de que essas mulheres foram vítimas dele. (INSTITUTE FOR SECURITY AND DEVELOPMENT POLICY, 2018) A situação dessas mulheres como moeda de barganha dos Estados e o apagamento compulsório do Japão foi reportado no depoimento de uma das vítimas, Estelita Dy:

“E: Você está ciente de que a estátua em homenagem às mulheres de conforto em Manila foi retirada?

ED: Sim. Isso ocorre porque os japoneses não querem esse tipo de estátua nas Filipinas. Mas outros países os têm, é por isso que outros países estão com raiva de nós. Eles se perguntam por que retiramos nosso status de mulheres de conforto simplesmente devido à pressão japonesa. Mas, aparentemente, nosso presidente, Rodrigo Duterte, e o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, estão se dando bem. O que ouvi é que se a estátua não fosse removida, o Japão não enviaria fundos para projetos aqui.”⁹⁵ (MEET... 2020. Tradução própria)

O Japão revitimiza, e ao mesmo tempo, apaga as mulheres vítimas do sistema no qual eles criaram. Após o país ter praticamente ignorado e negado a existência dessas mulheres sul-coreanas, o Japão não se desculpou ou sequer reconheceu a existência do sistema de tráfico de mulheres e meninas com a finalidade a exploração e escravidão sexual por anos. Como podemos perceber através das falas de Shinzo Abe – ex Primeiro-Ministro do Japão (Mandatos: 2006-2007, 2012-2014, 2014-2017, e 2017-2020) – apesar de reconhecerem o fato de que houve essas estações comandadas por japoneses, o Japão não teria usado de coerção no processo de “recrutamento”. Abe também teria se pronunciado claramente contra a declaração feita em 1993, conhecida como a Declaração de Kono, feita por Yohei Kono, Secretário-Chefe de Gabinete do Japão (1992-1993), que diante de depoimentos e

⁹⁵ Citação original: “E: Are you aware that the statue commemorating comfort women in Manila was taken down? ED: Yes. This is because the Japanese don't want these kinds of statues in the Philippines. But other countries have them that's why other countries are mad at us. They wonder why we took down our comfort women status simply due to Japanese pressure. But apparently, our president, Rodrigo Duterte, and Japan's Prime Minister, Shinzo Abe, are getting along. What I heard is that if the statue wasn't removed, Japan would not send funds for projects here.” (MEET... 2020).

provas da existência de tais estações de “conforto” reconhecia os fatos que ocorreram durante o período e a existência do sistema. (HOSAKA, 2021)

Abe, que durante sua carreira política estava filiado ao partido conservador – comumente mais inclinado a manter o *status quo* de patriarcados e opressão das mulheres e minorias sociais – tinha como molde de governo a autoestima do povo japonês, em sua visão, assumir que o Japão tinha forçado mulheres a prostituição e a escravidão sexual era algo que ia contra a autoestima japonesa. Sendo assim, ele se tornou uma figura polêmica em vários aspectos, mas principalmente quando se pensa nas vítimas do sistema de “conforto” japonês (KIM, 2014). Em 2014, contrariando a Declaração de Kono (1993) que mencionava que o Japão iria reconhecer as vítimas e ensinar seus cidadãos sobre elas através da educação, Shinzo Abe manda aos editores dos livros das escolas japonesas que o tópico “mulheres de conforto” deve ser suavizado e a maioria dos fatos ser compulsoriamente não revelada à população japonesa (MAROSEVIC, 2015).

Apesar de que em 2015 foi assinado entre o Japão e a Coreia do Sul um acordo, o “Comfort Women” Aggrement, no qual Shinzo Abe, na época em seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro do Japão, reconheceu a participação do exército japonês na construção das estações de “conforto”. Mas, ainda assim, sem reconhecer o tráfico e escravidão sexual do sistema. O acordo é considerado o pedido de desculpas formal do governo, no qual o país pagou para às “mulheres de conforto” 1 bilhão de yen (moeda japonesa) como reparação. Mesmo diante a todo esse processo, o acordo sempre esteve fadado ao fracasso, dado a postura do Japão em não admitir os fatos e o sistema como um todo, além de ativamente impedir e apagar o ocorrido dos livros e impedir a construção de monumentos em memória às vítimas do sistema. Dessa forma, mesmo que o Japão tenha “pedido desculpas” e pago uma quantia às vítimas, ao tentarem apagar a história e não ensinarem a população o que aconteceu, retornam a vitimizar essas mulheres e quebram o acordo assinado em 2015. (HOSAKA, 2021)

Há toda uma mobilização do governo japonês em apagar sua história escusa, visto que por mais de uma vez, o país foi ativo em ameaçar países que criaram estátuas em memória, tinham em seus livros didáticos a história dessas mulheres e meninas, ou apenas se posicionaram a favor da justiça delas. O Japão exigiu que os

Estados Unidos, Taiwan e a Coreia do Sul retirassem estátuas erguidas para as vítimas, além de pedir a uma casa de publicação americana – responsável por livros didáticos no país – que retirassem a história do sistema de “conforto” (MAROSEVIC, 2015). Mesmo após Abe deixar o cargo em 2020, seus ideais e os ideais de seu partido ainda continuam. Em 2021, o pouco que restava da história dessas mulheres e meninas no Japão está sendo drasticamente mudado, expressões como “escravas sexuais” ou “deslocamento forçado” estão sendo convenientemente trocadas por “prostitutas” ou o nome “mulheres de conforto” e por “mobilização”, tanto nos livros didáticos japoneses como no próprio website do Ministério das Relações Exteriores do país. Essa posição do governo japonês, e de apoiadores ultraconservadores, de apagar a história dessas mulheres que foram feitas de escravas sexuais, muitas vezes através do deslocamento forçado para as estações de “conforto” é continuar a manter o crime contra elas. (SCHIEDER, 2021)

Através de documentos encontrados, e principalmente do depoimento de inúmeras mulheres de diferentes nacionalidades é possível provar o ocorrido, e o Japão comete mais um crime a essas vítimas quando nega. Infelizmente, somente nesse tópico de apagamento da história, tanto das mulheres vítimas do sistema de “conforto”, como de várias atrocidades cometidas durante as invasões japonesas nos países vizinhos e na colonização da Coreia, poderia ser uma pesquisa, uma dissertação sozinha no tópico.

CONCLUSÃO

Mediante a discussão provida nesta dissertação podemos perceber que vários fatores dentro das estruturas patriarcais da nossa sociedade influenciam em como as mulheres, como um todo, são tratadas. Em uma sociedade patriarcal e machista/sexista, que no momento esteja na ausência de conflitos armados, as mulheres já estão sujeitas a diversos abusos – alguns considerados mais graves do que outros – como: objetificação, sexualização, assédios morais e físicos, e estupros. Com o avanço na conquista de direitos de mulheres e meninas, muitos desses abusos são puníveis na forma da lei, mas, mesmo muitos deles sendo previstos juridicamente, ainda é difícil a punição, ou até mesmo, a denúncia de tais crimes.

Com base nos abusos mencionados existe a formação de redes de tráfico de mulheres e meninas com a finalidade para a exploração delas, sendo mais comum a sexual. O tráfico de mulheres e meninas é algo intrinsecamente ligado aos patriarcados, sexismos, cultura de objetificação e a sexualização. Visto que, apenas há esse tipo de prática porque há pessoas que ao objetificar e sexualizar as mulheres e meninas, estão consumindo os serviços através da prostituição, no qual em certos contextos é suprida pela exploração e escravidão sexual, abastecida por um tráfico de mulheres e meninas, criando assim um ciclo vicioso de violência contra as mulheres.

Apesar de o trabalho focar na situação de mulheres em meio a um conflito armado, percebe-se que as situações comentadas durante os capítulos 2 e 3 desta dissertação são situações não exclusivas de uma sociedade em ausência de conflitos bélicos. As situações ocorrem nas duas esferas, a diferença que se tem nos dois âmbitos é que atualmente em territórios com ausência de guerras as situações mencionadas são vistas como crimes ou moralmente erradas, enquanto na presença de conflitos armados essa moral parece enfraquecer e criar uma condição de que tudo é permitido em meio a uma guerra, inclusive usar mulheres e meninas como instrumentos nesse conflito.

Quando o Estado ao invés de proteger infringe dano aos seus civis, nesse caso específico, às mulheres e meninas, o mesmo força e as coloca em posição de vulnerabilidade, por meio do monopólio da força e violência. Como mencionado no capítulo 3, o Estado se enquadra totalmente na percepção de Sonia Sánchez de

Estado cafetão, já que ele tanto exerce programas que mantem as mulheres em tal estado de vulnerabilidade, como em alguns casos é o responsável principal pela exploração sexual de meninas e mulheres através de políticas públicas ineficazes e sob uma base de entendimento patriarcal e machista, o uso de bordéis militares faz com que o Estado se torne o cafetão direta ou indiretamente.

Para o sistema internacional, criado em cima de políticas masculinistas, o uso de mulheres como tática de guerra, mais especificamente as vítimas do sistema japonês, infelizmente depois do tribunal que julgou os crimes de guerra japoneses. Não houve grande movimentação sobre o caso, além do apoio de alguns países em casos isolados. A situação para as mulheres, principalmente aquelas que não se encontram no norte global, ou em países de grande influência, não parece promissora quanto a receber justiça, mesmo que o sistema tenha regras que mostram apoio as mulheres, mas na prática depende da importância que o Estado dá a proteção e justiça dessas mulheres.

O uso de mulheres e meninas como instrumento ou tática de guerra é provido diretamente pelo Estado em táticas como a de limpeza étnica através do estupro em massa – causando uma miscigenação forçada – ou o uso de bordéis militares com o intuito de “entreter” as tropas. Tais táticas fazem parte de estratégias cruéis ligadas a uma objetificação e desconsideração do ser humano, de mulheres. Com isso, o estudo do caso da criação do Sistema de tráfico, escravidão e exploração sexual japonês torna-se um exemplo para o pensamento feminista dentro dos estudos de gênero, feminismo e segurança.

O Sistema de “Conforto” feriu milhares de mulheres durante seus anos ativo, trouxe marcas a suas vítimas que vão muito além do físico. Essas mulheres tiveram suas vidas retiradas delas, elas ganharam problemas psicológicos e sociais, com dificuldade para voltar as suas vidas prévias a situação criada pelo Japão. Tudo isso causado por um capricho masculino aliado a falta de respeito, objetificação de mulheres, e uma certeza de impunidade por seus crimes, já que todo o sistema foi criado e institucionalizado pelo governo, estava dentro de suas “políticas públicas”.

Assim, conclui-se que enquanto os sistemas patriarcais japoneses em relação a essas vítimas e suas histórias seguir ativo e, em associação a isso, a comunidade internacional seguir conivente ou estrategicamente calada para benefício privado de

projetos (em sua grande parte liderado e arquitetado por homens para os benefícios dos mesmos) não só essas vítimas seguirão sofrendo retimivização como também, os tipos de abusos e violências fruto dos machismo seguirão ferindo e ceifando mulheres no mundo todo e, de maneira mais específica e silenciosa, na Ásia.

Encerro essa dissertação com um convite a outras mulheres colegas de campo a pesquisar e contar a narrativa de outras mulheres que seguem silenciadas e proibidas de divulgar suas próprias histórias como forma de criar um registro seguro e de fácil acesso para que assim, em algum momento, essa rede profissional e humana possa contabilizar forças na luta pela quebra e dissolução desses sistemas de opressão machistas e patriarcais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKAHA, Tsuneo. 'Comfort Women': a lasting barrier to japan-south korea reconciliation. **Global Asia**. S.l., p. 84-89. set. 2015. Disponível em: https://www.globalasia.org/v10no3/feature/comfort-women-a-lasting-barrier-to-japan-south-korea-reconciliation_tsuneo-akaha. Acesso em: 22 out. 2020.
- ALMEIDA, Prof. Esp. Douglas Magalhães. **Onna-Bugeisha**: as mulheres na guerra samurai. As Mulheres na Guerra Samurai. 2022. História Militar em Debate. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/onna-bugeisha-as-mulheres-na-guerra-samurai/>. Acesso em: 16 maio 2022.
- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Sexualization of Girls is Linked to Common Mental Health Problems in Girls and Women--Eating Disorders, Low Self-Esteem, and Depression**: an apa task force reports. An APA Task Force Reports. 2007. Disponível em: <https://www.apa.org/news/press/releases/2007/02/sexualization>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- BADIE, Bertrand. L'État importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. **Canadian Journal Of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique**, Paris, v. 0, n. 0, p. 0-334, nov. 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-political-science-revue-canadienne-de-science-politique/article/abs/letat-importe-essai-sur-loccidentalisation-de-lordre-politiquebertrand-badie-coll-lespace-du-politique-paris-fayard-1992-334-p/71F01431652114E284990791E202FD15>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1972. 277 p.
- BISLAND, Beverly Milner (Lee); KIM, Jimin; SHIN, Sunghee. Teaching about the Comfort Women during World War II and the Use of Personal Stories of the Victims. **Education About Asia**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 58-63, dez. 2019. Disponível em: <https://www.asianstudies.org/publications/ea/archives/teaching-about-the-comfort-women-during-world-war-ii-and-the-use-of-personal-stories-of-the-victims/>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BONINO, Luis; PÉTER, Szil. **Everyday Male Chauvinism**: intimate partner violence which is not called violence. Budapest: Habeas Corpus Working Group, 2006.
- BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.**: DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=Estupro-,Art.,a%2010%20\(dez\)%20anos..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=Estupro-,Art.,a%2010%20(dez)%20anos..) Acesso em: 08 ago. 2022.
- BUCHWALD, Emilie; FLETCHER, Pamela R.; ROTH, Martha (ed.). **Transforming a rape culture**. Minneapolis: Milkweed Editions, 1995. 467 p. Disponível em: <https://archive.org/details/transformingrape00buch/page/18/mode/2up>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter**: on the discursive limits of sex. Londres: Routledge, 2011

- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Estados Unidos: Routledge, 2004.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 2002. 221 p.
- CAHILL, Ann J.. **Rethinking Rape**. Ithaca: Cornell University Press, 2001. 256 p.
- CARNEIRO, Yanna J.. **Misoginia: você sabe o que é?** 2019. POLITIZE. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/misoginia/#:~:text=Oriunda%20da%20uni%C3%A3o%20entre%20os,pelas%20mulheres%20e%20valores%20femininos..>
 Acesso em: 30 abr. 2022.
- CHRIST, Oliver; SIBLEY, Chris G.; WAGNER, Ulrich. Multilevel Modeling in Personality and Social Psychology. **The Oxford Handbook Of Personality And Social Psychology**, [S.L.], p. 238-260, 10 fev. 2012. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195398991.013.0010>. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/262105564_Multilevel_Modeling_in_Personality_and_Social_Psychology. Acesso em: 24 out. 2020.
- CONSTANTE, Agnes. Nbc News. **Who are the 'comfort women,' and why are U.S.-based memorials for them controversial?** 2019. Disponível em:
<https://www.nbcnews.com/news/asian-america/who-are-comfort-women-why-are-u-s-based-memorials-n997656>. Acesso em: 01 out. 2020.
- COPLEON, Rhonda. Surfacing Gender: re-engraving crimes against women in humanitarian law. **Hastings Women'S Law**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 243-266, jun. 1994. Disponível em: <https://repository.uchastings.edu/hwlj/vol5/iss2/4/>. Acesso em: 09 out. 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. **On Intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2017. ISBN 9781620972700.
- CREVELD, Martin Van. Britannica. **Tactics: military**. Disponível em:
<https://www.britannica.com/topic/tactics>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- DALES, Laura. **Feminist Movements in Contemporary Japan**. Abingdon: Routledge, 2009
- DAY, Lisa. **What Is Feminism?** 2016. Women & Gender Studies at Eastern Kentucky University. Disponível em: <https://wgs.eku.edu/what-feminism-0> . Acesso em: 30 set. 2022.
- DICIONÁRIO PRIBERAM. **Sexualização**. Disponível em:
<https://dicionario.priberam.org/sexualiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- DREA, Edward J.. **Japan's Imperial Army: its rise and fall,1853-1945**. Kansas: University Press Of Kansas, 2009.
- DOLEAC, Charles B.. **Portsmouth Peace Treaty Maps**. 2022. Disponível em:
http://portsmouthpeacetreaty.org/map_home.cfm. Acesso em: 30 out. 2022.
- DUSCHINSKY, Robbie. What does sexualisation mean? **Feminist Theory**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 255-264, 14 nov. 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1464700113499842>. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464700113499842#:~:text=Sexualization%20occurs%20when%20%5B1.%5D,being%20sexy%3B%20%5B3.%5D>. Acesso em: 30 jun. 2022.

- EIGE - EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. **What is sexism?** Disponível em: <https://eige.europa.eu/publications/sexism-at-work-handbook/part-1-understand/what-sexism>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: making feminist sense of international politics. Califórnia: University Of California Press, 1990. 280 p.
- ENLOE, Cynthia. **The Big Push**: exposing and challenging the persistence of patriarchy. Oakland: University Of California Press, 2017. 194 p.
- ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist**. Berkley: University Of California Press, 2004.
- EPPINGER, Monica E.; KNOP, Karen; RILES, Annelise. **Diplomacy and Its Others**: the case of comfort women. The Case of Comfort Women. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234182437.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.
- FACIO, Alda. **What is Patriarchy?** S.L: Women'S Human Rights Education Institute, 2013. Disponível em: <http://www.learnwhr.org/wp-content/uploads/D-Facio-What-is-Patriarchy.pdf>.. Acesso em: 28 abr. 2022.
- FAIRBANK, John K.; FEUERWERKER, Albert (ed.). **THE CAMBRIDGE HISTORY OF CHINA**: republican china 1912.:1949. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (Volume 13).
- FARIA, Patricia Souza de. ESCRAVOS JAPONESSES, CHINESES E COREANOS NAS REDES MERCANTIS PORTUGUESAS (SÉCULOS XVI E XVII). **Afro-Ásia**, [s.], n. 64, p. 593-599, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77070146016/html/>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- FERRARA, Jéssica Antunes. Diálogos entre Colonialidade e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yrrw8nKKHGgrK6tG3yfkJrB/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- FREIRE, Virgílio. **O poder do Czar se enfraquece e a Rússia caminha para a Revolução**. 2018. O mundo de Saint-Exupéry. Disponível em: <http://omundodesaintexupery.blogspot.com/2018/02/o-poder-do-czar-se-enfraquece-e-russia.html>. Acesso em: 30 out. 2022.
- FRYE, Marilyn; SHAFER, Carolyn M.. Rape and Respect. In: VETTERLING-BRAGGIN, Mary; ELLISTON, Fredrick; ENGLISH, Jane (ed.). **Feminism and Philosophy**. Totowa: Rowman & Littlefield, 1977. p. 333-346. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FRYRAR-2>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**: from tokugawa times to the present. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HENSON, Maria Rosa. **Comfort Woman**: a filipina's story of prostitution and slavery under the japanese military. [S.I.]: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- HOOKS, Bell. **Feminist Theory**: from margin to center. Oxfordshire: Routledge, 1984.
- HOSAKA, Yuji. **Why Did the 2015 Japan-Korea 'Comfort Women' Agreement Fall Apart?** 2021. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/11/why-did-the-2015-japan-korea-comfort-women-agreement-fall-apart/>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- HSU, Leina. **THE DARK SIDE OF SEX TOURISM IN ASIA**. 2020. Women's Republic. Disponível em: <https://www.womensrepublic.net/the-dark-side-of-sex-tourism-in->

- [asia/#:~:text=Thailand%20and%20the%20Philippines%20are,to%2014%20percent%20of%20GDP..](#) Acesso em: 04 dez. 2022.
- HYNDMAN, Jennifer. Whose bodies count? Feminist geopolitics and lessons from Iraq. In: RILEY, Robin L. *et al* (ed.). **Feminism and war: confronting us imperialism**. Nova York: Zed Books, 2008. p. 194-206.
- INSTITUTE FOR SECURITY AND DEVELOPMENT POLICY. **Negotiating the “Comfort Women” Issue in the 21st Century**. 2018. Disponível em: <https://isdpc.eu/negotiating-the-comfort-women-issue-in-the-21st-century/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- IRIN. **Our Bodies - their battle ground: gender-based violence in conflict zones**. [S.l.]: The New Humanitarian, 2004. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/node/89765>. Acesso em: 09 out. 2020.
- IRWIN, Sally. **Exploitation vs Slavery – what’s the difference?** 2021. Freedom Hub. Disponível em: <https://thefreedomhub.org/blog/exploitation-vs-slavery/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- JACAR (Japão). **Ministry of War**. 2022a. Disponível em: https://www.jacar.go.jp/english/glossary_en/term4/0010-0010-0010.html. Acesso em: 17 out. 2022.
- JACAR (Japão). **Army Ministry**. 2022b. Disponível em: https://www.jacar.go.jp/english/glossary_en/term4/0010-0010-0020.html. Acesso em: 17 out. 2022.
- JAPÃO. Congresso. Senado. Constituição (1908). Chapter XXII Crimes of Obscenity, Rape and Bigamy.1908. Tóquio, Disponível em: <https://www.icj.org/wp-content/uploads/2013/05/Japan-Penal-Code-1907-eng.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- JOZUKA, Emiko. **Centuries ago, women ruled Japan. What changed?** 2019. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/04/27/asia/japan-female-rulers-akihito-abdication-intl/index.html>. Acesso em: 14 out. 2022.
- JUN, Chang. China Daily. **Japan still trying to erase its shame for wartime atrocities**. 2018. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/201805/01/WS5ae874eba3105cdcf651b610.html>. Acesso em: 02 out. 2020.
- KELLIE, Dax J.; BLAKE, Khandis R.; BROOKS, Robert C.. What drives female objectification? An investigation of appearance-based interpersonal perceptions and the objectification of women. **Plos One**, [S.L.], v. 14, n. 8, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6707629/>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- KIM, Mikyoung. **Why Abe is out of touch on the comfort women controversies**. 2014. Hiroshima Peace Institute. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2014/07/11/why-abe-is-out-of-touch-on-the-comfort-women-controversies/>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- KUKI, Sonya. THE BURDEN OF HISTORY: the issue of "comfort women" and what japan must do to move forward. **Journal Of International Affairs**. S.l., p. 245-256. out. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24461685>. Acesso em: 23 out. 2020.
- LANGTON, Rae. **Sexual Solipsism: philosophical essays on pornography and objectification**. Oxford: Oxford University Press., 2009.

- LAU, Jessie. **Sophia Huang Xuequin**: o desaparecimento de mulher que impulsionou #metoo na china. o desaparecimento de mulher que impulsionou #MeToo na China. BBC. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61556166>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- LEITE, Kelma Lima Cardoso. Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil*. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 49, 7 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Nq8tHqDxzfZWvgCxtYJWTsd/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- LIMA, Carlos A. M.. ESCRAVOS DE PELEJA: a instrumentaliza«ão da viol ncia escrava na am.:rica portuguesa (1580-1850). **Revista de Sociologia e Polõtica**, Curitiba, n. 18, p. 131-152, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PKTm57Rq8mbB35zCvSGqyZh/?lang=pt&form=at=pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- LOUIE, Sam. How Imperialism Sexualized Asian Women: the long-term consequences of racism, sexism, and imperialism.. **Psychology Today**. [S.I.]. 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/us/blog/minority-report/202103/how-imperialism-sexualized-asian-women> . Acesso em: 07 ago. 2022.
- LUGONES, María. The Coloniality of Gender. In: HARCOURT, W. (ed.). **The Palgrave Handbook of Gender and Development**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016. p. 13-33.
- MCCURRY, Justin. The Guardian. **This article is more than 5 years old Japan urges US publisher to remove comfort women from textbooks**. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/15/japan-urges-us-publisher-delete-references-comfort-women>. Acesso em: 02 out. 2020.
- MACKINNON, Stephen. The Tragedy of Wuhan, 1938. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 30, n. 4, p. 931-943, out. 1996. Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/312954>. Acesso em: 29 out. 2022.
- MAROSEVIC, Zeljka. **Anxious governments: Japan seeks to remove “comfort women” from textbooks and history**. 2015. Melville House. Disponível em: <https://www.mhpbooks.com/anxious-governments-japan-seeks-to-remove-comfort-women-from-textbooks-and-history/>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- MCINTOSH, Jonathan. 5 Ways Men Can Help End Sexism. Direção de Jonathan McIntosh. Produção de Anita Sarkeesian. Roteiro: Jonathan McIntosh, Imran Siddiquee. [S.I.]: Feminist Frequency, 2015. (9 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o1ZctJat4pU&t=0s&ab_channel=FeministFrequency. Acesso em: 24 set. 2022.
- MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. **Male Chauvinism**. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/male%20chauvinism>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- MICHAELIS. **Cafetão**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=ZeYK>. Acesso em: 06 dez. 2022.

- MICHIKO, Nakahara. "Comfort Women" in Malaysia. **Critical Asian Studies**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 581-589, set. 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/146727101760107442>. Acesso em: 09 fev. 2023.
- MOLEMANS, Griselda. **Blind spots in 'comfort women' research**. 2017. Disponível em: http://www.koreatimes.co.kr/www/opinion/2017/04/137_228182.html. Acesso em: 09 fev. 2023.
- MOURA, Samantha Nagle Cunha de. **Escravidão sexual, estupro e prostituição como arma ou tática de guerra**. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8331/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. **Japan's Feminism Stumbles Over 'Comfort Women'**. 2014. Disponível em: <https://womensenews.org/2014/09/japans-feminism-stumbles-over-comfort-women/>. Acesso em: 03 out. 2020.
- NUSSBAUM, Martha. Objectification. **Philosophy**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 249-291, out. 1995. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1088-4963.1995.tb00032.x>.
- NUSSBAUM, Martha. **THE OBJECTIFICATION OF WOMEN WITH MARTHA NUSSBAUM**. Literal Magazine. Disponível em: <https://literalmagazine.com/the-objectification-of-women-a-conversation-with-martha-nussbaum/>. Acesso em: 12 maio 2022.
- OMNI ATLAS. **Asia Pacific 1895**. 2017a. Disponível em: <https://omniatlas.com/maps/asia-pacific/18950417/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- OMINI ATLAS. **Asia Pacific 1916**. 2017b. Disponível em: <https://omniatlas.com/maps/asia-pacific/19160606/>. Acesso em: 31 out. 2022.
- OMINI ATLAS. **Asia Pacific 1935**. 2017c. Disponível em: <https://omniatlas.com/maps/asia-pacific/19351022/>. Acesso em: 31 out. 2022.
- OMINI ATLAS. **Asia Pacific 1938: fall of wuhan**. Fall of Wuhan. 2017d. Disponível em: <https://omniatlas.com/maps/asia-pacific/19381027/>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- OMIN IATLAS. **Asia Pacific 1942**. 2017e. Disponível em: <https://omniatlas.com/maps/asia-pacific/19420826/#event-1036>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- O'HERNE, Jan Ruff. **Fifty years of silence**. Sidney: Random House Australia, 2008. ISBN 978 1 74166 746 2.
- PAPADAKI, Lina. What is Objectification? **Journal Of Moral Philosophy**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 16-36, 2019. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/174046809x12544019606067>. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/feminism-objectification/?fbclid=IwAR3YrTd58uqD4Mf6gsS_iDFODfUTbT_NMfIMc8I2nXdCJUbrHXLwCII2N_E. Acesso em: 12 maio 2022.
- PORTAL GELEDES. **Escravidão foi berço do tráfico para exploração sexual**. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escravidao-foi-berco-trafico-para-exploracao-sexual/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- PURCELL, Victor *et al.* China at the Washington Conference 1921-1922. **International Affairs (Royal Institute Of International Affairs 1944-)**, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 166, jan. 1965. [Http://dx.doi.org/10.2307/2612019](http://dx.doi.org/10.2307/2612019).

- QIU, Peipei; ZHILIANG, Su; LIFEI, Chen. **Chinese Comfort Women**: testimonies from imperial japan's sex slaves. [S.l.]: Oxford University Press, 2014.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.
- RAYMOND, Janice. **70 anos depois, um novo sistema de “mulheres de conforto”**. QG Feminista, 2015. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/70-anos-depois-um-novo-sistema-de-mulheres-de-conforto-630fef7a689c>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- RIGG, Bryan Mark. **The "Comfort Women" of Japan: Institutionalized Rape**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/comfort-women-japan-institutionalized-rape-bryan-rigg>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- ROSCONGRESS. **The ‘Lifeline’ of the Russian Far East**. 2019. Disponível em: <https://roscongress.org/en/blog/doroga-zhizni-rossiyskogo-dalnego-vostoka/>. Acesso em: 30 out. 2022.
- ROSSI, Aline. **Escravidão Sexual & Escravidão Racial**: abolicionismo vs regulacionismo. Abolicionismo vs regulacionismo. 2019. Feminismo com classe. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/escravid%C3%A3o-sexual-escravid%C3%A3o-racial-644d70b57a65>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- RUAN, Fang Fu. Prostitution in Chinese Society: from acceptance to persecution. In: RUAN, Fang Fu. **Sex in China**: studies in sexology in chinese culture. Nova York: Plenum Press,, 1991. p. 69-85.
- SAITO, Hisho. **A History of Japan**. [S.L.]: Routledge, 2013. 320 p. ISBN 9780415845731.
- SCHIEDER, Chelsea Szendi. **The History the Japanese Government Is Trying to Erase**. 2021. The Nation.. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/world/ramseyer-comfort-women-japan-nationalism/>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- SHIN, Hyonhee; KIM, Daewoung. Reuters. **'Fight until the end': South Korean 'comfort women' campaigner dies at 93**. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-southkorea-japan-comfortwomen-idUSKCN1PN12M>. Acesso em: 04 out. 2020.
- SILVA, Athos Munhoz Moreira da. A RESPOSTA DA CHINA AO DESAFIO OCIDENTAL IMPERIALISTA: a busca pela revolução nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Abri, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498443993_ARQUIVO_SILVA,Athos-2017-6.ENABRI-AsrespostasdaChinaaoDesafioOcidentalImperialista-BuscapelaRevolucaoNacional.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.
- SOH, C. Sarah. **The Comfort Women**: sexual violence and postcolonial memory in korea and japan. Chicago: University Of Chicago Press, 2009.
- SÁNCHEZ, Sonia. **Ninguna Mujer Nasce Para Puta**. Buenos Aires: Lavaca, 2007. 220 p.
- SOTO, Brittany. UMCK Women's Center. **Catcalling is not a Compliment, it's Harassment**. 2019. Disponível em:

- <https://info.umkc.edu/womenc/2019/05/02/catcalling-is-not-a-compliment-its-harassment/>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- SPEAKE, Beth. **Women's Bodies Are Battlefields**. 2012. E-INTERNATIONAL RELATIONS. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2012/04/25/womens-bodies-are-battlefields/>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- SZYMANSKI, Dawn M.; MOFFITT, Lauren B.; CARR, Erika R.. Sexual Objectification of Women: advances to theory and research 127. **The Counseling Psychologist**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 6-38, 22 set. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0011000010378402>.
- THANH-DAM, Truong. The Dynamics of Sex Tourism: the case of southeast asia. **Development And Change**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 533-553, out. 1983. [Http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7660.1983.tb00165.x](http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7660.1983.tb00165.x). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229628454> **The Dynamics of Sex Tourism The Case of Southeast Asia**. Acesso em: 16 dez. 2022.
- THE BOXER REBELLION EXPLAINED - BOXER REBELLION DOCUMENTARY. [S.I.]: History Of China, 2021. (18 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DXuV9vOdfZA&ab_channel=HistoryofChina. Acesso em: 30 out. 2022.
- THE ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS. **Conflict Zones and Militarization**. 2005. Disponível em: <https://www.stopvaw.org/conflict-zones-and-militarization>. Acesso em: 07 dez. 2022.
- TSURUMI, Kazuko. **Social Change and the Individual: japan before and after defeat in world war II**. Princeton: Princeton University Press, 2015. 456 p.
- TZU, Sun. **A arte da guerra**. [S.I.]: Cultura Brasil, 2010. 58 p. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/literatura-estrangeira/a-arte-da-guerra>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- UIA - THE ENCYCLOPEDIA OF WORLD PROBLEMS & HUMAN POTENTIAL.. **Brothel slavery**. 2020a. Disponível em: <http://encyclopedia.uia.org/en/problem/140943>. Acesso em: 09 jan. 2023.
- UIA - THE ENCYCLOPEDIA OF WORLD PROBLEMS & HUMAN POTENTIAL. **Military prostitution of women**. 2020b. Disponível em: <http://encyclopedia.uia.org/en/problem/134693>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- UIA - THE ENCYCLOPEDIA OF WORLD PROBLEMS & HUMAN POTENTIAL. **Trafficking in women**. 2022. Disponível em: <http://encyclopedia.uia.org/en/problem/144418>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. **12. a Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime**. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XVIII-12-a&chapter=18. Acesso em: 10 jan. 2023.
- UNODC. **GLOBAL REPORT ON TRAFFICKING IN PERSONS**. New York: United Nations Publications, 2020. 176 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/publicacoes.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- US-CHINA INSTITUTE. Usc. **Treaty Of Shimonoseki, 1895**. Disponível em: <https://china.usc.edu/treaty-shimonoseki-1895>. Acesso em: 23 maio 2022.
- VIDA como uma "Mulher de Conforto": História de Kim Bok-Dong. Intérpretes: Kim Bok Dong. [S.I.]: Asian Boss, 2018. Youtube, son., color. Legendado.

- Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=qsT97ax_Xb0&ab_channel=AsianBoss.
Acesso em: 06 fev. 2023.
- WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- WALKER, Brett L.. **História Concisa do Japão**. São Paulo: Edipro, 2017. 368 p.
- WALKER, Florence. **A brief history of prostitution**. 2016. Disponível em:
<https://www.gq-magazine.co.uk/article/prostitution-anthropological-history-berlin-fkk-yujo#:~:text=One%20of%20the%20earliest%20forms,up%20in%20the%20right%20costume..> Acesso em: 02 dez. 2022.
- WARD, Thomas J.; LAY, William D. **The Origins and Implementation of the Comfort Women System**. E-International Relations, 2018. Disponível em:
https://www.e-ir.info/2018/12/14/the-origins-and-implementation-of-the-comfort-women-system/#_ftn10. Acesso em: 2 fev. 2023.
- WATERS, Stewart; RUSSELL III, William B.. The World War II Era and Human Rights Education. **Social Education**, [S.l.], v. 76, n. 6, p. 301-305, out. 2012. National Council for the Social Studies. Disponível em:
https://www.socialstudies.org/system/files/publications/articles/se_7606301.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.
- WOAN, Sunny. WHITE SEXUAL IMPERIALISM: a theory of asian feminist jurisprudence. **Washington And Lee Journal Of Civil Rights And Social Justice**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 275-301, mar. 2008. Disponível em:
<https://scholarlycommons.law.wlu.edu/crsj/vol14/iss2/5/>. Acesso em: 07 ago. 2022.
- ZHENG, Robin. Why Yellow Fever Isn't Flattering: a case against racial fetishes. **Journal Of The American Philosophical Association**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 400-419, nov. 2016. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/309542231_Why_Yellow_Fever_Isn't_Flattering_A_Case_Against_Racial_Fetishes. Acesso em: 23 set. 2022.